



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
Divisão Técnica de Editais  
Seção Técnica de Editais de Compras e Contratações

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90104/2026-SFIL**

<b>CONTRATANTE (UASG 986477)</b>	Município de Guarulhos
<b>OBJETO</b>	Registro de Preços para aquisição de Microcomputadores, Notebooks, Tablet e outros
<b>DATA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	Dia 02/07/2026 às 09h (horário de Brasília)
<b>Critério de Julgamento:</b>	menor preço
<b>Modo de disputa:</b>	aberto e fechado
<b>PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (ART.48. LC 123/06)</b>	COM RESERVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS
<b>MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM</b>	[NÃO]

# PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90104/2026- SFIL

## PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 1101.2025/0029625-2

Torna-se público que o Município de Guarulhos, por meio da Subsecretaria de Licitações e Contratos, sediada na Rua do Rosário, nº300 - Vila dos Camargos - Guarulhos/SP - CEP 07111-080, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto da presente licitação deverá ser fornecido na forma e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida conforme ANEXO II - Memorial Descritivo.

**1.3 EMBASAMENTO LEGAL:** O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições, bem como demais normas complementares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/21  
([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm))
- Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014  
([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm))

**1.4.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras))

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.1.2.** Poderá ser exigida garantia de proposta como requisito de pré-habilitação para participar de uma licitação, de acordo com o art. 58 da Lei Federal 14.133/21, a qual será definida no ANEXO II - Memorial Descritivo, **quando aplicável**

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Os critérios de preferência conforme art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 estão definidos no ANEXO II - Memorial Descritivo, **quando aplicável**.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.2.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.6.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.4.1.** O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.6.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.6.9.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**2.6.9.1.** A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa, que preste assessoria técnica.

**2.6.10.** Sociedades cooperativas quando se tratar de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra

**2.6.11.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

**2.6.12.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.7.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.8.** O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

**3.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.2.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para o atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos nos instrumento convocatório;

**3.2.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**3.2.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**3.2.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.2.5.** O produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicado no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

**3.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico,

que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.4.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

**3.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**3.5.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.5.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.5.3.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de acrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização, ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**3.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 e 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**3.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.10.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que indicará tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.10.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.11.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.11.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigilo para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor ou desconto (mensal, unitário, anual, total do item, grupo ou global, etc., conforme definido no ANEXO II - Memorial Descritivo;

**4.1.2.** Marca/ Fabricante, (podendo ser registrado marca própria nos casos de serviços ou quando a licitante for a fabricante do produto) e no caso de medicamentos, materiais médicos hospitalares, odontológicos e outros, Registro no Ministério da Saúde (RMS): as licitantes deverão especificar para cada produto ofertado.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.3.1.** Os valores deverão ser grafados preferencialmente com duas casas decimais.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência, quando participarem de licitações públicas;

**4.7.3.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no ANEXO II.

**4.7.4.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no ANEXO II.

**4.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da

empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01**.

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lances ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o modo de disputa "aberto e fechado", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lances final e fechado.

**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.11.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os da ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.3.** Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

**5.11.4.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lances.

**5.11.5.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lances registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18.** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

**5.18.1.** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

**5.18.2.** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

**5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**5.19.1.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

**5.19.2.** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**5.19.3.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance

serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.19.4.** A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.19.5.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresa de pequeno porte que se encontrem, naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.19.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**5.20.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.20.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.20.1.3.** Desenvolvimento pelo licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.20.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.20.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.20.2.2.** Empresas brasileiras;

**5.20.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.20.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**5.21.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**5.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.22.1.** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos.

**5.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.22.5.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.22.5.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo ou por ofício quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

**5.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** SICAF;

**6.1.2.** Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP  
[https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?](https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc)  
[cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc](https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc)

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

**6.2.1.** A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4 e ANEXO II - Memorial Descritivo quanto à preferência.

**6.4.1.** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**6.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.6.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4.** Não tiveram sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.7.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.7.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.7.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.9.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os

respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.12.** Caso o Anexo II - Memorial Descritivo exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.13.** Caso o Anexo II - Memorial Descritivo exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a licitante apresentar:](#)

### **I – jurídica;**

**a)** Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

**b)** Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

**c)** Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades

civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.

**d )** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II - técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-operacional será restrita a:**

**a)** prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso e conforme disposto no ANEXO II - Memorial Descritivo

**b)** declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**c)** certidões ou atestados, regurlamente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de objetos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios, conforme transcrito abaixo:

**c1)** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

i. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio.

ii. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

**c2)** Na hipótese prevista acima, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

**c3)** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade de entidade emissora.

**c4)** A comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante a apresentação de atestado com comprovação de fornecimento de, no

mínimo, 20% da quantidade a ser adquirida de cada Grupo / item, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

**III - fiscal, social e trabalhista;**

**a)** a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**b)** a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### **IV - econômico-financeira.**

a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**b1)** Considera-se último exercício social, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados (mecanicamente) até o dia 30 (trinta) de abril do ano subsequente e, no caso de serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), até o último dia do mês de junho do ano subsequente, conforme Instrução Normativa RFB 2003/21, salvo disposição em contrário.

**b2)** Serão considerados como legais o balanço e as demonstrações contábeis (mecanicamente) assim apresentados:

i) pelas sociedades anônimas: publicadas em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada; ou autêntica na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

ii) pelas sociedades por cotas de responsabilidade limitada: fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iii) pelas sociedades criadas no exercício em curso; fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iv) No caso do balanço patrimonial e demonstrações contábeis serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (sped), deverão estar acompanhados do respectivo recibo de entrega.

**b3)** A boa situação financeira dos 2 (dois) últimos exercícios sociais será comprovada com as demonstrações a seguir, calculadas pelas seguintes fórmulas, cujo memorial deverá ser juntado ao Balanço Patrimonial e estar acompanhado de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital:

- Índice de Liquidez Geral (**LG**) superior ou igual a 1,00

- Índice de Liquidez Corrente (**LC**) superior ou igual a 1,00
- Índice de Solvência Geral (**SG**) superior ou igual a 1,00
- 

$LG = \frac{AC+RLP}{PC + PNC}$	$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$	$LC = \frac{AC}{PC}$
--------------------------------	----------------------------	----------------------

onde: AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

AT = ATIVO TOTAL

PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

**b4)** os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**b5)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**7.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.3.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.4.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.5.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.5.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**7.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados na forma da lei.

**7.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.8.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**7.9.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.10.** licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.11.** Caso seja necessário a avaliação prévia do local de execução para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a exigências e condições da visita serão estabelecidas no ANEXO II – Memorial Descritivo.

**7.12.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.12.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**7.13.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.13.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.14.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.14.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.15.** A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.15.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.16.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.14.122, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo 02 (duas) horas, para:

**7.16.1.** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**7.16.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.16.3.** suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

**7.16.4.** suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**7.16.5.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**7.17.** Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.18.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.14.1.

**7.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

#### **7.20. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

**a)** Serão aceitas certidões positivas de débito, com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

**b)** A documentação, conforme o caso, deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (números de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).

**c)** A aceitação dos documentos obtidos via “internet” ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Subsecretaria de Licitações e Contratos.

**d)** Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

**e)** Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento

#### **7.21. No caso de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas serão acrescidos os seguintes procedimentos:**

**a)** As licitantes deverão comprovar, a sua condição de ME, EPP ou EQUIPARADAS por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente (CNPJ, documento da Junta Comercial, por exemplo).

**b)** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas deverão apresentar, todos os documentos de habilitação exigidos, mesmo que apresentem alguma restrição, devendo estas serem sanadas no prazo definido neste edital.

**b 1)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da

administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006.

**b2)** A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.

**c)** A não comprovação da sua condição de ME, EPP e EQUIPARADAS e/ou não regularização dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a licitante estará sujeita às sanções legais, ficando sujeita inclusive ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

**7.21.1.** Os incisos acima não serão aplicados quando o valor estimado do grupo/ item/ global for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte conforme ao art. 4º, §1º da Lei 14.133/21.

**7.22. No caso de participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15. da Lei 14133/21, serão observadas as seguintes normas:**

**I** - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

**II** - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

**III** - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

**IV** - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

**V** - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**7.22.1.** Para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

**7.22.1.1.** O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**7.22.2.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso.

**7.22.3.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

## **8. DA RESERVA ÀS ME, EPP E EQUIPARADAS**

**8.1.** Caso a licitação seja EXCLUSIVA OU COM RESERVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS conforme instituído pelo artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014:

**8.1.1.** Para o grupo/item reservado, nos termos do art. 48, inciso III: se não houver vencedor para o grupo/ item reservado, o vencedor da cota principal será convocado a assumir a cota reservada (mesmo grupo/ item de ampla participação), ou, diante da manifestação de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

**8.1.2.** Para grupo/item destinado exclusivamente à ME/EPP/EQUIPARADAS: se não houver competidor enquadrado como microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas relativamente ao grupo/ item reservado, a licitação será declarada deserta abrindo-se novo certame, com ampla participação.

**8.1.3.** ATENÇÃO: Se a mesma empresa vencer o grupo/ item reservado e a cota principal (mesmo grupo/ item de ampla participação), a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**8.1.4.** Haverá prioridade de aquisição do grupo/ item reservado, desde que a diferença do preço de contratação não seja superior a 5% (cinco por cento) do melhor preço válido na cota principal (Vencedor); ressalvados os casos em que este for inadequado para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

**8.2.** A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **DEVENDO O LICITANTE DECLARAR A OBSERVÂNCIA DESSE LIMITE,** CONFORME MODELO ANEXO I – B.

**8.3.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

## **9. DOS RECURSOS**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**9.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**9.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**9.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual

poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.10.** Os autos, quando se tratar de processo físico, permanecerão com vista franqueada aos interessados junto à Subsecretaria de Licitações e Contratos, Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP, ou quando se tratar de processo eletrônico, por meio do sítio eletrônico [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0)

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**10.1.** Preliminarmente à adjudicação, o pregoeiro DEVERÁ solicitar via sistema que os licitantes se manifestem e encaminhem proposta com a indicação de PROPOSTA PARA CADASTRO RESERVA, no prazo mínimo de até **24 (vinte e quatro) horas** com as informações exigidas no item 4 do edital.

**10.1.1.** DEVERÁ o pregoeiro solicitar o encaminhamento do anexo via sistema e caso não possa ser solicitado, o pregoeiro DEVERÁ solicitar via chat a manifestação de interesse dos demais licitantes e encaminhamento da proposta pelo e-mail [licita.guarulhos@gmail.com](mailto:licita.guarulhos@gmail.com)

**10.2.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**10.2.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com o preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**10.2.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original, desde que respeitado o valor máximo estabelecido no edital.

**10.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**10.3.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**10.3.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**10.4.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**10.4.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**10.4.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas:

- a)** Quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b)** Quando o fornecedor não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c)** Quando o fornecedor não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
- d)** Quando o fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- e)** Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- f)** O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- g)** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- h)** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
  - h1)** Por razão de interesse público;
  - h2)** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- i)** Se não houver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**10.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 10.5.1.** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.5.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 dias úteis,

contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**a)** A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**b)** A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**11.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**11.3.** No caso da licitação estar autuada em um processo eletrônico, para assinatura do instrumento contratual, a empresa deverá providenciar, **preferencialmente após a homologação**, cadastro junto ao SEI através dos links [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0) ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/acesso-ao-sei> na opção SEI – USUÁRIO EXTERNO.

**11.4.** A ata de registro de preços será, preferencialmente, assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**11.5.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**11.6.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**11.7.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11.8.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**11.9.** O prazo de vigência da contratação é o ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**12.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**12.1.2.5.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**12.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.4.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**12.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**12.1.6.** Fraudar a licitação

**12.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando

**12.1.7.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.1.7.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.7.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**12.1.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**12.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**12.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.2.1.** Advertência;

**12.2.2.** Multa;

**12.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**12.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**12.3.2.** As peculiaridades do caso concreto

**12.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**12.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**12.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**12.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**12.4.3.** A critério da Administração e sendo possível, o valor devido poderá ser descontado de eventual garantia prestada pela CONTRATADA. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Guarulhos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**12.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**12.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**12.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [licita.guarulhos@gmail.com](mailto:licita.guarulhos@gmail.com), podendo ser feita a confirmação do seu recebimento através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações ou protocolada até às 16h30min do último dia do prazo, na Secretaria de Finanças na Seção Administrativa de Expediente da Subsecretaria de Licitações e Contratos, Sítio à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080.

**13.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da

isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**14.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/> ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes>.

**14.11.** É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto licitado, sem expressa anuência da contratante.

**14.12.** A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371 , de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

**14.13.** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.

**14.14.** É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**14.15.** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

**15.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Declarações

ANEXO II – Memorial Descritivo

ANEXO III - Termo de Referência

Anexo III – A – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Guarulhos, 17 de junho de 2026

**GLAUCO LUIZ SILVA**

**SUBSECRETÁRIO**

**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO I**

## DECLARAÇÕES

**MODELO**

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Pregão nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA:

**a) não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do Pregão, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.**

**b) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;**

**c) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;**

**d) é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.**

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_

## MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Pregão nº .....

Processo Administrativo nº .....

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Luiz Silva**, Subsecretário(a), em 17/06/2026, às 14:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4963884** e o código CRC **CAF3127E**.



## ANEXO II MEMORIAL DESCRITIVO

**OBJETO:** Registro de Preços para aquisição de Microcomputadores, Notebooks, Tablet e outros

Dos órgãos participantes da ata de registro de preços:

**SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:  
COM RESERVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**Valor estimado da contratação: R\$ 134.356.351,00**  
(Cento e trinta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e trezentos e cinquenta e um reais)

### JULGAMENTO

**JULGAMENTO:** O critério adotado será o de **MENOR PREÇO**

A licitação será dividida em GRUPOS / ITENS, conforme tabela constante do ANEXO II - A, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

### CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/SERVIÇO:

**1.VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, com a consequente renovação dos quantitativos inicialmente estabelecidos. A empresa deverá no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data da convocação, podendo o prazo ser prorrogado mediante solicitação expressa, comparecer para assinatura da ata de registro de preços.

**2. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:**

Os produtos deverão ser entregues contados a partir da data do instrumento contratual. até :  
30 dias corridos

**3. LOCAL DE ENTREGA/ EXECUÇÃO:** Em qualquer lugar do Município de Guarulhos conforme solicitação/autorização de fornecimento ou conforme endereços abaixo:

O local de entrega será informado no ato da Autorização de Fornecimento ou conforme anexo III – termo de referência

### GARANTIA CONTRATUAL

Quando a formalização do pedido não for de entrega imediata, a unidade deverá formalizar contrato de fornecimento/prestação de serviços, derivado da ata de registro de preços, conforme condições estabelecidas nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/21. Nestes casos, considerando o valor do instrumento contratual bem como obrigações futuras a serem assumidas, **PODERÁ** ser solicitado pela unidade, a exigência de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato de fornecimento/prestação de serviços, a qual será prestada no ato da assinatura do contrato.

Quando a opção da garantia for na modalidade prevista seguro-garantia, o contratado terá o prazo de até 01 (um) mês, contado da data de convocação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.



## ANEXO II MEMORIAL DESCRITIVO

### CONDIÇÕES GERAIS

1. Os produtos deverão ser embalados de acordo com a praxe do fabricante, de forma a garantir sua integridade durante o transporte, a estocagem, até o uso.
2. Sempre que necessário, poderá ser solicitado laudos de análise do fabricante para cada lote entregue contendo todas as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu produto
3. Reserva-se o direito à Unidade Requisitante de solicitar a qualquer momento amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. O fornecedor deverá arcar com os custos da análise.

### DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

**1. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, podendo o prazo ser prorrogado:**

1.1. Proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

1.1.1. Proposta deverá conter Marca/Fabricante.

1.1.2. A Proposta deverá conter preços unitários e preços totais do itens( preço unitário x quantidade), preço global mensal( preço anual /12(doze) meses) e preço global anual, correspondente ao lance vencedor, conforme o caso, expresso em números , na moeda corrente nacional, preferencialmente com duas casas decimais.

1.2. Documentos complementares, elencados abaixo os quais serão avaliados e aprovados pela equipe técnica solicitante. Cabe informar que o pregoeiro(a) não possui conhecimentos técnicos específicos para análise desses documentos e por isso serão analisados pela equipe técnica da unidade a qual emitirá parecer conclusivo a ser encaminhado para o pregoeiro:

1.2.1. Catálogo contendo todas as especificações técnicas do produto.

**2. AMOSTRA:** Será solicitada uma amostra completa de cada **TIPO**, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção de análise.

**2.1.** Neste caso, o **licitante classificado em primeiro lugar, após a convocação que será feita pelo(a) Sr.(a) pregoeiro(a)**, deverá apresentar amostras, sem ônus para o município, **no prazo de até 10 dias corridos**, para avaliação quanto às suas características, conforme o Termo de Referência – ANEXO III.

**2.2. LOCAL DE ENTREGA DA AMOSTRA:** SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SCTI - Av. João Bernado Medeiros, 243 (Portaria do Paço Municipal) - CEP 07197-010 - Bom Clima - Guarulhos / São Paulo – Aos cuidados do Fiscal do Contrato

**2.3.** Após a análise das amostras, as quais serão avaliadas conforme os parâmetros do **item 3 do Termo de Referência – considerações técnicas**, será emitido relatório técnico a ser enviado aos cuidados do(a) Sr.(a) Pregoeiro(a) para continuidade.

### OUTRAS EXIGÊNCIAS

**1. Juntamente com os documentos de habilitação, deverá(ão) ser apresentado(s) os documentos abaixo elencados, os quais poderão ser analisados pela equipe técnica da Unidade Requisitante, dado o caráter técnico que podem apresentar, quando solicitado pelo pregoeiro:**

1.1. Declaração formal conforme modelo ANEXO I – A.



**ANEXO II – A**  
**PLANILHA DE QUANTITATIVOS**

<b>GRUPO 01</b>					
<b>Destinado a TODOS os interessados que atendam os requisitos deste Edital</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S)/EXIGÊNCIAS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>Preço Referencial Unitário (R\$)</b>	<b>Preço Anual Estimado (R\$)</b>
<b>1</b>	<b>TIPO I - A - COMPUTADOR DE ENTRADA</b> - EQUIPAMENTO ATUAL E COMPLETO, COM CARACTERÍSTICAS VOLTADAS PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA, GUIADA PRINCIPALMENTE PELO DESEMPENHO DO PROCESSADOR E MEMÓRIA RAM. COMPUTADOR DENOMINADO ALL-IN-ONE (TUDO EM UM) COM TELA A PARTIR DE 23" (VINTE E TRÊS POLEGADAS). <b>CATMAT- 481514</b>	Unidade	4.000	12.266,67	49.066.680
<b>2</b>	<b>TIPO I - B - COMPUTADOR DE PRODUTIVIDADE</b> - EQUIPAMENTO ATUAL E COMPLETO, COM CARACTERÍSTICAS VOLTADAS PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA, MAS COM DESEMPENHO SUPERIOR AO DO TIPO I - A, COM CARACTERÍSTICAS DO PROCESSADOR (DESEMPENHO) MAIOR E O DOBRO DE MEMÓRIA RAM. COMPUTADOR DENOMINADO ALL-IN-ONE (TUDO EM UM) COM TELA A PARTIR DE 23" (VINTE E TRÊS POLEGADAS). <b>CATMAT- 481514</b>	Unidade	2.000	12.766,67	25.533.340
<b>TOTAL DO GRUPO</b>					<b>74.600.020,00</b>



## ANEXO II – A

### PLANILHA DE QUANTITATIVOS

GRUPO 02					
Destinado a TODOS os interessados que atendam os requisitos deste Edital					
ITEM	DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S)/EXIGÊNCIAS	UNIDADE	QUANTIDADE	Preço Referencial Unitário (R\$)	Preço Anual Estimado (R\$)
3	<b>TIPO II - A - COMPUTADOR INTERMEDIÁRIO MINI PC COM MONITOR DE 23,8</b> - EQUIPAMENTO TAMBÉM COMPLETO COM DESEMPENHO SUPERIOR AO TIPO I - A - COMPUTADOR DE ENTRADA, DENOMINADO MINI PC (COMPACTO). PARA ESTE TIPO, EXISTIRÁ A POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO COM 2 MONITORES (TIPO II - B - MONITOR OPCIONAL), SENDO SEU TAMANHO A PARTIR DE 23,8" (VINTE E TRÊS VÍRGULA OITO POLEGADAS). <b>CATMAT 620952</b>	Unidade	3.000	14.330,00	42.990.000
4	<b>TIPO II - B - MONITOR OPCIONAL</b> - MONITOR DE LCD/LED A PARTIR DE 23,8" (VINTE E TRÊS VÍRGULA OITO POLEGADAS) OBRIGATORIAMENTE COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS VISUAIS E TÉCNICAS PRESENTES E OFERTADAS PARA O TIPO II - A - COMPUTADOR INTERMEDIÁRIO, PODENDO SER ADQUIRIDO POR QUALQUER UM DOS TIPOS DISPONÍVEIS NESTE PROCESSO, POIS TODOS TÊM SUPORTE PARA ESTE "UPGRADE". <b>CATMAT 451815</b>	Unidade	500	1.883,33	941.665,00
<b>TOTAL DO GRUPO</b>					<b>43.931.665,00</b>



## ANEXO II – A

### PLANILHA DE QUANTITATIVOS

<b>(COTA PRINCIPAL)</b>					
<b>Destinado a TODOS os interessados que atendam os requisitos deste Edital</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S)/EXIGÊNCIAS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>Preço Referencial Unitário (R\$)</b>	<b>Preço Anual Estimado (R\$)</b>
<b>5</b>	<b>TIPO VI - TABLET COM TELA DE 10.1" - ESPECÍFICO PARA MOBILIDADE INTERNA E EXTERNA ÀS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA, POIS TAMBÉM É SOLICITADO O RECURSO DE COMUNICAÇÃO POR CHIP DE TELEFONIA, DENOMINADO ATUALMENTE COMO 5G DESBLOQUEADO. CATMAT 457978</b>	Unidade	272	2.783,33	757.065,76

<b>RESERVADO (INCISO III) - EXCLUSIVO PARA ME, EPP E EQUIPARADAS</b>					
<b>Artigo 48, Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S)/EXIGÊNCIAS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>Preço Referencial Unitário (R\$)</b>	<b>Preço Anual Estimado (R\$)</b>
<b>6</b>	<b>TIPO VI - TABLET COM TELA DE 10.1" - ESPECÍFICO PARA MOBILIDADE INTERNA E EXTERNA ÀS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA, POIS TAMBÉM É SOLICITADO O RECURSO DE COMUNICAÇÃO POR CHIP DE TELEFONIA, DENOMINADO ATUALMENTE COMO 5G DESBLOQUEADO. CATMAT 457978</b>	Unidade	28	2.783,33	77.933,24



## ANEXO II – A

### PLANILHA DE QUANTITATIVOS

Destinado a TODOS os interessados que atendam os requisitos deste Edital					
ITEM	DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S)/EXIGÊNCIAS	UNIDADE	QUANTIDADE	Preço Referencial Unitário (R\$)	Preço Anual Estimado (R\$)
7	<b>TIPO III - COMPUTADOR AVANÇADO I (CAD)</b> - EQUIPAMENTO DE ALTO DESEMPENHO COM GABINETE TIPO TORRE, COM 32 GB DE MEMÓRIA RAM E PLACA DE VÍDEO DEDICADA ESPECÍFICA PARA CAD (COMPUTER AIDED DESIGN - PROJETO ASSISTIDO POR COMPUTADOR). MONITOR A PARTIR DE 27" (VINTE E SETE POLEGADAS). <b>CATMAT: 622946</b>	Unidade	300	26.660,00	7.998.000,00
8	<b>TIPO IV - COMPUTADOR AVANÇADO II (DESIGN GRÁFICO)</b> - EQUIPAMENTO DE ALTO DESEMPENHO COM GABINETE TIPO TORRE, COM 32 GB DE MEMÓRIA RAM E PLACA DE VÍDEO DEDICADA ESPECÍFICA PARA DESIGN GRÁFICO. MONITOR A PARTIR DE 27" (VINTE E SETE POLEGADAS) EM 4K. <b>CATMAT-622946</b>	Unidade	100	46.666,67	4.666.667,00
9	<b>TIPO V - NOTEBOOK</b> - EQUIPAMENTO COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS ATUALIZADAS E INDICADO PARA MOBILIDADE, COM DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO E TELA DE 14" (QUATORZE POLEGADAS). <b>CATMAT 618643</b>	Unidade	150	15.500,00	2.325.000,00

ANEXO III  
**Termo de Referência  
Contratação**

**1. Fundamento**

Estudo Técnico Preliminar sob o documento nº 3903152.

Legislação e normas sobre a matéria

- ABNT NBR 14136 - Todos os equipamentos deverão ter os plugs e tomadas de acordo com o estabelecido na norma.
- ABNT NBR IEC 62368-1 - Conformidade com a ABNT, pois trata-se de um requisito essencial para a certificação e segurança do produto.
- ABNT NBR ISO 7779 - Que trata dos níveis de ruído acústico emitidos por equipamentos de tecnologia da informação e telecomunicações.
- Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.
- Acórdão nº 1225/2014 - TCU.
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.
- Portaria nº 304, de 6 de novembro de 2023 - INMETRO.
- Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023.
- SEI/STF - 2376211 - Deliberação, de 13 novembro de 2023.
- Portaria MTP (Ministério do Trabalho e Emprego) nº 423 de 07/10/2021 - Norma Regulamentadora - NR 17 - Ergonomia

**2. Objeto:**

Os equipamentos deverão ser **NOVOS** e de **PRIMEIRO USO**, devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados das respectivas notas fiscais.

Os objetos integrantes deste processo são microcomputadores com algumas variações, principalmente de desempenho, monitores e dispositivos Tablets. Todos os microcomputadores serão contemplados com Sistema Operacional mais recente.

Todos os requisitos apresentados nas Especificações são tidos com **Referências Mínimas**, devendo atender integralmente a todos os critérios estabelecidos, podendo ser superior.

As classificações dos equipamentos são:

- **TIPO I - A - Computador de Entrada** - Equipamento atual e completo, com características voltadas para a área administrativa, guiada principalmente pelo desempenho do processador e memória RAM. Computador denominado All-in-One (tudo em um) com tela a partir de 23" (vinte e três polegadas).
- **TIPO I - B - Computador de Produtividade** - Equipamento atual e completo, com características voltadas para a área administrativa, mas com desempenho superior ao do TIPO I - A, com características do processador (desempenho) maior e o dobro de memória RAM. Computador denominado All-in-One (tudo em um) com tela a partir de 23" (vinte e três polegadas).
- **TIPO II - A - Computador Intermediário** - Equipamento também completo com desempenho superior ao **TIPO I - A - Computador de Entrada**, denominado mini PC (compacto). Para este TIPO, existirá a possibilidade de aquisição com 2 monitores (**TIPO II - B - Monitor Opcional**), sendo seu tamanho a partir de 23,8" (vinte e três vírgula oito polegadas).
- **TIPO II - B - Monitor Opcional** - Monitor de LCD/LED a partir de 23,8" (vinte e três vírgula oito polegadas) obrigatoriamente com as mesmas características visuais e técnicas presentes e ofertadas para o **TIPO II - A - Computador Intermediário**, podendo ser adquirido por qualquer um dos TIPOS disponíveis neste processo, pois todos têm suporte para este "upgrade".
- **TIPO III - Computador Avançado I (CAD)** - Equipamento de alto desempenho com gabinete tipo Torre, com 32 GB de memória RAM e placa de vídeo dedicada específica para CAD (*Computer Aided Design* - Projeto Assistido por Computador). Monitor a partir de 27" (vinte e sete polegadas).

- **TIPO IV - Computador Avançado II (Design Gráfico)** - Equipamento de alto desempenho com gabinete tipo Torre, com 32 GB de memória RAM e placa de vídeo dedicada específica para Design Gráfico. Monitor a partir de 27" (vinte e sete polegadas) em 4K.
- **TIPO V - Notebook** - Equipamento com características técnicas atualizadas e indicado para mobilidade, com desempenho intermediário e tela de 14" (quatorze polegadas).
- **TIPO VI - Tablet com tela de 10.1"** - Específico para mobilidade interna e externa às dependências da Prefeitura, pois também é solicitado o recurso de comunicação por chip de telefonia, denominado atualmente como 5G.

O Sistema Operacional, se entregue com licença digital, deverá estar embarcado/gravada na BIOS/UEFI do equipamento ou em etiqueta original/autêntica da Microsoft afixada ao gabinete.

Algumas normas e padrões a serem adotados para todos os TIPOS são:

- **ABNT NBR 14136** - Todos os equipamentos deverão ter os plugs e tomadas de acordo com o estabelecido na norma.
- **ABNT NBR IEC 62368-1** - Conformidade com a ABNT, pois trata-se de um requisito essencial para a certificação e segurança do produto.
- **ABNT NBR ISO 7779** - Que trata dos níveis de ruído acústico emitidos por equipamentos de tecnologia da informação e telecomunicações.

As normas supramencionadas poderão ser atendidas por normas e padrões internacionais, desde que de mesma valia.

### 3. Justificativa da necessidade da contratação

A contratação via Ata de Registro de Preços (ARP), não é apenas um "atalho", mas sim uma **FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**. Essencial para manter o parque tecnológico da instituição atualizado, funcional e compatível com a necessidade de um serviço público eficiente.

- **Agilidade Operacional** - Elimina a necessidade de licitar a cada compra, permitindo reposição imediata de equipamentos e atendimento rápido a novas demandas.
- **Otimização Financeira** - Aproveita o preço de atacado de uma licitação de grande volume, garantindo preços competitivos.
- **Controle e Padronização** - Uniformiza o parque tecnológico (modelos, configurações), simplificando a gestão de TI, manutenção e suporte.
- **Flexibilidade Orçamentária** - Permite a aquisição em parcelas, conforme a disponibilidade de recursos e a manifestação da necessidade real ao longo do período de validade da Ata.

A contratação na condição de ARP também tem o intuito de suprir a demanda contínua do Município no que se refere à tecnologia. O estudo foi pautado em nosso *know-how* e em ferramentas de inventário, mapeando os equipamentos tidos como obsoletos e/ou vulneráveis, nos quesitos hardware e sistemas operacionais, respectivamente. Por tratar-se de uma ARP, com o propósito de antecipar eventuais demandas, face ao explicitado, haverá imprevisibilidade do consumo do quantitativo ilustrado no item **4. QUANTIDADE**.

### 4. Quantidade:

A quantidade estabelecida e explicitada no quadro abaixo fora pautada em conceitos técnicos que detemos, face à nossa atuação diária (**SCTI03.02 - Divisão Técnica de Gestão e Manutenção de Equipamentos de TI**), bem como nas manifestações de interesses da Secretarias da Municipalidade. A minúcia do referido pode ser localizada no **Estudo Técnico Preliminar nº 3903152**.

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	CATMAT/CATSERV
<b>TIPO I - A</b>	Unidade	<b>4000</b>	Computador de Entrada - Tudo-em-Um (All-in-One) com tela de 23,8"	481514
<b>TIPO I - B</b>	Unidade	<b>2000</b>	Computador de Produtividade - Tudo-em-Um (All-in-One) com tela de 23,8"	481514
<b>TIPO II - A</b>	Unidade	<b>3000</b>	Computador Intermediário Mini PC com 1 Monitor de 23,8"	620952
<b>TIPO II - B</b>	Unidade	<b>500</b>	Monitor Opcional de 23,8"	451815
<b>TIPO III</b>	Unidade	<b>300</b>	Computador Avançado I - destinado para CAD com tela de 27" FHD	622946
<b>TIPO IV</b>	Unidade	<b>100</b>	Computador Avançado II - destinado para Design Gráfico com tela de 27" 4K	622946
<b>TIPO V</b>	Unidade	<b>150</b>	Notebook de 14"	618643
<b>TIPO VI</b>	Unidade	<b>300</b>	Tablet com entrada para dados móveis 5G desbloqueado	457978

TOTAL DE ITENS

10.350 (Dez mil e trezentos e cinquenta)

## 5. Especificação do objeto

Os objetos se dividem em grupos, denominados de **TIPOS**, variando do TIPO I ao VI, divididos em oito (08) ITENS, com variações de características e aplicações dos recursos tecnológicos, como COMPUTADORES CONVENCIONAIS, COMPUTADORES AVANÇADOS, COMPUTADORES PORTÁTEIS E TABLETS.

## GRUPO 01

## 5.1.1. - TIPO I - A

## COMPUTADOR DE ENTRADA

## MICROCOMPUTADOR ALL-IN-ONE COM TELA DE 23.8" E

## SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 11 PRO

## 1. PROCESSADOR

- 1.1.Processador DEVERÁ obter pontuação (score) de desempenho igual ou superior a **11.500 (onze mil e quinhentos)** pontos aferidos pelo site: <http://www.cpubenchmark.net>
- 1.2.Controlador de memória integrado ao processador com capacidade de acesso em dois canais (*dual channel*)
- 1.3.Processador com data de lançamento a partir do primeiro trimestre de 2023
- 1.4.A proposta deve informar marca e modelo do processador ofertado
- 1.5. Os processadores não podem estar descontinuados.

## 2. MEMÓRIA

- 2.1.Módulo Tipo SO-DIMM (Small Outline - Dual In-line Memory Module)
- 2.2.Tecnologia DDR4
- 2.3.Frequência 3200 MHz (DDR4-25600)
- 2.4.Possuir um (01) módulo de **08 GB (oito gigabyte)** de memória RAM instalada, original de fábrica
- 2.5.Capacidade de expansão suportada igual ou superior a 32 GB.

## 3. PLACA-MÃE

- 3.1.Deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado.
- A proposta deve informar marca e modelo da placa mãe ofertada.

## 4. BIOS / UEFI

- 4.1. A BIOS deverá ter campo alfanumérico editável de no mínimo, 10 posições para inserção do número de patrimônio (*Asset Tag*)
- 4.2. Fabricante e Número de Série do Equipamento devem ser gravados na BIOS, de forma não editável
- 4.3. Idioma Inglês ou Português
- 4.4. Atualização obrigatória durante o período de garantia
- 4.5. Sistema de **diagnóstico** integrado ao BIOS com capacidade de testes para, no mínimo, os seguintes componentes e periféricos:
- Processador
  - Memória
  - Unidade de armazenamento
  - Portas USBs

5. ARMAZENAMENTO	<p>5.1. Um SSD (<i>State Solid Drive</i>) PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de <b>500 GB (quinhentos gigabyte)</b></p> <p>5.1.1. Velocidade de leitura sequencial de 2900 MB/s</p> <p>5.1.2. Velocidade de escrita sequencial de 1500 MB/s</p> <p>5.2. Dispositivo interno conectado diretamente ao <i>slot</i> M.2, sem o emprego de adaptadores de qualquer natureza.</p>
6. CONTROLADORA DE VÍDEO	<p>6.1. Interface de Vídeo</p> <p>6.2. Tipo Integrado à placa-mãe ou processador</p> <p>6.3. Resolução suportada: igual ou superior à 3840 x 2160 pixels</p> <p>6.4. Padrão suportado: Microsoft DirectX 12 e OpenGL 4.0.</p> <p>6.5. Saída de Vídeo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 interface externa, sendo: <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ 01 (uma) <b>obrigatoriamente</b> DIGITAL (HDMI ou <i>Display Port</i>) <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Com esta opção, DEVERÁ suportar a utilização de dois monitores adicionais simultaneamente e individualmente (modo estendido).</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>
7. GABINETE / TELA	<p>7.1. Tipo "<i>All-In-One</i>" (Tudo em Um) com monitor integrado.</p> <p>7.2. Cores predominantes preto, grafite (cinza escuro) ou prata (cinza claro)</p> <p>7.3. Pedestal/Base com regulagem de altura (Ergonomia - NR - 17)</p> <p>7.4. Tela LCD/LED com tamanho de <b>23,8 (vinte e três vírgula oito)</b> polegadas</p> <p>7.5. Resolução nativa da tela FHD (1920x1080 pixels).</p> <p>7.6. Tecnologia IPS, WVA ou VA</p> <p>7.7. Webcam HD 720p com microfone integrado, interna ao gabinete, com solução de privacidade (ex.: cortina de privacidade ou tipo <i>pop-up</i> / <i>pull-up</i>)</p> <p>7.8. Deve possuir alça ou <i>slot</i> para sistema de trava antifurto</p>
8. TECLADO	<p>8.1. Tipo Alfanumérico estendido, tipo USB, padrão ABNT2, mínimo 107 Teclas, sendo obrigatório "Ç"</p> <p>8.2. Resistente a derramamento de líquidos</p> <p>8.3. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento a ser fornecido.</p>
9. MOUSE	<p>9.1. Óptico, com conector USB, dotado de 03 botões (sendo um botão para rolagem de telas - "<i>Scroll</i>")</p> <p>9.2. Resolução de 1000 DPI</p> <p>9.3. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento a ser fornecido.</p>
10. REDE	<p>10.1. Adaptador de rede cabeada interno Ethernet Gigabit, com LED's indicativos de conexão e atividade.</p> <p>10.2. Adaptador de rede WiFi interno padrão 802.11ac (WIFI 5) e Bluetooth 5.0, com antenas internas ao gabinete.</p>
11. SOM	<p>11.1. Controlador de áudio estéreo com amplificador integrado capaz de reproduzir sons multimídia.</p> <p>11.2. 02 alto-falantes internos com potência igual ou superior a 2W RMS cada.</p> <p>11.3. Conector de Saída / Entrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (um) conector P3 (Combo) para headset</li> </ul>
12. FONTE DE ALIMENTAÇÃO	<p>12.1. Fonte Externa para equipamento ofertado com tensão de entrada AC 110/220V, seletor automático, com eficiência média comprovada acima de 85%, cabo de força em conformidade com a norma NBR 14.136 e capacidade suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração solicitada.</p>

<p><b>13. INTERFACE USB's</b></p>	<p>13.1. 04 (quatro) portas/conexões USB externas, sendo no MÍNIMO duas portas (02) <b>USB 3.2</b></p> <p>13.2. 01 (uma) destas portas/conexões (USB 3.2) deve estar localizada na parte frontal</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Serão consideradas portas frontais também as que estiverem localizadas nas bordas <b>laterais</b> ou <b>inferior</b> do equipamento.</li> </ul>
<p><b>14. SISTEMA OPERACIONAL</b></p>	<p>14.1. Todos os equipamentos deverão vir com licença original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro (ou versão mais recente equivalente), ativada e legalmente adquirida, comprovada através de declaração do fabricante do equipamento;</p> <p>14.2. A licença do Sistema Operacional Windows deverá ser <b>VITALÍCIA</b>.</p>
<p><b>15. GARANTIA e CERTIFICAÇÕES</b></p>	<p>15.1. <b>GARANTIA</b></p> <p>15.1.1. <b>36 meses</b> (trinta e seis meses)</p> <p>15.1.2. <i>On-Site</i> de todos os itens integrantes deste certame/objeto</p> <p>15.1.3. Declaração do fabricante do equipamento validando período de garantia</p> <p>15.1.4. Canal de atendimento gratuito pelo fabricante para abertura de chamados técnicos durante o período de garantia</p> <p>15.1.5. O suporte técnico e a garantia deverão ser necessariamente prestados pelo FABRICANTE ou pela Rede de Assistência Técnica Autorizada, durante todo o período de garantia <b>(36 meses)</b>, devendo ser atendido no prazo estabelecido de acordo com o Termo de Referência.</p> <p>15.2. <b>CERTIFICADOS</b></p> <p>15.2.1. O fabricante deverá comprovar a compatibilidade com o padrão UEFI através do site <a href="http://www.uefi.org/members">http://www.uefi.org/members</a>, na categoria <b>Promoters</b> ou <b>Contributors</b>.</p> <p>15.2.2. O equipamento deverá possuir compatibilidade de <i>hardware</i> (<i>Hardware Compatibility List</i> - HCL Windows).</p> <p>15.2.3. Para o modelo do equipamento ofertado, deverá ser comprovada a compatibilidade em ao menos, uma distribuição Linux, mediante presença no relatório - (<i>Hardware Compatibility List</i> - HCL Linux).</p> <p>15.2.4. O equipamento (marca e modelo) deve possuir certificado de conformidade como Rotulo Ecológico ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação).</p> <p>15.2.5. Deverá ser entregue Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO <b>ou</b> certificado similar, comprovando que o COMPUTADOR está em conformidade com a norma IEC (<i>International Electrotechnical Commission</i> - Comissão Eletrotécnica Internacional) 62368-1 para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.</p> <p>15.2.6. Deverá possuir identificação impressa com o nome do fabricante, modelo e número de série, estas identificações não poderão ser feitas com etiquetas autoadesivas de fácil remoção ou danificação.</p> <p>15.2.7. <b>Responsabilidade com o Meio Ambiente:</b></p> <p>I. O modelo do equipamento ofertado deverá estar registrado no EPEAT (<i>Electronic Product Environmental Assessment Tool</i>) da Agência de Proteção Ambiental (EPA), na categoria Silver ou Gold, no site: <a href="http://www.epeat.net">http://www.epeat.net</a> <b>ou</b> a certificação de Rotulagem Ecológico da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação ou ainda o fabricante do equipamento deverá possuir certificação ISO 14001.</p> <p>II. O modelo ofertado deve estar em conformidade com o padrão RoHS (<i>Restriction of Hazardous Substances</i>) <b>ou</b> com a certificação de Rotulagem Ambiental da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), isto é, ser construído com substâncias que não agredem o meio ambiental, como cádmio (Cd), mercúrio</p>

(Hg), cromo hexavalente (Cr (VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb).

5.1.2. - TIPO I – B COMPUTADOR DE PRODUTIVIDADE	MICROCOMPUTADOR ALL-IN-ONE COM TELA DE 23.8" E SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 11 PRO
1. PROCESSADOR	<p>1.1.Processador DEVERÁ obter pontuação (score) de desempenho igual ou superior a <b>13.900 (treze mil e novecentos)</b> pontos, aferidos pelo site: <a href="http://www.cpubenchmark.net">http://www.cpubenchmark.net</a>.</p> <p>1.2.Controlador de memória integrado ao processador com capacidade de acesso em dois canais (dual channel)</p> <p>1.3.Processador com data de lançamento a partir do primeiro trimestre de 2023</p> <p>1.4.A proposta deve informar marca e modelo do processador ofertado</p> <p>1.5.Os processadores não podem estar descontinuados.</p>
2. MEMÓRIA	<p>2.1.Módulo Tipo SO-DIMM (<i>Small Outline - Dual In-line Memory Module</i>)</p> <p>2.2.Tecnologia DDR4</p> <p>2.3.Frequência 3200 MHz (DDR4-25600)</p> <p>2.4.Possuir dois (02) módulos de 08 GB (oito gigabyte) de memória RAM instaladas, originais de fábrica e idênticos</p> <p>2.5.Poderá ser ofertado os <b>16 GB (dezesesseis gigabyte)</b> em pente único, desde que original de fábrica.</p> <p>2.6.Capacidade de expansão suportada igual ou superior a 32 GB.</p>
3. PLACA-MÃE	<p>3.1.Deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>A proposta deve informar marca e modelo da placa mãe ofertada.</li></ul>
4. BIOS / UEFI	<p>4.1. A BIOS deverá ter campo alfanumérico editável de no mínimo, 10 posições para inserção do número de patrimônio (<i>Asset Tag</i>)</p> <p>4.2. Fabricante e Número de Série do Equipamento devem ser gravados na BIOS, de forma não editável</p> <p>4.3. Idioma Inglês ou Português</p> <p>4.4. Atualização obrigatória durante o período de garantia</p> <p>4.5. Sistema de <b>diagnóstico</b> integrado ao BIOS com capacidade de testes para, no mínimo, os seguintes componentes e periféricos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Processador</li><li>Memória</li><li>Unidade de armazenamento</li><li>Portas USBs</li></ul>
5. ARMAZENAMENTO	<p>5.1. Um SSD (<i>State Solid Drive</i>) PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de <b>500 GB (quinhentos gigabyte)</b></p> <p>5.1.1. Velocidade de leitura sequencial de 2900 MB/s</p> <p>5.1.2. Velocidade de escrita sequencial de 1500 MB/s</p> <p>5.2. Dispositivo interno conectado diretamente ao <i>slot</i> M.2, sem o emprego de adaptadores.</p>

6. CONTROLADORA DE VÍDEO	<p>6.1. Interface de Vídeo</p> <p>6.2. Tipo Integrado à placa-mãe ou processador</p> <p>6.3. Resolução suportada: igual ou superior à 3840 x 2160 pixels</p> <p>6.4. Padrão suportado: Microsoft DirectX 12 e OpenGL 4.0.</p> <p>6.5. Saída de Vídeo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>01 interface externa, sendo: <ul style="list-style-type: none"> <li>01 (uma) <b>obrigatoriamente</b> DIGITAL (HDMI ou <i>Display Port</i>) <ul style="list-style-type: none"> <li>Com esta opção, <b>DEVERÁ</b> suportar a utilização de dois monitores adicionais simultaneamente e individualmente (modo estendido).</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>
7. GABINETE / TELA	<p>7.1. Tipo "All-In-One" (Tudo em Um) com monitor integrado.</p> <p>7.2. Cores predominantes preto, grafite (cinza escuro) ou prata (cinza claro)</p> <p>7.3. Pedestal/Base com regulagem de altura (Ergonomia - NR - 17)</p> <p>7.4. Tela LCD/LED com tamanho de <b>23,8 (vinte e três vírgula oito)</b> polegadas.</p> <p>7.5. Resolução nativa da tela FHD (1920x1080 pixels).</p> <p>7.6. Tecnologia IPS, WVA ou VA</p> <p>7.7. Webcam HD 720p com microfone integrado, interna ao gabinete, com solução de privacidade (ex.: cortina de privacidade ou tipo <i>pop-up / pull-up</i>)</p>
8. TECLADO	<p>8.1. Tipo Alfanumérico estendido, tipo USB, padrão ABNT2, mínimo 107 Teclas, sendo obrigatório "Ç"</p> <p>8.2. Resistente a derramamento de líquidos</p> <p>8.3. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento a ser fornecido.</p>
9. MOUSE	<p>9.1. Óptico, com conector USB, dotado de 03 botões (sendo um botão para rolagem de telas - "Scroll")</p> <p>9.2. Resolução de 1000 DPI</p> <p>9.3. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento a ser fornecido.</p>
10. REDE	<p>10.1. Adaptador de rede cabeada interno Ethernet Gigabit com LED's indicativos de conexão e atividade.</p> <p>10.2. Adaptador de rede WiFi interno padrão 802.11ac (WIFI 5) e Bluetooth 5.0, com antenas internas ao gabinete.</p>
11. SOM	<p>11.1. Controlador de áudio estéreo com amplificador integrado capaz de reproduzir sons multimídia</p> <p>11.2. 02 alto-falantes internos com potência igual ou superior a 2W RMS cada</p> <p>11.3. Conector de Saída / Entrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>01 (um) conector P3 (Combo) para headset</li> </ul>
12. FONTE DE ALIMENTAÇÃO	<p>12.1. Fonte Externa para equipamento ofertado com tensão de entrada AC 110/220V, seletor automático, com eficiência média comprovada acima de 85%, cabo de força em conformidade com a norma NBR 14.136 e capacidade suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração solicitada.</p>
13. INTERFACE USB's	<p>13.1. 04 (quatro) portas/conexões USB externas, sendo no MÍNIMO duas portas (02) <b>USB 3.2</b></p> <p>13.2. 01 (uma) destas portas/conexões (USB 3.2) deve estar localizada na parte frontal</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Serão consideradas portas frontais também as que estiverem localizadas nas bordas <b>laterais</b> ou <b>inferior</b> do equipamento.</li> </ul>
14. SISTEMA OPERACIONAL	<p>14.1. Todos os equipamentos deverão vir com licença original do sistema operacional <b>Microsoft Windows 11 Pro</b> (ou versão mais recente equivalente), ativada e legalmente adquirida, comprovada através de declaração do fabricante do equipamento;</p> <p>14.2. A licença do Sistema Operacional Windows deverá ser <b>VITALÍCIA</b>.</p>

**15. GARANTIA e  
CERTIFICAÇÕES**

**15.1. GARANTIA**

15.1.1. **36 meses** (trinta e seis meses)

15.1.2. *On-Site* de todos os itens integrantes deste certame/objeto

15.1.3. Declaração do fabricante do equipamento validando período de garantia

15.1.4. Canal de atendimento gratuito pelo fabricante para abertura de chamados técnicos durante o período de garantia

15.1.5. O suporte técnico e a garantia deverão ser necessariamente prestados pelo FABRICANTE ou pela Rede de Assistência Técnica Autorizada, durante todo o período de garantia **(36 meses)**, devendo ser atendido no prazo estabelecido de acordo com o Termo de Referência.

**15.2. CERTIFICADOS**

15.2.1. O fabricante deverá comprovar a compatibilidade com o padrão UEFI através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria **Promoters** ou **Contributors**.

15.2.2. O equipamento deverá possuir compatibilidade de *hardware* (*Hardware Compatibility List* - HCL Windows).

15.2.3. Para o modelo do equipamento ofertado, deverá ser comprovada a compatibilidade em ao menos, uma distribuição Linux, mediante presença no relatório - (*Hardware Compatibility List* - HCL Linux).

15.2.4. O equipamento (marca e modelo) deve possuir certificado de conformidade como Rotulo Ecológico ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação).

15.2.5. Deverá ser entregue Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO **ou** certificado similar, comprovando que o COMPUTADOR está em conformidade com a norma IEC (*International Electrotechnical Commission* - Comissão Eletrotécnica Internacional) 62368-1 para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.

15.2.6. Deverá possuir identificação impressa com o nome do fabricante, modelo e número de série, estas identificações não poderão ser feitas com etiquetas autoadesivas de fácil remoção ou danificação.

**15.2.7. Responsabilidade com o Meio Ambiente:**

I. O modelo do equipamento ofertado deverá estar registrado no EPEAT (*Electronic Product Environmental Assessment Tool*) da Agência de Proteção Ambiental (EPA), na categoria Silver ou Gold, no site: <http://www.epeat.net> **ou** a certificação de Rotulagem Ecológico da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação ou ainda o fabricante do equipamento deverá possuir certificação ISO 14001.

II. O modelo ofertado deve estar em conformidade com o padrão RoHS (*Restriction of Hazardous Substances*) **ou** com a certificação de Rotulagem Ambiental da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), isto é, ser construído com substâncias que não agridem o meio ambiental, como cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr (VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb).

**GRUPO 02**

**5.2.1. - TIPO II – A  
INTERMEDIÁRIO**

**MICROCOMPUTADOR MINI / MICRO / TINY /  
COM MONITOR DE 23.8”  
E SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 11 PRO**

1. PROCESSADOR	<p>1.1. Processador DEVERÁ obter pontuação (<i>score</i>) de desempenho igual ou superior a <b>17.500 (dezesete mil e quinhentos pontos)</b> pontos, aferidos pelo site: <a href="http://www.cpubenchmark.net">http://www.cpubenchmark.net</a>.</p> <p>1.2. Controlador de memória integrado ao processador com capacidade de acesso em dois canais (<i>dual channel</i>)</p> <p>1.3. Processador com data de lançamento a partir do primeiro trimestre de 2024</p> <p>1.4. A proposta deve informar marca e modelo do processador ofertado</p> <p>1.5. Os processadores não podem estar descontinuados.</p>
2. MEMÓRIA	<p>2.1. Módulo Tipo SO-DIMM (<i>Small Outline - Dual In-line Memory Module</i>)</p> <p>2.2. Tecnologia DDR4</p> <p>2.3. Frequência 3200 MHz</p> <p>2.4. Possuir dois (02) módulos de 08 GB (oito gigabyte) de memória RAM instaladas, originais de fábrica e idênticos</p> <p>2.5. Poderá ser ofertado os <b>16 GB (dezesesseis gigabyte)</b> em pente único, desde que original de fábrica</p> <p>2.6. Capacidade de expansão suportada igual ou superior a 64 GB.</p>
3. PLACA MÃE	<p>3.1. Do mesmo fabricante do microcomputador ou comprovadamente em regime OEM, não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado de varejo a consumidor</p> <p>3.2. O nome do fabricante do equipamento deverá estar serigrafado através de processo industrial na placa-mãe</p> <p>3.3. Deve possuir o quantitativo mínimo indicado para os conectores internos e interfaces integrados a placa mãe:</p> <p>3.3.1. 01 (um) <i>slot</i> M.2 para SSD</p> <p>3.3.2. 01 (um) <i>slot</i> M.2 para <i>Wireless</i> e <i>Bluetooth</i></p> <p>3.3.3. 01 (uma) placa Wi-Fi 6 <i>Dual Band</i> - IEEE 802.11 ax e <i>Bluetooth</i> 5.0 ou superior</p> <p>3.3.4. 01 (uma) interface <i>onboard</i> de rede Ethernet 2.5Gb (padrão 2.5GbE)</p> <p>3.3.5. Chip <i>onboard Trusted Platform Module</i> 2.0 (Módulo de Plataforma Confiável) ou fTPM.</p>
4. BIOS / UEFI	<p>4.1. Deve ser do tipo UEFI</p> <p>4.2. Deve estar desbloqueada para a instalação de qualquer sistema operacional</p> <p>4.3. Deve ter sua configuração exibida no idioma português ou inglês</p> <p>4.4. Deve possuir identificação do fabricante e número de série do micro de forma não editável</p> <p>4.5. A BIOS deverá ter campo alfanumérico editável de no mínimo, 10 posições para inserção do número de patrimônio (<i>Asset Tag</i>)</p> <p>4.6. Deve permitir a adição de bitmap personalizado que identifique a instituição contratante</p> <p>4.7. Deve ser aderente aos padrões DMI 2.0, ACPI 5.0, no mínimo nas versões citadas</p> <p>4.8. Possuir senhas de setup para <i>Power On</i>, Perfil de Administrador e Unidade de Armazenamento</p> <p>4.9. Todas as atualizações do BIOS/UEFI devem estar presente no site do fabricante do microcomputador, não sendo aceito site de terceiros;</p>
5. ARMAZENAMENTO	<p>5.1. Um SSD (<i>State Solid Drive</i>) PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de <b>500 GB (quinhentos gigabyte)</b></p> <p>5.1.1. Velocidade de leitura sequencial de 3000MB/s</p> <p>5.1.2. Velocidade de escrita sequencial de 1500MB/s</p> <p>5.2. Dispositivo interno conectado diretamente ao <i>slot</i> M.2, sem o emprego de adaptadores.</p>
6. CONTROLADORA DE VÍDEO	<p>6.1. Integrado ao processador com memória alocada dinamicamente, com saída para duas (02) interfaces simultâneas.</p>

7. GABINETE	<p>7.1. Gabinete tipo Desktop Mini / Micro / Tiny (dimensões reduzidas), com volume (resultado obtido pela multiplicação das medidas <b>Altura x Largura x Profundidade</b>) igual ou inferior a 1,3 (um vírgula três) Litro.</p> <p>7.2. Deverá ser fornecido suporte para fixação do equipamento atrás do monitor [apenas para um (01) deles], sem prejudicar os ajustes solicitados (vide <b>subitens 11.13. e 11.14.</b>)</p> <p>7.3. 06 (seis) USB, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 02 (duas) frontais ou laterais, e pelo menos 01 (uma) do 3.2 Gen 2x1 do TIPO C</li> <li>• 04 (quatro) traseiras, sendo pelo menos 02 (duas) 3.2 Gen 2x1</li> </ul> <p>7.3.1. 02 (duas) saídas de vídeo, sendo obrigatoriamente ambas DIGITAIS (as conexões deverão ser totalmente condizentes com os monitores solicitados/ofertados no Item <b>11. DOIS (02) MONITORES</b>, sem o emprego de adaptadores de qualquer natureza</p> <p>7.4. Botão frontal:</p> <p>7.4.1. Liga/Desliga</p> <p>7.5. LEDs indicadores frontais:</p> <p>7.5.1. Atividade Armazenamento</p> <p>7.5.2. Equipamento ligado / standby</p> <p>7.6. Gabinete com pés antiderrapantes e acabamento interno/externo sem cantos vivos cortantes</p> <p>7.7. Possuir identificação gráfica para as interfaces do dispositivo (USB, vídeo, rede, áudio, etc)</p>
8. FONTE	<p>8.1. Fonte de alimentação externa, bivolt, com seleção automática de tensão entre 110/220V</p> <p>8.2. Deverá ter capacidade para atender ao equipamento na configuração máxima, incluindo as possíveis expansões</p> <p>8.3. Potência Real de 90 (noventa) Watts</p> <p>8.4. Eficiência energética mínima de 80%.</p>
9. TECLADO	<p>9.1. Tipo Alfanumérico estendido, tipo USB, padrão ABNT2, mínimo 107 Teclas, sendo obrigatório "Ç"</p> <p>9.2. Resistente a derramamento de líquidos</p> <p>9.3. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento a ser fornecido.</p>
10. MOUSE	<p>10.1. Óptico, com conector USB, dotado de 03 botões (sendo um botão para rolagem de telas - "Scroll") e resolução mínima de 800 DPI.</p> <p>10.2. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento a ser fornecido.</p>
11. MONITOR	<p>11.1. Tela 100% plana de LED</p> <p>11.2. Tamanho de <b>23,8" (vinte e três vírgula oito polegadas)</b></p> <p>11.3. Resolução <i>Full High Definition</i> (FHD - 1920x1080 pixels – 1080p)</p> <p>11.4. Formato de Tela <i>Widescreen</i></p> <p>11.5. <i>Dot Pitch / Pixel Pitch</i> de 0,300 mm ou menor</p> <p>11.6. Brilho: mínimo de 250 cd/m2</p> <p>11.7. Contraste estático: 1.000:1</p> <p>11.8. Tempo de resposta ≤ 5ms</p> <p>11.9. Antirreflexo / Matte / Anti-glare</p> <p>11.10. Conexões: HDMI / DISPLAY PORT / VGA</p> <p>11.11. Suporte Pivot, capaz de efetuar ajuste de altura</p> <p>11.12. Suporte Pivot, capaz de efetuar o giro da tela de 90 graus</p> <p>11.13. Fonte de Alimentação Bivolt</p> <p>11.14. Furação VESA ou solução própria para fixação do computador (Mini / Tiny / Micro)</p>

	<p>11.15. <i>Slot</i> para cabo de segurança <u>Kensington</u> ou similar</p> <p>11.16. Deverá acompanhar todos os cabos e acessórios necessários para seu pleno funcionamento em conjunto com o equipamento ofertado sem o emprego de adaptadores/conversores</p> <p>11.17. O monitor deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador ofertado, sendo aceito regime de OEM.</p>
<b>12. SISTEMA OPERACIONAL</b>	<p>12.1. Todos os equipamentos deverão vir com licença original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro (ou versão mais recente equivalente), ativada e legalmente adquirida, comprovada através de declaração do fabricante do equipamento</p> <p>12.2. A licença do Sistema Operacional Windows deverá ser <b>VITALÍCIA</b>.</p>
<b>13. GARANTIA E CERTIFICAÇÕES</b>	<p><b>13.1. GARANTIA</b></p> <p>13.1.1. <b>36 meses</b> (trinta e seis meses);</p> <p>13.1.2. <i>On-Site</i> de todos os itens integrantes deste certame;</p> <p>13.1.3. Declaração do fabricante do equipamento validando período de garantia;</p> <p>13.1.4. Canal de atendimento gratuito pelo fabricante para abertura de chamados técnicos durante o período de garantia.</p> <p>13.1.5. O suporte técnico e a garantia deverão ser necessariamente prestados pelo FABRICANTE ou pela Rede de Assistência Técnica Autorizada, durante todo o período de garantia (<b>36 meses</b>), devendo ser atendidos no prazo estabelecido de acordo com o Termo de Referência.</p> <p><b>13.2. CERTIFICADOS</b></p> <p>13.2.1. O fabricante deverá comprovar a compatibilidade com o padrão UEFI através do site <a href="http://www.uefi.org/members">http://www.uefi.org/members</a>, na categoria <b>Promoters</b> ou <b>Contributors</b>.</p> <p>13.2.2. O fabricante deverá fazer parte da lista de membros do DMTF na categoria <b>Board</b> ou <b>Leadership</b>, comprovado através de certificação.</p> <p>13.2.3. O equipamento deverá possuir compatibilidade de <i>hardware</i> (<i>Hardware Compatibility List</i> - HCL Windows).</p> <p>13.2.4. Para o modelo do equipamento ofertado, deverá ser comprovada a compatibilidade em ao menos, uma distribuição Linux, mediante presença no relatório - (<i>Hardware Compatibility List</i> - HCL Linux).</p> <p>13.2.5. O equipamento (marca e modelo) deve possuir certificado de conformidade com a Portaria Inmetro 304/2023.</p> <p>13.2.6. O equipamento (marca e modelo) deve possuir certificado de conformidade como Rotulo Ecológico ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação).</p> <p>13.2.7. Deverá ser entregue Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou certificado similar, comprovando que o COMPUTADOR está em conformidade com a norma IEC (<i>International Electrotechnical Commission</i> - Comissão Eletrotécnica Internacional) 62368-1 para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.</p> <p>13.2.8. Deverá possuir identificação impressa com o nome do fabricante, modelo e número de série, estas identificações não poderão ser feitas com etiquetas autoadesivas de fácil remoção ou danificação.</p> <p><b>13.2.9. Responsabilidade com o Meio Ambiente:</b></p> <p>I. O modelo do equipamento ofertado deverá estar registrado no EPEAT (<i>Electronic Product Environmental Assessment Tool</i>) da Agência de Proteção Ambiental (EPA), na categoria Silver ou Gold, no site: <a href="http://www.epeat.net">http://www.epeat.net</a> ou a certificação de Rotulagem Ecológico da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação ou ainda o fabricante do equipamento deverá possuir certificação ISO 14000 14001.</p>

II. O modelo ofertado deve estar em conformidade com o padrão RoHS (*Restriction of Hazardous Substances*) ou com a certificação de Rotulagem Ambiental da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), isto é, ser construído com substâncias que não agredem o meio ambiental, como cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr (VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb).

5.2.2. - TIPO II – B MONITOR OPCIONAL	MONITOR DE 23.8"
1. TECNOLOGIA	LED - 100% Plana
2. TAMANHO	23,8" - Vinte e três vírgula oito polegadas
3. RESOLUÇÃO	Resolução Full High Definition (FHD - 1920x1080 pixels – 1080p)
4. FORMATO	Widescreen
5. DOT PITCH	Dot Pitch / Pixel Pitch de 0,300 mm ou menor
6. BRILHO e CONTRASTE	Brilho: mínimo de 250 cd/m2 Contraste estático: 1.000:1
7. TEMPO DE RESPOSTA	≤ 5ms (cinco milissegundos)
8. RECURSOS	Antirreflexo / Matte / Anti-glare
9. CONEXÕES	HDMI / DISPLAY PORT / VGA
10. SUPORTE / PEDESTAL	Suporte Pivot, capaz de efetuar ajuste de altura Suporte Pivot, capaz de efetuar o giro da tela de 90 graus
11. ALIMENTAÇÃO	Fonte de Alimentação Bivolt
12. GARANTIA E OUTROS	12.1. <b>GARANTIA</b> 13.1.1. <b>36 meses</b> (trinta e seis meses) 12.2. <b>OUTROS</b> 12.2.1. O monitor deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador ofertado, sendo aceito regime de OEM. 12.2.2. Slot para cabo de segurança <u>Kensington</u> ou similar 12.2.3. Deverá acompanhar todos os cabos e acessórios necessários para seu pleno funcionamento em conjunto com o equipamento ofertado sem o emprego de adaptadores/conversores 12.2.4. Furação VESA ou solução própria para fixação do computador (Mini / Tiny / Micro)

5.3. - TIPO III – AVANÇADO I (CAD)	<p><b>MICROCOMPUTADOR TORRE CORPORATIVO COM MONITOR 27"</b></p> <p><b>MICROSOFT WINDOWS E PLACA DE VÍDEO DEDICADA</b></p> <p><b>PARA CAD (<i>Computer Aided Designer</i>)</b></p>
1. PROCESSADOR	<p>1.1. Processador com desempenho igual ou superior a <b>30.000 (trinta mil)</b> pontos aferidos pelo site: <a href="http://www.cpubenchmark.net">www.cpubenchmark.net</a></p> <p>1.2. Controlador de memória integrado ao processador. Capacidade de acesso em dois canais (<i>dual channel</i>)</p> <p>1.3. Processador com data de lançamento a partir do terceiro trimestre de 2024</p> <p>1.4. A proposta deve informar marca e modelo do processador ofertado</p> <p>1.5. Os processadores não podem estar descontinuados.</p>
2. MEMÓRIA	<p>2.1. DDR5 4800MHz – <i>non ECC</i></p> <p>2.2. Possuir 02 (dois) módulos de 16 GB (dezesesseis gigabytes) de memória RAM instaladas, originais de fábrica e idênticos</p> <p>2.3. Poderá ser ofertado os 32 GB (trinta e dois gigabytes) em pente único, desde que original de fábrica</p> <p>2.4. Capacidade de expansão suportada igual ou superior a 128 GB.</p>
3. PLACA MÃE	<p>3.1. Socket do Processador compatível com o recurso ofertado</p> <p>3.2. Chip TPM 2.0 <i>on-board</i></p> <p>3.3. Suporte à memória RAM DDR5</p> <p>3.4. 04 (quatro) <i>Slots</i> de Memória RAM</p> <p>3.5. Rede Ethernet RJ45 Gigabit</p> <p>3.6. 03 (três) <i>Slots</i> PCIe, sendo, no mínimo:</p> <p>3.6.1. 01 <i>Slot</i> PCIe x1</p> <p>3.6.2. 01 <i>Slot</i> PCIe x16 geração/versão 3.0</p> <p>3.6.3. 01 <i>Slot</i> PCIe x16 geração/versão 4.0</p> <p>3.7. No mínimo 02 (dois) <i>slots</i> M.2.</p> <p>3.8. No mínimo 08 (oito) portas USBs, consistindo em:</p> <p>3.8.1. 02 (duas) portas USB 3.2 Gen 2x1, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>01 (uma) Tipo C</li> <li>01 (uma) Tipo A</li> </ul> <p>3.8.2. 03 (três) portas USB 2.0</p> <p>3.8.3. 03 (três) portas USB 3.2 Gen 1x1</p> <p>3.9. Saída e Entrada de áudio P2</p>
4. ARMAZENAMENTO	<p>4.1. Um SSD (<i>State Solid Drive</i>) PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de <b>01 (um) Terabyte</b></p> <p>4.1.1. Velocidade de leitura sequencial de 3000 (três mil) MB/s</p> <p>4.1.2. Velocidade de escrita sequencial de 1500 (um mil e quinhentos) MB/s</p> <p>4.2. Dispositivo interno conectado diretamente ao <i>slot</i> M.2, sem o emprego de adaptadores.</p>
5. PLACA DE VÍDEO	<p>5.1. Placa Gráfica Profissional <i>off-board</i> certificada para CAD (<i>Computer-Aided Design</i>), com referência citada no site da AutoDesk, <a href="https://www.autodesk.com/br/support/system-requirements/certified-graphics-hardware/autocad">https://www.autodesk.com/br/support/system-requirements/certified-graphics-hardware/autocad</a></p> <p>5.2. 08 GB (oito gigabytes) de Memória</p> <p>5.3. Tecnologia DDR6 de VRAM</p> <p>5.4. 4 portas mini <i>DisplayPort</i> 1.4a</p> <p>5.5. PCI Express de 4ª (quarta) geração/versão</p> <p>5.6. Largura de Banda de 128 bits</p>

	5.7. O dispositivo deverá ser <b>HOMOLOGADO</b> para uso no modelo do equipamento ofertado, com referência em datasheet/catálogo ou site oficial.
<b>6. GABINETE</b>	6.1. Gabinete tipo Torre 6.2. Volume igual ou inferior a 21 (vinte e um) Litros (valor obtido pela multiplicação das medidas de <b>Altura x Largura x Profundidade</b> ) 6.3. Sistema de ventilação e exaustão eficiente, projetado para o gabinete ofertado 6.4. Possuir botão liga/deliga frontal 6.5. LED indicativo do estado ligado/desligado frontal 6.6. LED indicativo de acesso ao armazenamento frontal 6.7. <i>Slot</i> de Cartão SD 6.8. Áudio <i>line-out</i> 6.9. <i>Slot</i> de segurança Kensington ou similar 6.10. Gabinete na cor Preta, Gafite/Chumbo (cinza escuro) ou Prata (cinza claro)
<b>7. FONTE</b>	7.1. Fonte de Alimentação ( <i>PSU – Power Supply Unit</i> ) com potência de <b>450 W (quatrocentos e cinquenta Watts)</b> ou superior 7.2. A PSU deverá ter capacidade suficiente para suportar a configuração máxima do item ofertado, incluindo a placa de vídeo dedicada 7.3. PFC Ativo 7.4. Certificado igual ou superior ao 80 Plus Bronze
<b>8. TECLADO</b>	8.1. Tipo Alfanumérico estendido, tipo USB, padrão ABNT2, mínimo 107 Teclas, sendo obrigatório “Ç” 8.2. Resistente a derramamento de líquidos 8.3. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento a ser fornecido.
<b>9. MOUSE</b>	9.1. Laser, com conector USB, dotado de 03 botões (sendo um botão para rolagem de telas - “ <i>Scroll</i> ”) 9.2. Resolução de 3000 DPI 9.3. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento a ser fornecido
<b>10. MONITOR</b>	10.1. Tamanho da tela de 27” (vinte e sete polegadas) 10.2. Resolução FHD – Full HD (1920 x 1080 pixels) ou superior 10.3. Tecnologia LCD / LED 10.4. Aspecto 16:9 ( <i>WideScreen</i> ) 10.5. Conexões: DP, HDMI e VGA 10.6. Suporte/Pedestal <b>ORIGINAL</b> com regulagens de altura, inclinação e rotação 10.7. Tecnologia “ <i>Flicker-Free Screen</i> ” 10.8. Tecnologia “ <i>Low Blue Light</i> ” 10.9. Tempo de Resposta de 5ms 10.10. Contraste de 1.000:1 (Estático) 10.11. Brilho de 250 cd/m²
<b>11. SISTEMA OPERACIONAL</b>	11.1. Todos os equipamentos deverão vir com licença original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro (ou versão mais recente equivalente), ativada e legalmente adquirida, comprovada através de declaração do fabricante do equipamento 11.2. A licença do Sistema Operacional Windows deverá ser <b>VITALÍCIA</b>
<b>12. GARANTIA E CERTIFICADOS</b>	12.1. <b>GARANTIA</b> 12.1.1. <b>36 meses</b> (trinta e seis meses). 12.1.2. <i>On-Site</i> de todos os itens integrantes deste certame.

- 12.1.3. Declaração do fabricante do equipamento validando período de garantia.
- 12.1.4. Canal de atendimento gratuito pelo fabricante para abertura de chamados técnicos durante o período de garantia.
- 12.1.5. O suporte técnico e a garantia deverão ser necessariamente prestados pelo FABRICANTE ou pela Rede de Assistência Técnica Autorizada, durante todo o período de garantia (**36 meses**), devendo ser atendidos no prazo estabelecido de acordo com o Termo de Referência.

#### 12.2. CERTIFICADOS

- 12.2.1. O fabricante deverá comprovar a compatibilidade com o padrão UEFI através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria **Promoters** ou **Contributors**.
- 12.2.2. O equipamento deverá possuir compatibilidade de *hardware* (*Hardware Compatibility List* - HCL Windows).
- 12.2.3. Para o modelo do equipamento ofertado, deverá ser comprovada a compatibilidade em ao menos, uma distribuição Linux, mediante presença no relatório - (*Hardware Compatibility List* - HCL Linux).
- 12.2.4. O equipamento (marca e modelo) deve possuir certificado de conformidade com a Portaria Inmetro 304/2023.
- 12.2.5. O equipamento (marca e modelo) deve possuir certificado de conformidade como Rotulo Ecológico ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação).
- 12.2.6. Deverá ser entregue Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO **ou** certificado similar, comprovando que o COMPUTADOR está em conformidade com a norma IEC (*International Electrotechnical Commission* - Comissão Eletrotécnica Internacional) 62368-1, para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.
- 12.2.7. Deverá possuir identificação impressa com o nome do fabricante, modelo e número de série, estas identificações não poderão ser feitas com etiquetas autoadesivas de fácil remoção ou danificação.

#### 12.2.8. Responsabilidade com o Meio Ambiente:

I. O modelo do equipamento ofertado deverá estar registrado no EPEAT (*Electronic Product Environmental Assessment Tool*) da Agência de Proteção Ambiental (EPA), na categoria Silver ou Gold, no site: <http://www.epeat.net> ou a certificação de Rotulagem Ecológico da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação ou ainda o fabricante do equipamento deverá possuir certificação ISO 14.001.

II. O modelo ofertado deve estar em conformidade com o padrão RoHS (*Restriction of Hazardous Substances*) **ou** com a certificação de Rotulagem Ambiental da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), isto é, ser construído com substâncias que não agredem o meio ambiental, como cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr (VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb).

5.4. - TIPO IV – AVANÇADO II (DESIGN GRÁFICO)	MICROCOMPUTADOR TORRE CORPORATIVO COM MONITOR 27”  MICROSOFT WINDOWS E PLACA DE VÍDEO DEDICADA
1. PROCESSADOR	<p>1.1. Processador com desempenho igual ou superior a <b>30.000 (trinta mil)</b> pontos aferidos pelo site: <a href="http://www.cpubenchmark.net">http://www.cpubenchmark.net</a></p> <p>1.2. Controlador de memória integrado ao processador. Capacidade de acesso em dois canais (<i>dual channel</i>)</p>

	<p>1.3. Processador com data de lançamento a partir do terceiro trimestre de 2024</p> <p>1.4. A proposta deve informar marca e modelo do processador ofertado</p> <p>1.5. Os processadores não podem estar descontinuados.</p>
<b>2. MEMÓRIA</b>	<p>2.1. DDR5 4400 MT/s – <i>non ECC</i></p> <p>2.2. Possuir 02 (dois) módulos de 16 GB (dezesesseis gigabytes) de memória RAM instaladas, <b>ORIGINAIS</b> de fábrica e idênticos</p> <p>2.3. Poderá ser ofertado os <b>32 GB (trinta e dois gigabyte)</b> em pente único, desde que original de fábrica</p> <p>2.4. Capacidade de expansão suportada igual ou superior a 128 GB.</p>
<b>3. PLACA MÃE</b>	<p>3.1. Socket do Processador compatível com o recurso ofertado</p> <p>3.2. Chip TPM 2.0 <i>on-board</i></p> <p>3.3. Suporte à memória RAM DDR5</p> <p>3.4. 04 (quatro) <i>Slots</i> de Memória RAM</p> <p>3.5. Rede Ethernet RJ45 Gigabit</p> <p>3.6. 03 (três) <i>slots</i> PCIe, sendo, no mínimo:</p> <p>3.6.1. 01 <i>Slot</i> PCIe x1</p> <p>3.6.2. 01 <i>Slot</i> PCIe x16 geração/versão 3.0</p> <p>3.6.3. 01 <i>Slot</i> PCIe x16 geração/versão 4.0</p> <p>3.7. No mínimo 2 (dois) <i>slots</i> M.2.</p> <p>3.8. No mínimo 08 (oito) portas USBs, consistindo em:</p> <p>3.8.1. 02 (duas) portas USB 3.2 Gen 2x1, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (uma) Tipo C</li> <li>• 01 (uma) Tipo A</li> </ul> <p>3.8.2. 03 (três) portas USB 2.0.</p> <p>3.8.3. 03 (três) portas USB 3.2 Gen 1x1</p> <p>3.9. Saída e Entrada de áudio P2</p>
<b>4. ARMAZENAMENTO</b>	<p>4.1. Um SSD (<i>State Solid Drive</i>) PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de <b>01 (um) Terabyte</b></p> <p>4.2. Dispositivo interno conectado diretamente ao <i>slot</i> M.2, sem o emprego de adaptadores</p> <p>4.3. Velocidade de leitura sequencial de 2900 (três mil) MB/s</p> <p>4.4. Velocidade de escrita sequencial de 1500 (um mil e quinhentos) MB/s</p>
<b>5. PLACA DE VÍDEO</b>	<p>5.1. Placa Gráfica</p> <p>5.2. 16 GB (dezesesseis gigabytes) de memória</p> <p>5.3. Tecnologia DDR6 de VRAM (GDDR6 / GDDR6X)</p> <p>5.4. 04 (quatro) saídas digitais</p> <p>5.5. PCI <i>Express</i> de 4ª (quarta) geração</p> <p>5.6. Largura da Interface de Memória de 256 (duzentos e cinquenta e seis) bits ou maior</p> <p>5.7. O dispositivo deverá ser <b>HOMOLOGADO</b> para uso no modelo do equipamento ofertado, com referência em datasheet/catálogo ou site oficial</p>
<b>6. GABINETE</b>	<p>6.1. Gabinete tipo Torre</p> <p>6.2. Volume igual ou inferior a <b>30 (trinta)</b> litros (valor obtido pela multiplicação das medidas de <b>Altura x Largura x Profundidade</b>)</p> <p>6.3. Sistema de ventilação e exaustão eficiente, projetado para o gabinete</p> <p>6.4. Possuir botão liga/deliga frontal</p> <p>6.5. LED indicativo do estado ligado/desligado frontal</p>

	<p>6.6. LED indicativo de acesso ao armazenamento frontal</p> <p>6.7. <i>Slot</i> de Cartão SD</p> <p>6.8. Áudio <i>line-out</i></p> <p>6.9. Slot de segurança Kensington ou similar</p> <p>6.10. Gabinete na cor Preta, Grafite/Chumbo (cinza escuro) ou Prata (cinza claro)</p>
<b>7. FONTE</b>	<p>7.1. Fonte de Alimentação (<i>PSU – Power Supply Unit</i>) com potência de <b>700 W (setecentos Watts)</b> ou superior</p> <p>7.2. A PSU deverá ter capacidade suficiente para suportar a configuração máxima do item ofertado, incluindo a placa de vídeo dedicada</p> <p>7.3. Certificado igual ou superior ao 80 Plus Bronze</p>
<b>8. TECLADO</b>	<p>8.1. Tipo Alfanumérico estendido, tipo USB, padrão ABNT2 com no mínimo 107 Teclas, sendo obrigatório “Ç”</p> <p>8.2. Resistente a derramamento de líquidos</p> <p>8.3. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento a ser fornecido</p>
<b>9. MOUSE</b>	<p>9.1. Laser, com conector USB, dotado de 03 botões (sendo um botão para rolagem de telas - “<i>Scroll</i>”) e resolução mínima de 3000 DPI</p> <p>9.2. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento a ser fornecido</p>
<b>10. MONITOR</b>	<p>10.1. Tamanho da tela de <b>27” (vinte e sete polegadas)</b></p> <p>10.2. Resolução de 4k - (3840 × 2160 pixels) – UHD</p> <p>10.3. Tecnologia Painel IPS</p> <p>10.4. Tela Antirreflexo / Anti-Glare / Antiofuscante</p> <p>10.5. Aspecto 16:9 (<i>WideScreen</i>)</p> <p>10.6. Tempo de resposta de ≤ 5ms</p> <p>10.7. Conexões: DisplayPort e HDMI</p> <p>10.8. Suporte/Pedestal <b>ORIGINAL</b> com, no mínimo, regulagem de inclinação</p> <p>10.9. Tecnologias “<i>Flicker-Free Screen</i>” e “<i>Low Blue Light</i>”</p> <p>10.10. Tempo de Resposta: ≤ 5ms</p> <p>10.11. Contraste de 1.000:1 (Estático)</p> <p>10.12. Brilho de 250 cd/m²</p>
<b>11. SISTEMA OPERACIONAL</b>	<p>11.1. Todos os equipamentos deverão vir com licença original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro (ou versão mais recente equivalente), ativada e legalmente adquirida, comprovada através de declaração do fabricante do equipamento</p> <p>11.2. A licença do Sistema Operacional Windows deverá ser <b>VITALÍCIA</b></p>
<b>12. GARANTIA E CERTIFICADOS</b>	<p><b>12.1. GARANTIA</b></p> <p>12.1.1. <b>36 meses</b> (trinta e seis meses).</p> <p>12.1.2. <i>On-Site</i> de todos os itens integrantes deste certame.</p> <p>12.1.3. Declaração do fabricante do equipamento validando período de garantia.</p> <p>12.1.4. Canal de atendimento gratuito pelo fabricante para abertura de chamados técnicos durante o período de garantia.</p> <p>12.1.5. O suporte técnico e a garantia deverão ser necessariamente prestados pelo FABRICANTE ou pela Rede de Assistência Técnica Autorizada, durante todo o período de garantia (<b>36 meses</b>), devendo ser atendidos no prazo estabelecido de acordo com o Termo de Referência.</p> <p><b>12.2. CERTIFICADOS</b></p> <p>12.2.1. O fabricante deverá comprovar a compatibilidade com o padrão UEFI através do site <a href="http://www.uefi.org/members">http://www.uefi.org/members</a>, na categoria <b>Promoters</b> ou <b>Contributors</b>.</p>

12.2.2. O equipamento deverá possuir compatibilidade de *hardware* (*Hardware Compatibility List* - HCL Windows).

12.2.3. Para o modelo do equipamento ofertado, deverá ser comprovada a compatibilidade em ao menos, uma distribuição Linux, mediante presença no relatório - (*Hardware Compatibility List* - HCL Linux).

12.2.4. O equipamento (marca e modelo) deve possuir certificado de conformidade com a Portaria Inmetro 304/2023.

12.2.5. O equipamento (marca e modelo) deve possuir certificado de conformidade como Rotulo Ecológico ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação).

12.2.6. Deverá ser entregue Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO **ou** certificado similar, comprovando que o COMPUTADOR está em conformidade com a norma IEC (*International Electrotechnical Commission* - Comissão Eletrotécnica Internacional) 62368-1, para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.

12.2.7. Deverá possuir identificação impressa com o nome do fabricante, modelo e número de série, estas identificações não poderão ser feitas com etiquetas autoadesivas de fácil remoção ou danificação.

**12.2.8. Responsabilidade com o Meio Ambiente:**

I. O modelo do equipamento ofertado deverá estar registrado no EPEAT (*Electronic Product Environmental Assessment Tool*) da Agência de Proteção Ambiental (EPA), na categoria Silver ou Gold, no site: <http://www.epeat.net> ou a certificação de Rotulagem Ecológico da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação ou ainda o fabricante do equipamento deverá possuir certificação ISO 14000 14001.

II. O modelo ofertado deve estar em conformidade com o padrão RoHS (*Restriction of Hazardous Substances*) **ou** com a certificação de Rotulagem Ambiental da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), isto é, ser construído com substâncias que não agredem o meio ambiental, como cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr (VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb).

5.5. - TIPO V – NOTEBOOK DE 14”	NOTEBOOK COM WINDOWS 11 PROFESSIONAL
1. PROCESSADOR	<p>1.1. Processador com desempenho igual ou superior a <b>15.000 (quinze mil)</b> pontos aferidos pelo site: <a href="http://www.cpubenchmark.net">http://www.cpubenchmark.net</a></p> <p>1.2. Controlador de memória integrado ao processador com capacidade de acesso em dois canais (<i>dual channel</i>)</p> <p>1.3. Processador com data de lançamento a partir do terceiro trimestre de 2023</p> <p>1.4. A proposta deve informar marca e modelo do processador ofertado</p> <p>1.5. Os processadores não podem estar descontinuados.</p>
2. MEMÓRIA	<p>2.1. Tecnologia DDR5</p> <p>2.2. <b>16 GB (dezesesseis gigabytes) de memória RAM</b></p> <p>2.3. Se ofertado em 02 (dois) pentes, deverão ser idênticos</p> <p>2.4. Se 01 (um) pente for soldado, o outro deverá obrigatoriamente ser <b>HOMOLOGADO</b> pelo fabricante do equipamento para o modelo ofertado.</p>
3. WEBCAM	<p>3.1. Embutida no chassi do equipamento, de forma <b>original</b></p>

	3.2. Webcam com resolução HD (720p) ou superior
<b>4. PORTAS DE ENTRADA E SAÍDA / COMUNICAÇÃO</b>	<p>4.1. 01 (uma) USB 3.2 Gen 1x1</p> <p>4.2. 01 (uma) USB 3.2 Gen 1x1</p> <p>4.3. 01 (uma) USB 3.2 Gen 1x1 tipo C (<i>Power Delivery</i> e <i>DisplayPort</i>)</p> <p>4.4. 01 (uma) HDMI</p> <p>4.5. 01 (um) Wi-Fi 6 - Padrão 802.11ax ou mais recente</p> <p>4.6. 01 (um) Conector de áudio P2</p> <p>4.7. 01 (um) Bluetooth 5.1 ou superior</p> <p>4.8. 01 (uma) Ethernet RJ45 Gigabit (<i>on-board</i>).</p>
<b>5. UNIDADE DE ARMAZENAMENTO</b>	<p>5.1. 01 (um) SSD (<i>State Solid Drive</i>) PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de <b>500 GB (quinhentos gigabyte)</b></p> <p>5.1.1. Velocidade de leitura sequencial de 2900 MB/s</p> <p>5.1.2. Velocidade de escrita sequencial de 1500 MB/s</p> <p>5.2. Dispositivo interno conectado diretamente ao <i>slot</i> M.2, sem o emprego de adaptadores.</p>
<b>6. SOM</b>	6.1. Áudio com 2 Alto-falantes (Estéreo).
<b>7. TELA</b>	<p>7.1. Tecnologia LCD/LED</p> <p>7.2. Tamanho da tela: <b>14" (quatorze polegadas)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Não serão interpretados telas maiores como <b>SUPERIORES</b></li> <li>Não serão aceito telas menores. Serão caracterizadas como <b>INFERIORES</b></li> </ul> <p>7.3. Formato <i>Widescreen</i></p> <p>7.4. Resolução Full HD – 1920 x 1080 pixels (1080p)</p> <p>7.5. Antirreflexo / Matte / <i>Anti-Glare</i></p>
<b>8. TECLADO</b>	8.1. Teclado padrão ABNT2 – Português BR
<b>9. DISPOSITIVO APONTADOR</b>	9.1. Touchpad com 2 Botões
<b>10. SEGURANÇA</b>	<p>10.1. Deverá possuir um <i>slot</i> de abertura para acoplagem do cabo de segurança tipo <i>Kensington</i> ou similar.</p> <p>10.2. Chip TPM 2.0 ou mais recente integrado ou fTPM</p>
<b>11. FONTE DE ALIMENTAÇÃO</b>	11.1. A fonte do equipamento deve atender suas necessidades, com tensão de entrada de 100 ~ 240v (sendo bivolt automático).
<b>12. PESO &amp; VARIAÇÃO DE COR</b>	<p>12.1. Peso igual ou Inferior 1,6 kg (um quilograma e seiscentos gramas)</p> <p>12.2. Cor Preto, Grafite/Chumbo (cinza escuro), Prata (cinza claro) ou a combinação destas.</p>
<b>13. BATERIA</b>	13.1. Bateria <b>ORIGINAL</b> do equipamento dimensionada para duração mínima de 3 horas em suas plenas funções, em modo normal
<b>14 . SISTEMA OPERACIONAL</b>	<p>14.1. Todos os equipamentos deverão vir com licença original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro (ou versão mais recente equivalente), ativada e legalmente adquirida, comprovada através de declaração do fabricante do equipamento</p> <p>14.2. A licença do Sistema Operacional Windows deverá ser <b>VITALÍCIA</b>.</p>
<b>15. GARANTIA E CERTIFICADOS</b>	<p><b>15.1. GARANTIA</b></p> <p>15.1.1. <b>36 meses</b> (trinta e seis meses)</p> <p>15.1.2. <i>On-Site</i> de todos os itens integrantes deste certame/objeto</p>

- 15.1.3. Declaração do fabricante do equipamento validando período de garantia
- 15.1.4. Canal de atendimento gratuito pelo fabricante para abertura de chamados técnicos durante o período de garantia
- 15.1.5. O suporte técnico e a garantia deverão ser necessariamente prestados pelo FABRICANTE ou pela Rede de Assistência Técnica Autorizada, durante todo o período de garantia (**36 meses**), devendo ser atendidos no prazo estabelecido de acordo com o Termo de Referência.

## 15.2. CERTIFICADOS

- 15.2.1. O fabricante deverá comprovar a compatibilidade com o padrão UEFI através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria **Promoters** ou **Contributors**;
- 15.2.2. O equipamento deverá possuir compatibilidade de *hardware* (*Hardware Compatibility List* - HCL Windows).
- 15.2.3. Para o modelo do equipamento ofertado, deverá ser comprovada a compatibilidade em ao menos, uma distribuição Linux, mediante presença no relatório - (*Hardware Compatibility List* - HCL Linux).
- 15.2.4. O equipamento (marca e modelo) deve possuir certificado de conformidade com a Portaria Inmetro 304/2023.
- 15.2.5. O equipamento (marca e modelo) deve possuir certificado de conformidade como Rotulo Ecológico ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação).
- 15.2.6. Deverá apresentar certificado MIL-STD-810H.
- 15.2.7. Deverá ser entregue Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO **ou** certificado similar, comprovando que o COMPUTADOR está em conformidade com a norma IEC (*International Electrotechnical Commission* - Comissão Eletrotécnica Internacional) 62368-1 para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;
- 15.2.8. Deverá possuir identificação impressa com o nome do fabricante, modelo e número de série, estas identificações não poderão ser feitas com etiquetas autoadesivas de fácil remoção ou danificação.
- 15.2.9. **Responsabilidade com o Meio Ambiente:**
- I. O modelo do equipamento ofertado deverá estar registrado no EPEAT (*Electronic Product Environmental Assessment Tool*) da Agência de Proteção Ambiental (EPA), na categoria Silver ou Gold, no site: <http://www.epeat.net> ou a certificação de Rotulagem Ecológico da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação ou ainda o fabricante do equipamento deverá possuir certificação ISO 14001;
- II. O modelo ofertado deve estar em conformidade com o padrão RoHS (*Restriction of Hazardous Substances*) ou com a certificação de Rotulagem Ambiental da ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre - Coordenação-Geral de Acreditação), isto é, ser construído com substâncias que não agridem o meio ambiental, como cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr (VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb).

5.6. - TIPO VI - TABLET	TABLET COM TELA DE 10.1"
1. PROCESSADOR	1.1. Processador com 8 (oito) núcleos ou mais, sendo parte dos núcleos com frequência igual ou superior a 2 (dois) GHz

<b>2. MEMÓRIA</b>	2.1. Memória RAM de 04 GB ( <b>quatro gigabyte</b> )
<b>3. SISTEMA OPERACIONAL</b>	3.1. Android 14 ou mais recente 3.2. Idioma em Português do Brasil
<b>4. ARMAZENAMENTO</b>	4.1. Capacidade mínima de 64 GB (sessenta e quatro) 4.2. <i>Slot</i> para cartão micros com suporte a expansão para 512GB ou superior
<b>5. TELA</b>	5.1. Tamanho de <b>10.1" (dez ponto uma polegadas)</b> 5.2. FHD (1920 x 1080) @30fps 5.3. Possuir tela multitoque
<b>6. GABINETE / CHASSI</b>	6.1. O gabinete não poderá apresentar saliências, pontas ou estruturas externas perfurantes ou cortantes; 6.2. Nas cores: 6.2.1. GRAFITE / CUMBO (Cinza Escuro) <i>ou</i> 6.2.2. PRETO <i>ou</i> 6.2.3. PRATA (Cinza Claro) <i>ou</i> 6.2.4. A combinação destes
<b>7. CONECTIVIDADE</b>	7.1. 5G – Rede Móveis ( <i>Desbloqueado para todas operadoras</i> ) 7.2. WiFi padrão 802.11 a/b/g/n/ac (2.4G+5GHz) 7.3. Bluetooth versão 5.0 ou superior
<b>8. LOCALIZAÇÃO</b>	8.1. GPS 8.2. Glonass
<b>9. RECURSOS</b>	9.1. Microfone integrado 9.2. Alto-Falante integrado 9.3. USB-C sem o emprego de adaptadores 9.4. Sensores: 9.4.1. Acelerômetro 9.4.2. Giroscópio 9.4.3. Sensor de Luz
<b>10. CÂMERA FRONTAL E TRASEIRA</b>	10.1. Integradas ao equipamento 10.2. Câmera traseira com resolução de 8 MP (oito megapixel) • A Câmera traseira DEVERÁ possuir foco automático 10.3. Câmera frontal com resolução de 5 MP (cinco megapixel)
<b>11. BATERIA</b>	11.1. Interna e recarregável 11.2. Capacidade mínima de 5000 mA/h 11.3. Permitir o uso do equipamento (Tablet) enquanto a bateria estiver carregando

## 12. GARANTIA E OUTROS

### 12.1. GARANTIA

12.1.1. **36 meses** (trinta e seis meses)

### 12.2. OUTROS

12.2.1. Equipamento deverá ser novo e lacrado

12.2.2. Certificação da ANATEL

12.2.3. Capa protetora para cada equipamento (Tablet) adquirido

12.2.4. Deverá ser entregue 01 CARREGADOR e CABO de dados, ambos Originais

12.2.5. Peso igual ou inferior a 600 (seiscentos) gramas

## 5.7. CONDIÇÕES GERAIS

5.7.1. Todos os componentes como: teclado, mouse, monitor, deverão ser **NOVOS** e de **PRIMEIRO USO**, do mesmo fabricante do equipamento ou fabricados em regime de OEM (*Original Equipment Manufacturer*) com declaração para os mesmos. Todos os componentes deverão ser 100% compatíveis e funcionarem perfeitamente.

5.7.2 Se entregues em regime OEM, a logomarca do fabricante/empresa deverá ser grafada/serigrafada com qualidade visual.

5.7.3. Microcomputador, monitor, teclado e mouse devem permanecer com sua total integridade mecânica e funcional, depois de montado e embalado, e submetido às vibrações especificadas que podem ocorrer durante o transporte do equipamento, sendo expressamente proibida a utilização de qualquer espécie de cola ou adesivo para fixação das placas internas e conectores.

5.7.4. Os equipamentos deverão ser acompanhados de sua documentação técnica completa e atualizada, contendo os manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

5.7.5. Apresentar juntamente com a proposta: catálogo, manual, prospecto ou PDF original do fabricante, comprovando o atendimento às características mínimas exigidas, bem como a ESPECIFICAÇÃO do PROCESSADOR ofertado.

5.7.6 Deverá constar no próprio catálogo ou na proposta a origem do site oficial do fabricante, de tal forma que informe a "FONTE" (endereço completo <http://www.fabricante.com.br/produtox>) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

5.7.7. Além da análise do catálogo, será solicitada uma AMOSTRA completa de cada TIPO à licitante vencedora, e esta deverá proceder num prazo de até **10 (dez) dias** corridos após a convocação, de acordo com o **Termo de Referência\_Considerações Técnicas,** **Exigência de amostra, certificado de marca ou laudo técnico.**

5.7.8. Caso a proponente não seja o fabricante do equipamento, apresentar declaração firmada pelo fabricante do computador e do sistema de proteção autorizando a empresa proponente a vender o equipamento/solução ofertado.

5.7.9. Os equipamentos deverão ser entregues no local indicado neste Termo de Referência, indicado no **(Termo de Referência\_Considerações Técnicas)** **Condições de contratação,** **Local e condições de entrega ou execução** ou contida na Autorizações de Fornecimento.

5.7.10. Deverão estar acondicionados adequadamente em suas embalagens originais e devidamente lacradas.

5.7.11. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os itens, acessórios de hardware e software necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, mouses, conectores, interfaces, suportes, drivers de controle, programas de configuração, dentre outros, até os que não tenham sido comentados nos subitens listados, mas que sejam imprescindíveis ao perfeito funcionamento dos equipamentos.

5.7.12. Os equipamentos deverão ser de linha normal de fabricação, e todas as informações referentes à marca/modelo/configuração devem estar disponíveis para acesso e consulta via Internet no endereço do site oficial do fabricante.

5.7.13. A CONTRATADA deverá fornecer todos os softwares necessários para o correto funcionamento do objeto contratado, sem ônus para a Prefeitura de Guarulhos.

5.7.14. As licenças dos softwares que compõem o objeto serão do tipo permanente.

5.7.15. As licenças e subscrições de software deverão ser devidamente reconhecidas e emitidas em favor da Prefeitura de Guarulhos pelo fabricante, de acordo com suas regras e práticas de licenciamento, no que for aplicável ao objeto.

5.7.16. O prazo de entrega dos equipamentos será de **30 (trinta) dias** corridos.

## 5.8. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO

5.8.1. O serviço de instalação e configuração tem a finalidade de garantir que os equipamentos fornecidos estejam operacionais no ambiente definido pela Prefeitura de Guarulhos.

5.8.2. Todos os equipamentos adquiridos deverão ser configurados/instalados com a **IMAGEM** preparada previamente por uma das Divisões da **Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação** (Departamento de Infraestrutura de TI e Service Desk), ou da **Secretaria da Saúde** (Departamento de Tecnologia da Informação da Saúde) ou ainda da **Secretaria da Educação** (Divisão Técnica de Suporte e Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Educação), com suas especificidades, garantindo assim a total compatibilidade e interoperabilidade de sua infraestrutura.

5.8.3. A entrega da IMAGEM do sistema operacional a ser preparada pela municipalidade será compilada e disponibilizada em dispositivos portáteis, como pendrive, HDD (SDD) externo e afins, desde que fornecido pela empresa vencedora do certame, assim como demais instruções de como criá-las e aplicá-las, caso necessário.

5.8.4. Os equipamentos e serviços serão somente aceitos se houver comprovação de que todos os requisitos técnicos especificados neste Termo de Referência tenham sido atendidos e a solução se encontre sem nenhum defeito. Essa comprovação será feita mediante observação direta das características dos equipamentos, consulta à documentação técnica fornecida e verificação dos serviços de instalação e configuração.

5.8.5. Caberá ainda à CONTRATADA a execução de todas as atividades, bem como o fornecimento de todos os materiais necessários e suficientes para a instalação e configuração dos equipamentos fornecidos.

## 5.9. DA GARANTIA E SUPORTE ON SITE

5.9.1. Os equipamentos propostos deverão possuir garantia de **36** (trinta e seis) **meses** de todos os componentes, tanto para a reposição de peças quanto mão de obra, sendo que o reparo deverá ser efetuado preferencialmente no local;

5.9.2. Caso não seja possível efetuar o reparo no local, o equipamento deverá ser substituído por outro igual ou superior, durante o período do reparo. Caso haja a necessidade de remoção do bem patrimonial, deverá atentar à regras da instituição e, obrigatoriamente, deixar em posse do agente público do local um **documento** ou **ordem de serviço**, em papel timbrado da empresa, constando os seguintes itens:

- Data da retirada;
- Nome do responsável pela retirada;
- Local (endereço completo) de onde estava o equipamento;
- Constar nº do chamado técnico do município, ou seja, nº do SIAGRU e
- O número do patrimônio do bem.

5.9.2.1. No caso em que o equipamento seja retirado do local para reparos, sob nenhuma hipótese o dispositivo de armazenamento será levado junto ao equipamento, para fins de preservação dos dados da prefeitura, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados e a Política de Segurança da Informação do município de Guarulhos;

5.9.3. Deverá sanar todos os vícios e defeitos;

5.9.4. Todos os drivers para o sistema operacional Windows devem estar disponíveis para download na web;

5.9.5. Os serviços de suporte e manutenção, destinados à correção de problemas, de atualização do software ou afins, deverão ser prestados pela CONTRATADA;

5.9.6. O suporte deverá ser assistido na **MODALIDADE 5x2**, de Segunda à Sexta, das 08 às 17:00, sendo o SLA previsto para o atendimento a seguir:

- 5.9.6.1. A assistência técnica autorizada deverá ser prestada no prazo máximo de **48h (quarenta e oito) horas úteis**, contadas após o registro de abertura do chamado técnico, não excedendo às **72h (setenta e duas) horas úteis** - Nível de Prioridade **MUITO BAIXA / BAIXA (Referência: Prioridade Menu Drop-down SIAGRU)**;
- 5.9.6.2. A assistência técnica autorizada deverá ser prestada no prazo máximo de **24h (quarenta e oito) horas úteis**, contadas após o registro de abertura do chamado técnico, não excedendo às **48h (quarenta e oito) horas úteis** - Nível de Prioridade **MÉDIA (Referência: Prioridade Menu Drop-down SIAGRU)**;
- 5.9.6.3. A assistência técnica autorizada deverá ser prestada no prazo máximo de **00h (zero) horas úteis**, contadas após o registro de abertura do chamado técnico, não excedendo às **24h (vinte e quatro) horas úteis** - Nível de Prioridade **ALTA / MUITO ALTA (Referência: Prioridade Menu Drop-down SIAGRU)**;

5.9.7. No caso de TROCA de equipamento, deverá ter as mesmas características ou superior;

- 5.9.8. A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta aquisição em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentados pelos equipamentos fornecidos;
- 5.9.9. O equipamento bem como seus componentes/periféricos (placa-mãe, processador, memórias e demais dispositivos), deverão ser originais de fábrica e novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e estar em linha de produção, não sendo aceitos componentes descontinuados;
- 5.9.10. A CONTRATADA deverá comprovar que possui a assistência técnica autorizada preferencialmente em Guarulhos/SP ou na Grande São Paulo;
- 5.9.11. A CONTRATADA poderá dispor de um canal de comunicação, podendo ser e-mail, site ou whatsapp corporativo para abertura de chamados técnicos, incluindo acionamento de garantia, suporte técnico entre outros;
- 5.9.12. A CONTRATADA deverá utilizar o sistema de controle de atendimentos da CONTRATANTE, denominado SIAGRU (<https://siagru.guarulhos.sp.gov.br/>) em que é gerado o número de protocolo, em que o tempo de atendimento e solução do problema será baseado na abertura da ordem de serviço neste sistema;
- 5.9.13. A assistência técnica em garantia será prestada na modalidade **on-site**, nos locais de instalação dos equipamentos, sendo todos os equipamentos instalados no município de Guarulhos. A partir da comunicação do(s) defeito(s) pelo suporte técnico do órgão onde se encontrar o equipamento, via sistema de chamados técnicos, seja da CONTRATADA ou da CONTRATANTE;
- 5.9.14. No caso onde o fornecedor do equipamento for utilizar o sistema da CONTRATANTE para atendimento e solução, obriga-se a consultar constantemente visto que o SLA de atendimento e resolução baseia-se na data de abertura da ordem de serviço neste sistema;
- 5.9.15. A responsabilidade de identificação de problemas nos equipamentos será de total responsabilidade da CONTRATADA, sendo assim, a CONTRATANTE não efetuará qualquer identificação prévia do problema indicado, sendo o diagnóstico e análise de total responsabilidade da CONTRATADA;
- 5.9.16. Não haverá limite de requisições para suporte durante todo o contrato.

#### 5.10. TABELA - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

SLA ( <i>Service Level Agreement</i> ) ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO			
GARANTIA / SUPORTE TÉCNICO			
PRIORIDADE	TEMPO MÁXIMO - PRIMEIRA RESPOSTA	TEMPO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO	REFERÊNCIA (sub-subitem)
MUITO BAIXA / BAIXA	48 HORAS	72 HORAS	5.9.6.1
MÉDIA	24 HORAS	48 HORAS	5.9.6.2
ALTA / MUITO ALTA	0 HORAS	24 HORAS	5.9.6.3

#### 6. Projeto Básico das Obras e Serviços de Engenharia:

( ) Sim, conforme ANEXO.

(X) Não se aplica

#### 7. Regimes de Prestação de Serviços de Obras e Engenharia

- ☐ Empreitada por preço global
- ☐ Empreitada por preço unitário
- ☐ Tarefa
- ☐ Empreitada integral
- ☐ Contratação integrada
- ☐ Contratação semi-integrada
- ☐ Fornecimento e prestação de serviço associado
- ☒ Não se aplica

#### 8. Classificação do objeto:

☒ **bens e serviços comuns:** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

☐ **bens e serviços especiais:** aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma de bens e serviços comuns, exigida justificativa prévia do contratante;

☐ **serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

☐ **serviço especial de engenharia:** aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum.

☐ **serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas

☐ **serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**

☐ **serviços não contínuos ou contratados por escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

☐ **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**

☐ **notória especialização:** qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

☐ **outros (especificar)**

\_\_\_\_\_

#### 9. Participação de Consórcios:

☒ Permitida

☐ Vedada. Justificar: (Em caso de vedação de consórcio, necessário justificativa fundamentada)



## CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

### 1. Certificar se objeto a ser contratado é bem de consumo, e não se enquadra como bem de luxo:

Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública são de qualidade comum, não superior à necessidade para cumprir as finalidades às quais se destinam e se enquadra como bem comum conforme Decreto Municipal 40915/24.

### 2. Condições de contratação

#### 2.1. Prazos (de entrega, periodicidade de entrega, execução e vigência; se prorrogável):

Continuado, vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração (art. 107 da Lei 14.133/21)

#### 2.2. Local e condições de entrega ou execução:

A relação de localidades em que poderão ser entregues e instaladas os equipamentos se encontram na tabela abaixo.

Entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da emissão do Instrumento Contratual (Autorização de Fornecimento - AF)

### SDS – DESENVOLVIMENTO SOCIAL, PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Secretaria	Avenida Guarulhos, 2.200 - Vila Augusta [07025-000]
Bolsa Família	Avenida Bom Clima, 425 - Jd. Bom Clima [07196-220]
Casa dos Conselhos	Santana do Jacaré, 84 – 2º andar – Jardim Bom Clima [07122-260]
Conselho Tutelar Bonsucesso	R. Serra Azul, 469 - Vila Carmela I, Guarulhos [07178-530]
Conselho Tutelar Centro	Rua José Moreira da Costa, 31 - Jd. Santa Clara [07114-280]
Conselho Tutelar Cumbica	Rua Jati, 247 - Cid. Jd. Cumbica [07180-140]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TI E SERVICE DESK

Divisão Técnica de Gestão e Manutenção de Equipamentos de TI

Conselho Tutelar Pimentas	Av Santana do Mundau 74 [07242-190]
Conselho Tutelar Pimentas II	Rua Paranacity, 208 - Jardim dos Pimentas [07272-280]
Conselho Tutelar São João	Rua Igrejinha, 159 , Cidade Serodio - São João [07151-350]
Conselho Tutelar Taboão	Rua Ipauçu, 192 - Jd. Bela Vista [07133-290]
CRAS I - Acácio	Rua Maria Luiza Pericó, 177- Jd. Acácio [07144-010]
CRAS II - Centro	Rua Santana do Jacaré, 84, Jd. Bom Clima [07122-260]
CRAS III - Itapegica	Rua Filomena Biondi, 254 - Jd. Aliança
CRAS IV - Cumbica	Rua Santo Antonio do Inga, 723 - Jd. Cumbica [07240-010]
CRAS V – Marcos Freire	Estr. do Capão Bonito, 53 - Jardim Maria de Lourdes [07263-010]
CRAS VI - Ponte Alta	Av. Paschoal Thomeu, S/Nº - Bonsucesso (CEU Bonsucesso) [07175-090]
CRAS VII – Presidente Dutra	R. Nova Guataporanga, 385 - Cidade Jardim Cumbica [07180-050]
CRAS VIII - Santos Dumont	Rua Adalberto Bellini, 214 - Jd. Bananal [07152-440]
CRAS IX - São João	Rua Marcial Lourenco Serodio, 644 - Cid. Serodio [07151-370]
CRAS X - Nova Cidade	R. Itália, 13 - Parque das Nações [07243-313]
CRAS XI - Centenário	R. Aracy, 188 - Jardim Leblon [07272-040]
CRAS XII – Sítio dos Morros	R. Samuel Libório de Ávila, 24 - Jardim Valeria [07135-250]
CRAS XIII - Cidade Ind. Satélite (Amigo Jovem)	R. São Sebastião, 73 - Cidade Industrial Satélite [07231-120]
CREAS I - Ponte Grande	R. Angelini, 69 - Pte. Grande [07030-270]
CREAS II - Marcos Freite	Estr. do Capão Bonito, 53 - Jardim Maria de Lourdes

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TI E SERVICE DESK

Divisão Técnica de Gestão e Manutenção de Equipamentos de TI

	[07263-010]
CREAS III - Sítio dos Morros	R. Nicolau Falci, 132 - Jardim Adriana [07135-380]
CREAS IV - Cidade Industrial Satélite	R. São Martinho, 258 - Cidade Industrial Satélite [07231-160]
Centro POP - Gopoúva	R. Salvador Gorgone, 03 - Vila Ester, Guarulhos - SP, [07091-000]
Sepop Centro	R. Francisco de Paula Santana, 116 - Vila Rachid [07112-020]
CCI Santa Mena	Av. Salgado Filho, 1732 - Centro [07115-000]
CCI Gopoúva	Av. Leopoldo Cunha, 85 - Gopouva [07051-110]
<b>SAR - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS</b>	
Secretaria	Av Arminda de Lima, 788 - Centro - 07095-010
<b>CGP - CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO</b>	
Secretaria	Av. Bom Clima, 91 - Bom Clima [07196-220]
<b>CGM - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>	
Controladoria Geral do Município	Rua Maria Lúcia Vita, nº 65 - Centro [07090-120]
<b>CPDC/PROCON - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR</b>	
PROCON Centro	Rua Sete de Setembro, 164 - Centro [07011-020]
PROCON Pimentas	Estr. do Capão Bonito, 53 - Jardim Maria de Lourdes [07077-042]
PROCON São João	R. Particular, 161 - Cidade Serodio [07150-270]
<b>SCT - SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO</b>	
Secretaria	Rua Claudino Barbosa, 313 - Macedo [07113-040]
Conservatório Municipal	R. Ipê, 71 - Jardim Guarulhos [07190-200]
Biblioteca Monteiro Lobato	Av. Joao Goncalves, 439 - Centro [07010-010]
Biblioteca Cidade Seródio	Rua Mesquita, 103 - Cid. Serodio [07150-270]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TI E SERVICE DESK

Divisão Técnica de Gestão e Manutenção de Equipamentos de TI

Biblioteca Guaracy	Rua dos Vigilantes, 201 - Jd. Guaracy [07262-222]
Biblioteca Mikail	Rua Justiniano Salvador dos Santos, 311 - Pq. Mikail [07142-460]
Biblioteca Monteiro Lobato	Av. Joao Goncalves, 439 - Centro [07010-010]
Biblioteca Portuguesa	Rua Luiz Silvestri, s/n - Jd. Bom Clima [07122-090]
Defesa Civil	Rua Orlandia, 261- Jd. Santa Francisca [07013-060]
<b>SDH - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS</b>	
Secretaria	Rua Claudino Barbosa, 313 - Macedo [07113-040]
Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão	Rua Alberto Hinoto Bento, 49 - Macedo [07197-140]
Subsecretaria da Igualdade Racial	Rua Claudino Barbosa, 313 - Macedo [07113-040]
Subsecretaria de Políticas da Diversidade	Avenida Maués, 170 - Bom Clima - [071961-30]
Subsecretaria da Juventude	Rua Guarulhos, 22 - Gopoúva [07022-020]
Subsecretaria de Políticas para as Mulheres	Rua Claudino Barbosa, 313 - Macedo [07113-040]
Casa da Mulher Clara Maria I	Rua Alberto Hinoto Bento, 49 - Macedo [07197-140]
Casa da Mulher Clara Maria II	Estr. do Caminho Velho, 351 - Pimentas [07252-312]
Casa da Mulher Clara Maria III	Rua Agostinho dos Santos, 2 - Haroldo Veloso [07155-200]
Casa da Mulher Clara Maria IV	Rua Brigadeiro Lima da Silva, 565 - Jd. Vila Galvão [07054-010]
Casa da Mulher Clara Maria V	Rua Margarida, 58 - Recreio São Jorge [07144-690]
Casa da Mulher Clara Maria VI	CEU Ponte Alta - Rua Pernambuco, 836 - Jardim Ponte Alta [07179490]
<b>SEL - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER</b>	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TI E SERVICE DESK

Divisão Técnica de Gestão e Manutenção de Equipamentos de TI

Secretaria	Rua Claudino Barbosa, 313 - Macedo [07113-140]
<b>SFI - SECRETARIA DE FINANÇAS</b>	
Secretaria	R. do Rosário, 300 - Camargos [07111-080]
<b>SCTI - SECRETARIA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b>	
Secretaria	Av. Bom Clima, 49 – Bom Clima [07196-220]
<b>SRC - SECRETARIA DE RECEITA</b>	
Secretaria	R. do Rosário, 300 - Camargos [07111-080]
<b>SGE - SECRETARIA DE GESTÃO</b>	
Secretaria	Av. Pres. Humberto de Alencar Castelo Branco, 1.041 – V. Augusta [07040-030]
Arquivo Municipal/Microfilmagem	R. José Lopes, 75 - Macedo, Guarulhos [07197-160]
Departamento de Serviços Gerais	Rua Padre Celestino, 475 - Centro [07013-100]
Departamento de Gestão de Transportes internos	Rua Engenheiro Albert Leimer, 635 - Jardim São Geraldo [07140-020]
ESAP/ Polo UAB	CME Adamastor - Av. Monteiro Lobato, 734 - Macedo [07112-000]
Fácil Bonsucesso (Dentro Shopping)	Estrada Juscelino Kubitschek de Oliveira, 5308 - Jd. Albertina [07252-000]
Fácil Bom Clima	Av. Bom Clima, 49 – Bom Clima [07196-220]
Fácil Marcos Freire	Estrada do Capão Bonito, 53 - Jd. Maria de Lourdes [07263-010]
Fácil São João	Rua Mesquita, 29 - Cid. Serodio [07150-270]
Fácil Transporte e Trânsito	Alameda dos Lirios, 303 - Pq. CECAP [07190-012]
Fácil Vila Galvão	Av. São Luíz, 315 - Vila Rosalia [07072-010]
<b>SCC - CASA CIVIL</b>	
Secretaria	Av. Bom Clima, 91 - Bom Clima [07196-220]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TI E SERVICE DESK

Divisão Técnica de Gestão e Manutenção de Equipamentos de TI

<b>SH - SECRETARIA DE HABITAÇÃO</b>	
Secretaria	Av. Guarulhos, 2.200 - Vila Augusta [07025-000]
<b>SVCS - SECRETARIA DO VERDE, CLIMA E SUSTENTABILIDADE</b>	
Secretaria	Rua Antonio Vita, 253 - Cidade Maia [07114-010]
Zoológico	Av. Doná Glória Pagnonceli, 344 - Jardim Rosa de Franca [07081-120]
Zoonoses	Rua Santa Cruz dos Descalvados, 20 - Jardim do Triunfo [07175-370]
<b>SJC - SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA</b>	
Secretaria	Av. Salgado Filho, 494 - Centro [07115-000]
<b>SO - SECRETARIA DE OBRAS</b>	
Secretaria	Av. Emílio Ribas, 1.247 - Gopoúva [07020-010]
Departamento de Manutenção e Conservação	Av. Lauro de Gusmão Silveira, 580 – Jardim São Geraldo [07140-010]
<b>SDU - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>	
Secretaria	Av. Tiradentes, 3.200 - Bom Clima [07196-000]
<b>SSU - SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA</b>	
Secretaria	Av. Salgado Filho, 437 - Centro [07115-000]
Centro de Formação GCM	Rua das Rosas, s/n - Vila Tijuco [07091-110]
Escola GCM - EFAG	Rua Emilio Lang Junior 129 [07031-260]
GCM - Estação Repetidora Angélica	Rua Telha, 150 - Jd. Angélica [07273-280]
GCM - Inspetoria Centro	Rua Conceição, 49 - Centro [07020-140]
Bosque Maia	Av. Paulo Faccini 1700 - Pq. Renato Maia [07111-000]
GCM - Inspetoria de Patrulhamento da área LESTE	Av. Brejinho, s/n - Jd. Cumbica [07240-170]
GCM - Inspetoria de Patrulhamento da	Praça Estrela, 100 - Cidade Soberana [07162-450]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TI E SERVICE DESK

Divisão Técnica de Gestão e Manutenção de Equipamentos de TI

área NORTE	
GCM - Inspetoria de Patrulhamento da área OESTE	Av. Prefeito Reinaldo Poli, 957 - Jd. City Las Vegas [07082-530]
GCM - Inspetoria de Patrulhamento da área SUL	Praça Ana Antonelli, s/n - Jd. Vila Galvão [07054-042]
Sociais preventivas - IPASP	Praça Antonio Nader, s/n - Gopoúva [SP, 07062-000]
Patrulhamento Ambiental	Rua João Gomes, 295 - Jd. Adriana [07135-160]
Patrulhamento Especializado - ROMU	Rua Miguel Biondi, 239 - Torres Tibagi [07060-080]
GCM - Ouvidoria da Guarda Civil Municipal	Praca Antonio Ranieri Testae, 63 - Jd. Bom Clima [07122-110]
GCM - Salgado Filho/Junta Militar	Av. Salgado Filho, 427/437 - Centro [07115-000]
GCM - Segurança Patrimonial	Av. Timóteo Penteado, 2244 - Vila Hulda [07094-000]
GCM - Servidor	Rua Sete de Setembro, 146 - Centro [07011-020]
<b>SIURB - SECRETARIA DE DE INFRAESTRUTURA URBANA</b>	
Secretaria	Av. Lauro de Gusmão Silveira, 580 - Jd. São Geraldo [07140-010]
Departamento de Obras	Av. Emílio Ribas, 1.247 - Gopoúva [07020-010]
Cemitério Bonsucesso	Rua Catharina Maria de Jesus, 708 - Bonsucesso [07175-500]
Cemitério São João Batista	R. Felício Marcondes, 320 - Centro [07010-030]
Cemitério São Judas Tadeu	Av. Dr. Timóteo Penteado, 1329 - Vila Hulda [07094-000]
Cemitério Vila Rio	Av. Benjamin Harris Hunnicutt, 1327 - Vila Rio de Janeiro [07124-075]
Funerária Central	R. Osvaldo Cruz, 77 - Centro [07010-010]
Funerária Vila Rio Velório	Av. Benjamin Harris Hunnicutt, 1501- Vila Rio de Janeiro [07124-075]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TI E SERVICE DESK

Divisão Técnica de Gestão e Manutenção de Equipamentos de TI

<b>SEMOB - SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA</b>	
Secretaria	Rua Dora, 18 - Vila Barros [07192-100]
Departamento de Trânsito	Rua Pernambuco, 220 - Jardim Santa Barbara [07192-290]
<b>SDET - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO</b>	
Secretaria	Av. Monteiro Lobato, 734 - Macedo [07112-000]
CIET Ponte Alta	Rua Pernambuco, 836 - Jd. Ponte Alta [07179-490]
CIET Pimentas	Estrada do Capão Bonito, 53 - Jd. Maria de Lourdes [07263-010]
<b>SE - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>	
Secretaria	Rua Claudino Barbosa, 313 - Macedo [07113-040]
<b>SS - SECRETARIA DA SAÚDE</b>	
Secretaria	Rua Íris, 320 - Gopoúva [07051-080]

**2.3. Prazo e condições de garantia:**

Os equipamentos deverão possuir 36 (trinta e seis) meses de garantia on-site do fabricante, de todos os itens integrantes deste certame, a partir da emissão da respectiva Nota Fiscal.

**2.4. Condições e forma de pagamento (se diferente do padrão – 30 dias ou condições adicionais):**

Conforme padrão estabelecido pelo DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

**2.5. Reajustamento:**

Conforme    Decreto    Municipal    23124/05

**2.6. Prazo para substituição de produto ou refazimento de serviços (quando constatada irregularidade):**

Vide ITEM 5.9. DA GARANTIA E SUPORTE ON SITE presente no Termo de Referência

Contratação.

### **3. Exigência de amostra, certificado de marca ou laudo técnico:**

Sim, deverá ser exigida a amostra. Justificava:

A fim de mitigar erros, além do catálogo exigido, SERÁ solicitado uma amostra completa de cada TIPO para a(s) licitante(s) vencedora(s) deste certame, permitindo agilizar a elaboração da IMAGEM, conforme explanação adiante.

Conforme o disposto no art. 41, inciso II, da Lei n.º 14.133/21, a apresentação de amostra neste processo se justifica pelas seguintes razões:

Verificação da Qualidade do Produto:

A amostra permite que a comissão de licitação avalie a qualidade da construção física dos objetos, analisando se o produto é duradouro, se as Especificações Técnicas Mínimas dos objetos propostos são atendidas integralmente, garantindo que seja atendido aos requisitos estabelecidos no edital.

Prevenção de Problemas Futuros:

Ao exigir a amostra, a administração pública minimiza o risco de aquisição de produtos que não atendam aos padrões exigidos, evitando retrabalhos, insatisfação dos usuários e desperdício de recursos.

Aumento da Transparência:

A exigência de amostras contribui para um processo licitatório mais transparente e justo, permitindo a comparação direta entre os diferentes fornecedores e suas ofertas.

Avaliação de Desempenho:

A amostra permite a realização de testes práticos, o que facilita a avaliação do desempenho do computador em condições reais de uso.

Diante dessas considerações, a apresentação de amostra é fundamental para assegurar que a aquisição atenda às expectativas e necessidades da administração pública, garantindo um investimento eficiente e eficaz em tecnologia.

As AMOSTRAS entregues de cada TIPO deverão ser completas. Após HOMOLOGAÇÃO, os

equipamentos de cada TIPO terão as IMAGENS (cópia exata do S.O. e demais softwares aplicativos adotados na Prefeitura) elaboradas e personalizadas nos padrões da municipalidade, com sua devolutiva pronta para a REPLICAÇÃO para os demais equipamentos similares que porventura sejam solicitados, conforme subitem **5.8.2**, do item **5.8. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO do Termo de Referência Contratação.**

Local de entrega da amostra: SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SCTI - Av. João Bernado Medeiros, 243 (Portaria do Paço Municipal) - CEP 07197-010 - Bom Clima - Guarulhos / São Paulo

**Prazo para entrega da amostra:** 10 (dez) dias corridos

Critérios para avaliação da amostra: Conforme Termo de Referência

#### 4. Obrigações das partes:

##### 4.1 Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

4.1.1 – Cumprir fielmente o que estabelece as cláusulas e condições do Termo de Referência, de forma que, os equipamentos sejam entregues em perfeitas condições e dentro das normas técnicas estabelecidas pelos órgãos competentes e de acordo com as Especificações Técnicas;

4.1.2 - A CONTRATADA deverá fornecer os produtos solicitados pela CONTRATANTE, nas quantidades e especificações constantes deste Instrumento, mediante Autorização de Fornecimento (AF);

- O prazo da entrega será de 30 (trinta) dias corridos, prorrogável por igual período se devidamente justificado.

4.1.3 - Garantir além da prestação de serviços específicos, requisitos mínimos de padrão de qualidade do serviço prestado;

4.1.4 - Realizar a entrega/executar os serviços dentro do prazo estipulado;

4.1.5 – Arcar com todos os custos de reposição, re-entrega ou reparação nos casos em que os produtos não atenderem as condições acordadas;

4.1.6 - A CONTRATADA se obriga a registrar em documento próprio (ficha de entrada) a entrega dos produtos. Ficará a cargo do fiscal ou fiscais de contrato o acompanhamento da entrega do produto e a elaboração dos controles necessários para a execução do contrato;

4.1.7 - A CONTRATADA deverá comunicar a Administração Pública por escrito, sempre que

encontrar dificuldade ou impossibilidade na entrega dos produtos, para adoção das providências cabíveis;

4.1.8 - O retardamento na entrega do objeto/execução dos serviços, não justificado considerar-se-á como infração;

4.1.9 - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega, e se for o caso de substituição do produto, excepcionalmente trocar por outro similar ou superior,

4.1.10 - Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando as falhas eventuais, imediatamente após sua verificação;

4.1.11 - Todos os procedimentos legais exigidos pelos órgãos públicos serão providenciados e de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive as despesas decorrentes desses procedimentos legais;

4.1.12 - Os empregados da CONTRATADA, quando fornecendo produtos nas dependências do CONTRATANTE, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o CONTRATANTE, pois manterão contrato de trabalho com a CONTRATADA, a qual responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas em vigor;

4.1.13 - Arcar com os ônus trabalhistas, impostos, encargos sociais, incluindo, despesas referentes a transporte aéreo, traslados, hospedagens, alimentação e pagamento de diárias e outros afins, no atendimento a execução dos serviços descritos no termo, durante toda a vigência contratual.

4.1.14 - Assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados a CONTRATANTE ou a terceiros, durante, ou em consequência da entrega dos produtos, mesmo que praticados involuntariamente, arcando com as despesas, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

4.1.15- Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por seus empregados ou prepostos, na área de prestação de serviços, dentro do exercício das atribuições;

4.1.16 - Responder por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados direta ou indiretamente a Administração Pública, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TI E SERVICE DESK

Divisão Técnica de Gestão e Manutenção de Equipamentos de TI

execução do objeto do contrato;

4.1.17 - Manter seus empregados identificados por crachá quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares;

4.1.18 - Durante toda vigência contratual manter sua regularidade fiscal;

4.1.19 - Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte dos fiscais de contrato prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

4.1.20 - Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do contrato a ser firmado, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

4.1.21 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários para deliberação e mudança dos detalhes durante a fase de planejamento e execução;

4.1.22 - Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

4.1.23 - Manter, durante toda a execução do serviço, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência, consoante o que preceitua o Art. 92, inciso XIV da Lei nº. 14.133/2021.

#### **4.2 Obrigações e Responsabilidades da CONTRATANTE**

4.2.1- Caberá à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação providenciar chamado técnico junto à CONTRATADA, para assistência em garantia/suporte quando e sempre que necessário;

4.2.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e eventualmente seus anexos;

4.2.3 - Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TI E SERVICE DESK

Divisão Técnica de Gestão e Manutenção de Equipamentos de TI

4.2.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.2.5 - Pagar à CONTRATADA os valores devidos, nas datas avençadas;

4.2.6 - Garantir à CONTRATADA o direito ao Contraditório e a Ampla Defesa nos casos em que forem exigidas na entrega do produto.

4.2.7 - O fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente termo.

**5. Penalidade:**

Conforme padrão estabelecido pela Subsecretaria de Licitações e Contratos.

**5. Modelo de gestão e execução contratual (inciso XVIII, art. 92 da Lei 14.133/21):**

Conforme condições presentes no Termo de Referência Contratação.

ANEXO III-A  
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade:

A modernização e atualização da infraestrutura tecnológica são cruciais para a otimização de nossos processos. Atualmente, enfrentamos um cenário em que a **defasagem tecnológica dos computadores** existentes têm gerado uma série de problemas, impactando diretamente a produtividade e a segurança de nossas operações.

O principal problema identificado é a **baixa performance** e a **instabilidade dos equipamentos atuais**. Muitos de nossos computadores apresentam configurações de hardware obsoletas, resultando em:

- **Lentidão excessiva** na execução de softwares e na navegação em sistemas, aumentando o tempo de resposta das tarefas.
- **Congelamentos e travamentos frequentes**, causando perda de dados e interrupções no fluxo de trabalho.
- **Incompatibilidade com softwares e sistemas mais recentes**, impedindo a adoção de ferramentas mais eficientes e seguras.
- **Vulnerabilidades de segurança** devido à impossibilidade de aplicar atualizações de sistema operacional e softwares que demandam mais recursos.

A relevância dessa questão é alta, pois a ineficiência dos equipamentos impacta diretamente a capacidade da municipalidade em desempenhar suas funções de forma eficaz e ágil. Isso se traduz em:

- **Redução da produtividade individual e coletiva**, uma vez que os colaboradores gastam tempo excessivo esperando as máquinas processarem as informações.
- **Aumento da frustração e desmotivação** da equipe, que se vê limitada por ferramentas inadequadas.
- **Risco elevado de falhas operacionais e perda de dados**, comprometendo a integridade de nossas informações.
- **Perda de oportunidades** de implementar inovações e melhorias que dependem de uma infraestrutura tecnológica mais robusta.

Diante desse cenário, a demanda pela aquisição de novos computadores visa resolver esses desafios, fornecendo aos colaboradores as ferramentas necessárias para desempenharem suas atividades com eficiência, segurança e alta performance. Este processo busca, portanto, remover os gargalos tecnológicos que atualmente impedem o pleno desenvolvimento de nossas operações, garantindo um ambiente de trabalho mais produtivo, seguro e alinhado com as necessidades futuras do Município.

2. Histórico:

O processo mais recente ocorrido na Prefeitura foi gerido pela Secretaria da Educação sob o PA 38.821/2022.

2.1. Tem contrato ou ata vigente:

( ) Sim, contrato nº \_\_\_\_, vencimento: \_\_/\_\_/\_\_

( ) Sim ata nº \_\_\_\_

( **X** ) Não há contrato/ ata vigente.

2.2. Há interesse em prorrogar contrato ou ata vigente?

( ) Sim, por igual período

( ) Sim, por \_\_\_\_ meses, com cláusula resolutiva, mediante conclusão de contratação através do Processo \_\_\_\_.

( **X** ) Não

2.3. Informações sobre estoque existente:

( **X** ) Não há estoque existente

( ) Não se aplica, pois trata-se de prestação de serviços

( ) Não se aplica, pois não é um produto estocável

( ) Sim, conforme especificado abaixo:

—

3. Soluções existentes no mercado:

Existem diversas soluções possíveis, cada uma com suas particularidades em termos de custos, agilidade e flexibilidade. A escolha da melhor opção deve ser embasada em um levantamento de mercado e em uma análise técnica e econômica criteriosa, alinhada à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

a. Aquisição Direta (Compra)

Esta é a modalidade mais tradicional, onde o município se torna proprietário dos equipamentos.

- **Características:**
  - **Licitação Pública:** Exige um processo licitatório (Pregão Eletrônico, Concorrência, etc.) para a escolha do fornecedor, garantindo a isonomia e a economicidade.
  - **Propriedade:** A prefeitura assume a posse e a responsabilidade total pelos equipamentos (manutenção, descarte).
  - **Captação de Recursos:** Necessita de dotação orçamentária específica e prévia para a compra de cada unidade.
  - **Controle Total:** Maior liberdade para personalizar configurações, instalar softwares e gerenciar os ativos.
  - **Depreciação:** Os bens se tornam ativos fixos e sofrem depreciação ao longo do tempo.

b. Locação (Aluguel)

Nesta modalidade, o município paga uma taxa periódica pelo uso dos equipamentos, sem adquirir a propriedade.

- **Características:**
  - **Contrato de Locação:** Feito via licitação pública (Pregão Eletrônico, Concorrência), mas focado em serviços contínuos de locação.

- **Manutenção Inclusa:** Geralmente, os contratos de locação incluem suporte técnico, manutenção e até a substituição de equipamentos com defeito.
- **Atualização Tecnológica:** Facilidade para renovar o parque tecnológico ao final do contrato, sem a preocupação com o descarte dos equipamentos antigos.
- **Custo como Despesa Corrente:** O custo é contabilizado como despesa de custeio, não como investimento, o que pode facilitar a gestão orçamentária.

**c. Contrato de Assinatura (Hardware as a Service - HaaS)**

Similar à locação, mas com um pacote de serviços mais abrangente, incluindo hardware, software e suporte.

- **Características:**
  - **Serviço Completo:** Além do hardware, pode incluir sistemas operacionais, pacotes de produtividade (ex: Microsoft 365), ferramentas de segurança e gestão de TI.
  - **Atualização Contínua:** Os equipamentos são atualizados periodicamente como parte do contrato.
  - **Suporte Proativo:** Monitoramento e manutenção preditiva dos equipamentos.

**d. Aquisição por Consórcio Público / Atas de Registro de Preços de Outros Órgãos**

Permite que a prefeitura se beneficie de compras já realizadas por outros entes.

- **Características:**
  - **Adesão:** O município pode aderir a Atas de Registro de Preços válidas de outros órgãos públicos (federais, estaduais ou de outros municípios) que já licitaram e têm fornecedores e preços registrados.
  - **Consórcio:** Participar de consórcios intermunicipais para aquisições conjuntas, aproveitando o poder de compra e ganhando em escala.

**e. Ata de Registro de Preços (ARP) Própria.**

Esta modalidade permite que a Prefeitura realize sua própria licitação para registrar preços de produtos, que poderão ser adquiridos conforme a necessidade ao longo de um período pré determina

- **Características:**
  - **Licitação Própria:** O município de Guarulhos conduz um processo licitatório (geralmente pregão eletrônico) para selecionar fornecedores e registrar os preços dos computadores com base em suas próprias especificações e necessidades.
  - **Validade:** A ata de registro de preços tem um prazo de validade, geralmente de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período, respeitando o limite legal sob o prisma da Lei 14.133/2021.
  - **Carona (Atas de Registro de Preços de Outros Órgãos):** Outros órgãos e entidades (da própria prefeitura, de outros municípios, estados ou federais) podem aderir à ARP de Guarulhos, desde que haja previsão no edital e autorização do órgão gerenciador.

**4. Relação de dependência com o contrato:**

( X ) Não se aplica

( ) Sim, conforme justificativa abaixo:

—

**5. Critério de Sustentabilidade:**

Os Critérios de Sustentabilidade visam minimizar o impacto ambiental e otimizar o uso de recursos ao longo de todo o ciclo de vida dos equipamentos, assim como promulga a lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) para que incentive a adoção de práticas de desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas.

Além da Nova Lei de Licitações, daremos atenção ao art. 5º da **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01**, de 19 de janeiro de 2010, tratando o objeto da contratação de bens, em que os equipamentos deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagem que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante seu transporte e o armazenamento.

Para a contratação o requisito fundamental é de que os equipamentos e materiais de informática solicitados estejam de acordo com as especificações descritas no detalhamento dos itens e que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO. Para os equipamentos que se enquadrarem, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no produto, ou na respectiva embalagem. Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, será exigido o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, não sendo obrigatória a apresentação da certificação do INMETRO, podendo ser apresentadas certificações equivalentes.

Abaixo estão critérios que adotaremos em nosso processo. São eles:

**5.1. Dimensão Ambiental**

Foco na redução do impacto negativo no meio ambiente:

- **Eficiência Energética:** Exigir computadores com selos de eficiência energética reconhecidos, como Energy Star, EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) ou PROCEL. Isso garante menor consumo de energia durante o uso, resultando em economia de custos e redução da emissão de gases de efeito estufa.
- **Restrição de Substâncias Perigosas (RoHS):** Garantir que os equipamentos estejam em conformidade com as diretivas RoHS, que restringem o uso de substâncias perigosas como chumbo, mercúrio, cádmio, cromo hexavalente, bifenil polibromado (PBB) e éter difenílico polibromado (PBDE) na fabricação.
- **Reciclagem e Logística Reversa:** A aquisição de novos equipamentos de TI, seja qual for o meio escolhido (como aluguel, aquisição de novas máquinas etc), resulta no descarte de equipamentos antigos e obsoletos. A estratégia atual utilizada pela prefeitura é a de destinação desse material a Divisão de Patrimônios do município, que tem como objetivo final leiloá-los com a entrega da receita ao Fundo Social do município. Além dessa geração de renda, o leilão tem como benefício ambiental o reaproveitamento dos materiais presentes nos equipamentos, por exemplo, como reciclagem.
- **Durabilidade e Reparabilidade:** Priorizar equipamentos com maior vida útil, que sejam fáceis de reparar e que tenham disponibilidade de peças de reposição por um período prolongado (ex: 3 a 5 anos após o fim da produção do modelo).

**6. Estimativa do valor da contratação: R\$**

Estimativa preliminar do valor da contratação: R\$ 67.366.730,00 (sessenta e sete milhões trezentos e sessenta e seis mil setecentos e trinta reais). Esse valor tem como base os valores totais homologados na última Ata de Registro de Preços de Aquisição de Computadores e Notebooks, de nº 38821/22.

**7. Levantamento e análise de riscos:**

SOLUÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS	INDICAÇÃO
<b>Aquisição Direta</b>	<b>Custo Unitário Potencialmente Menor:</b> Para grandes volumes e a longo prazo, o custo de aquisição por unidade pode ser mais baixo. <b>Autonomia:</b> Total controle sobre os equipamentos.	<b>Burocracia:</b> Processo licitatório demorado e complexo. <b>Obsolescência Tecnológica:</b> O parque tecnológico se desatualiza rapidamente, exigindo novas aquisições em poucos anos. <b>Custos Ocultos:</b> Manutenção, licenças de software, descarte e suporte técnico podem gerar custos adicionais não previstos inicialmente. <b>Capital Imobilizado:</b> Grande volume de recursos públicos é alocado na compra de bens que se depreciam.	Indicado quando o município busca controle total, possui orçamento robusto para investimento inicial e consegue planejar a substituição dos equipamentos a longo prazo. Adequado para equipamentos que terão uso intensivo e prolongado.
<b>Locação</b>	<b>Flexibilidade e Agilidade:</b> Permite rápida atualização tecnológica e adaptação às necessidades. <b>Otimização de Capital:</b> Libera recursos que seriam usados na compra para outras prioridades. <b>Redução de Custos de Manutenção:</b> A responsabilidade fica a cargo do fornecedor. <b>Orçamento Previsível:</b> Os custos são fixos e mensais. <b>Descarte Simplificado:</b> O fornecedor é responsável pela logística reversa.	<b>Custo Total Potencialmente Maior:</b> A longo prazo (muitos anos), o custo total de locação pode superar o de compra. <b>Falta de Propriedade:</b> O município não acumula patrimônio. <b>Dependência do Fornecedor:</b> Em relação a manutenções e novas tecnologias.	Ideal para municípios que buscam flexibilidade, querem evitar a obsolescência tecnológica e desejam otimizar o fluxo de caixa, transformando um grande investimento em despesas de custeio. Ótima opção para atender picos de demanda ou projetos de curto e médio prazo.
<b>Contrato de Assinatura (Hardware as a Service - HaaS)</b>	<b>TI como Serviço:</b> O município se preocupa apenas com o uso, ficando a gestão por conta do fornecedor. <b>Maior Previsibilidade de Custos:</b> Contrato engloba a maioria dos serviços de TI. <b>Acesso à Última Tecnologia:</b> Garante que a prefeitura sempre use equipamentos modernos.	<b>Custo Mensal Mais Alto:</b> Geralmente mais caro que a simples locação devido aos serviços agregados. <b>Menor Personalização:</b> As configurações podem ser padronizadas pelo provedor do serviço. <b>Dependência Aumentada:</b> Maior dependência do provedor para toda a infraestrutura.	Relevante para municípios que desejam terceirizar completamente a gestão de sua infraestrutura de TI de estações de trabalho, focando apenas nas atividades-fim. A decisão exige uma análise de custo-benefício rigorosa, avaliando se os serviços adicionais justificam o maior custo.
<b>Aquisição por Consórcio Público / Atas de Registro de Preços de Outros Órgãos</b>	<b>Agilidade:</b> Reduz significativamente o tempo de aquisição, pois dispensa um novo processo licitatório completo. <b>Economia:</b> Permite aproveitar preços mais vantajosos obtidos em licitações de grande volume. <b>Redução de Burocracia:</b> Menor esforço administrativo.	<b>Menor Flexibilidade:</b> As especificações dos equipamentos são as que constam na ata original, sem possibilidade de grandes alterações. <b>Disponibilidade:</b> Depende da existência de atas válidas com as configurações desejadas. <b>Limitado:</b> Nem sempre atende a todas as necessidades específicas.	Excelente opção para demandas pontuais ou emergenciais, onde a agilidade é crucial e as especificações da ata de registro de preços são adequadas. Também pode ser usado para complementos de parques tecnológicos já existentes.
<b>Ata de Registro de Preços (ARP) própria</b>	<b>Flexibilidade e Personalização:</b> A prefeitura pode definir precisamente as especificações técnicas dos computadores, atendendo às necessidades específicas de cada secretaria ou departamento. <b>Economia de Escala:</b> Ao licitar um volume potencial maior, mesmo que a compra seja fragmentada, a prefeitura pode obter preços mais competitivos. <b>Agilidade nas Aquisições:</b> Após a homologação da ARP, as aquisições são feitas por meio de ordens de fornecimento, agilizando o processo de entrega dos equipamentos sem a necessidade de fazer uma nova licitação para cada compra. <b>Planejamento Financeiro:</b> Permite um melhor planejamento e alocação de recursos, pois os preços estão previamente definidos. <b>Controle e Transparência:</b> Maior controle sobre o processo e a fiscalização dos fornecedores, além de maior transparência nas aquisições	<b>Processo Licitatório Mais Longo:</b> A fase inicial de licitação para a criação da ARP é mais demorada e complexa, exigindo maior dedicação de tempo e equipe. <b>Risco de Descumprimento:</b> Pode haver o risco de fornecedores não cumprirem os preços ou prazos após o registro, necessitando de gestão e aplicação de sanções. <b>Especificações Fixas:</b> Uma vez registrada a ata, as especificações dos equipamentos são fixas para o período de validade, o que pode ser um problema se a tecnologia evoluir rapidamente. <b>Gestão da Ata:</b> Exige uma gestão contínua da ARP, incluindo acompanhamento dos preços de mercado,	A ARP própria é uma excelente estratégia para demandas contínuas e recorrentes de computadores, permitindo que o município de Guarulhos estabeleça um parque tecnológico moderno e atualizado de forma planejada e eficiente. É particularmente vantajosa quando há necessidade de grande volume de equipamentos com especificações personalizadas ou quando se busca padronização. Além disso, a possibilidade de "carona" pode gerar ainda mais economia em escala.

**8. Definição do objeto:**

Os objetos integrantes deste processo são Tablets, Notebooks, Monitores e Microcomputadores com algumas variações, principalmente de desempenho. Todos serão contemplados com Sistema Operacional mais recente.

A licitação será realizada em **LOTES** distintos, enumerados de acordo com as características dos objetos, conforme a classificação dos equipamentos e sua breve descrição abaixo:

**• LOTE 1**

**TIPO I - A - Entrada** - Equipamento atual e completo com características voltadas para a área administrativa, guiada principalmente pelo desempenho do processador. Computador denominado All-in-One (tudo em um), prático por ser em uma única estrutura e com tela ampla, a partir de 23" (vinte e três polegadas);

**TIPO I - B - Produtividade** - Equipamento atual e completo com características voltadas para a área administrativa, guiada principalmente pelo processador superior ao modelo anterior (Entrada) e com mais memória RAM. Computador denominado All-in-One (tudo em um), prático por ser em uma única estrutura e com tela ampla, a partir de 23" (vinte e três polegadas);

**• LOTE 2**

**TIPO II - A - Intermediário** - Equipamento também completo semelhante ao TIPO I A e B, denominado mini / micro / tiny PC (bem compacto) com um principal diferencial que tem se tornado uma tendência de uso, a opção do emprego de um segundo monitor, permitindo estender a tela. A aquisição deste segundo monitor (**TIPO II - B**) poderá ser feito no momento da escolha do computador, optando então pelo monitor adicional de 23,8" (vinte e três vírgula oito polegadas) que deverão ser idênticos, obrigatoriamente.

**TIPO II - B - Monitor Opcional** - Monitor com tamanho igual ou superior a 23,8" (vinte e três vírgula oito polegadas) que deverá ser idêntico ao monitor ofertado no **TIPO II - A**, obrigatoriamente.

• **LOTE 3**

**TIPO III - Avançado I (CAD)** - Equipamento de alto desempenho com gabinete tipo Torre, com 32 GB de memória RAM DDR5 e placa de vídeo dedicada específica para CAD (*Computer Aided Design* - Projeto Assistido por Computador) e Monitor de 27" (vinte e sete polegadas) Full HD

• **LOTE 4**

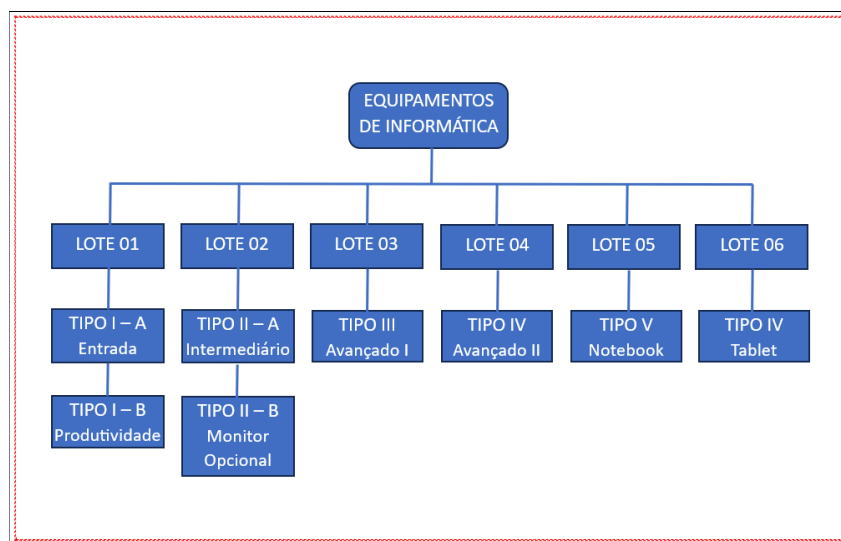
**TIPO IV - Avançado II (Design Gráfico)** - Equipamento de alto desempenho com gabinete tipo Torre, com 32 GB de memória RAM DDR5 e placa de vídeo dedicada específica para Design e Monitor de 27" (vinte e sete polegadas) com qualidade de imagem em 4k.

• **LOTE 5**

**TIPO V - Notebook** - Equipamento com características atualizadas e indicado para mobilidade, com desempenho intermediário e tela de 14" (quatorze polegadas) e memória RAM com tecnologia DDR5.

• **LOTE 6**

**TIPO VI - Tablet** com tela de 10.1" - Específico para mobilidade interna e externa às dependências da Prefeitura, pois também é solicitado o recurso de comunicação por telefonia, denominado atualmente como 5G.



**9. Justificativa de escolha da solução:**

**Considerações em relação as versões dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência anteriores:**

Face a urgência da Secretaria da Habitação em adquirir microcomputadores, iniciaram separadamente o SEI de nº 1106.2025/0000510-7 para aquisição, com a adoção da nossa Especificação Técnica Mínima, que fora especialmente elaborado a fim de atendê-los. Diante deste novo cenário, a SCTI03.02 realizou as atualizações nos documentos nºs 2272574 - ETP e 2310139 TR\_Contratação, mantendo a especificação voltada para CAD (placa de vídeo dedicada) contudo, reduzindo características. Outra alteração é a adoção de um novo modelo, determinado como TIPO IV, com as principais características do TIPO III mas com a mudança da placa de vídeo dedicada, sendo esta agora voltada especificamente para Design Gráfico, a fim de atender a manifestação via SEI nº 1120.2025/0004278-5 oriundo da Subsecretaria de Comunicação.

Além das atualizações supracitadas, optamos por realizar outros ajustes sutis, que nos permita ter um melhor equilíbrio entre características técnicas, preço e qualidade, mantendo os demais propósitos. A seguir, apontamos as principais alterações:

**TIPO I - A - (All-in-One)** - Criação recente deste modelo, com processador atual, porém desempenho inferior aos demais modelos e com menos memória RAM. Tecnicamente nada que desabone o equipamento, pois a ele fora agregado boas características e atuais, e a possibilidade de expansão (*upgrade*) de memória RAM em momento oportuno. A ideia principal é torná-lo mais acessível financeiramente;

**TIPO I - B - (All-in-One)** - Aumento da performance do processador;

**TIPO II - A - (Mini-PC)** - Alteração da tecnologia de memória RAM e o acréscimo de um segundo monitor idêntico, com a aquisição opcional, gerando assim uma variação do TIPO II, indica pela letra B;

**TIPO II - B - Monitor Opcional** supracitado;

**TIPO III (CAD)** - Redução da performance do processador, da quantidade de memória RAM e da tecnologia embarcada do SSD NVMe;

**TIPO IV (Design Gráfico)** - Acréscimo de uma descrição similar ao TIPO III, exceto pela placa de vídeo dedicada e o monitor em altíssima resolução, inerentes ao segmento de Design Gráfico;

**TIPO V (Notebook 14")** - Aumento da performance do processador, atualização da tecnologia da memória RAM (DDR5) e redução da tecnologia embarcada do SSD NVMe e redução do peso, por questão de maior mobilidade;

**TIPO VI (Tablet)** - No Tablet, aumentamos o peso de 550 para 600 gramas para que seja mantido o princípio da isonomia, uma vez que a tecnologia 5G de telefonia não é adotada por todos os fabricantes, contudo, seu emprego é incomparável se mensurado com a antiga tecnologia 4G.

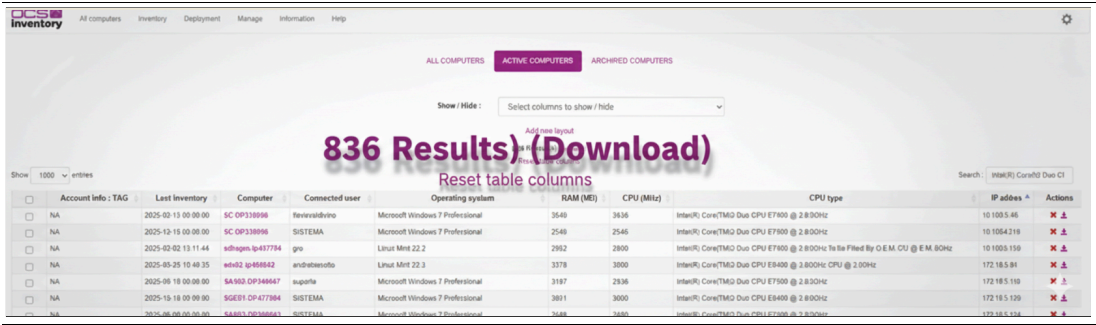
Neste último ajuste, optamos que o **TIPO II** tenha o seu segundo monitor como uma aquisição opcional, não de forma compulsória como estava, podendo ser adquirido se houver interesse, tendo assim uma mitigação em seu custo. Além disso, separar aquisição de monitores também abrirá a possibilidade de outras unidades da prefeitura adquirirem monitores de maneira avulsa. Demanda essa, cujos os pedidos costumam ser realizados através do SIAGRU. Essa também é uma maneira de padronizar a aquisição de monitores.

Justificativa da Escolha:

Considerando a rápida **obsolescência** tecnológica e a necessidade de manter um parque tecnológico atualizado e performático do tamanho do parque computacional do Município de Guarulhos, com mais de 9.000 (nove mil) computadores, para atender às demandas de uma cidade como Guarulhos, a **ARP (Ata de Registro de Preços)** surge como uma solução altamente atrativa.

• **Técnica:** Permite o acesso a equipamentos atualizados em suas características técnicas, elaboradas pelo próprio Departamento de Informática, com variações para atender as mais diversas aplicações de atuação da municipalidade (administrativo, editorial, edição, CAD, etc.), com menor tempo de inatividade possível, dado a manutenção oriunda da garantia de 36 (trinta e seis) meses (previsão de contratação) e posteriormente assistido pela equipe e estrutura já existente, garantindo aos servidores a disponibilidade e funcionalidade do ativo num prazo curto. Quanto ao futuro e possível descarte, a gestão de ativos depreciados já recebe o tratamento pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a possibilidade da retirada de peças para reutilização e o despacho do inservível a uma Divisão também já existente na municipalidade, avocada ao Departamento de Serviços Gerais, denominada Divisão Técnica de Gestão do Patrimônio Mobiliário (SGE02.09).

Como exemplo das diversas citações sobre a obsolescência do nosso parque computacional, o qual muitos equipamentos excedem os 16 (dezesseis) anos de uso, temos computadores que ainda adotam processadores **intel(R) Core(TM)2 Duo CPU "Series"**, presente massivamente nos dias atuais, como pode ser constatado no recorte do *print* capturado, diretamente da ferramenta de inventário do município, neste primeiro trimestre de 2026.



836 Results (Download)

Account info: TAG	Last Inventory	Computer	Connected user	Operating system	RAM (MB)	CPU (MHz)	CPU type	IP address	Actions
NA	2025-02-13 00:00:00	SC 0P338998	Renivaldivino	Microsoft Windows 7 Professional	3540	3636	Intel(R) Core(TM)2 Duo CPU E7800 @ 2.83GHz	10.100.5.46	X
NA	2025-02-13 00:00:00	SC 0P338998	SISTEMA	Microsoft Windows 7 Professional	2540	2546	Intel(R) Core(TM)2 Duo CPU E7800 @ 2.83GHz	10.100.4.119	X
NA	2025-02-02 13:11:44	sdhagen.ip437734	gro	Linux Mint 22.2	2952	2800	Intel(R) Core(TM)2 Duo CPU E7800 @ 2.83GHz	10.100.5.159	X
NA	2025-05-25 10:48:35	edn02.ip465642	andrabesello	Linux Mint 22.3	3378	3000	Intel(R) Core(TM)2 Duo CPU E8400 @ 2.83GHz	172.18.5.91	X
NA	2025-06-18 00:00:00	SA502 DP346647	suparla	Microsoft Windows 7 Professional	3187	2936	Intel(R) Core(TM)2 Duo CPU E7800 @ 2.83GHz	172.18.5.110	X
NA	2025-10-18 00:00:00	SGE031 DP477364	SISTEMA	Microsoft Windows 7 Professional	3801	3000	Intel(R) Core(TM)2 Duo CPU E8400 @ 2.83GHz	172.18.5.129	X
NA	2025-06-08 00:00:00	SAB013 DP338998	RODRIKARA	Microsoft Windows 7 Professional	3640	3600	Intel(R) Core(TM)2 Duo CPU E7800 @ 2.83GHz	172.18.5.134	X

Fonte: [http://ocx.guarulhos.sp.gov.br/ocxreports/?function=vsu\\_computers](http://ocx.guarulhos.sp.gov.br/ocxreports/?function=vsu_computers)

• **Econômica:** Transformar um grande investimento inicial em despesas de custeio sob demanda facilita o planejamento orçamentário, libera capital para outras áreas prioritárias e elimina os custos ocultos de manutenção e descarte. Embora o custo total a longo prazo possa ser equiparado à locação/HaaS, o acervo de equipamentos adquiridos que agregarão ao erário se justifica. Reforçando o mencionado, ainda que não haja mérito, a municipalidade possui em seu parque computacional ainda muitos equipamentos obsoletos, conforme parágrafo acima.

Tabela Comparativa:

CARACTERÍSTICA	ALUGUEL	AQUISIÇÃO
CUSTO INICIAL	BAIXO	ALTO
CUSTO A LONGO PRAZO	PODE SER MAIOR	PODE SER MENOR (DEPENDENDO DO USO E DEPRECIAÇÃO)
MANUTENÇÃO E SUPORTE	INCLUSOS (GERALMENTE)	CUSTO ADICIONAL
FLEXIBILIDADE	ALTA	BAIXA
PERSONALIZAÇÃO	LIMITADA	ALTA
ATUALIZAÇÃO	FÁCIL	DIFÍCIL
PROPRIEDADE	NÃO	SIM

Para efeitos de comparação e análise entre os custos de locação e aquisição, foram realizadas pesquisas no site PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br/app/>). Através do catálogo fornecido pelos vencedores das licitações e comparação entre os valores da locação e dos preços de aquisição em sites de grandes varejistas em sites de domínio amplo, tivemos os resultados abaixo.

Serão destacadas as contratações feitas por 3 órgãos públicos (no ano de 2025):

- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO ( <https://pncp.gov.br/app/editais/00820295000142/2025/5>): houve locação de 1500 All-in-One e 1500 monitores. Preços que foram adjudicados, o custo de aquisição dos mesmos equipamentos se pagaria em menos de 2 anos de locação.
- MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU ( <https://pncp.gov.br/app/editais/76206606000140/2025/217>): foram locados computadores desktop, notebooks, tablets e monitores. Preços que foram adjudicados, o custo de aquisição dos mesmos equipamentos se pagaria em menos de 2 anos de locação.
- FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA - FURP ( <https://pncp.gov.br/app/editais/46374500000194/2024/11460>): foram locados 2 tipos de computadores desktop e 1 tipo de notebook. Os custos de aquisição dos computadores se pagariam após 2 anos de locação. Já o notebook, se pagaria depois de 3 anos de locação.

Levou-se também em consideração que a Prefeitura de Guarulhos já dispõe de numerosos profissionais, Divisões e Seções Técnicas que já prestam suporte de hardware e software. São eles:

- SCTI03.01** - Divisão Técnica de Service Desk
- SCTI03.02** - Divisão Técnica de Gestão e Manutenção de Equipamentos de TI
- SSG06** - DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SAÚDE
- SEG05.04** - Divisão Técnica de Suporte e Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Educação
- SH00.06.00.03** - Setor de Suporte de Informática
- SSU01.02** - Divisão Técnica de Suporte e Equipamentos de Comunicação e Tecnologia
- SJC01.02** - Divisão Técnica de Tecnologia da Informação de Justiça e Cidadania

Assim sendo, não há a necessidade de contratação de suporte e manutenção da empresa fornecedora de equipamentos, que por padrão costuma ter seu valor agregado nos serviços de *outsourcing* de computadores.

Para mitigar os riscos de gastos com manutenção e troca de peças dos equipamentos a serem adquiridos por este processo, será solicitada "garantia estendida" dos equipamentos, como por exemplo, de 36 (trinta e seis) meses de todos os itens inclusos pertinentes à ARP.

Uma outra vantagem da locação de computadores é a fácil atualização das tecnologias do parque de máquinas, evitando assim a rápida obsolescência dos equipamentos. Contrapondo o mencionado, a aquisição de computadores com maior capacidade de processamento e maiores quantidades de RAM nos trará uma vida útil prolongada, valorizando assim o alto valor investido inicialmente. Além disso, nosso parque de computadores, em sua grande maioria não precisará de uma atualização de hardware por um bom período, sendo os softwares essenciais como o Sistema Operacional mais recente (como o Windows 11 ou o Linux Mint 22), com seus navegadores de internet (Chrome e Firefox) atualizados e aplicativos de suite de escritório (como o Microsoft Office e o LibreOffice). Outro fator que nos leva a aquisição é a falta de investimento periódico por parte da prefeitura, sem regras claras ou preestabelecidas, alteradas pelas mudanças de governança dadas pelas eleições municipais.

Através de pesquisas e contato com representante da Microsoft, tomamos conhecimento sobre a dificuldade de rastreabilidade na aquisição de licenças do Microsoft Office em regime OEM. Esse tipo de aquisição tornaria o processo muito restritivo, dado que poucas empresas conseguem atender com licenças genuínas.

Sendo assim, a fim de mitigar a possibilidade da obtenção de licenças não genuínas do Microsoft Office, elas não serão adquiridas neste processo em regime OEM, comumente adotado pela municipalidade. Para tanto, quando houver a necessidade dessa ferramenta nos casos onde a suite de escritório LibreOffice (software de código aberto e gratuito) não suprir a demanda, há o Processo Administrativo nº 10.212/2024-SGE06 - PE 90106/2025 (já homologado) para aquisição do item **Licença do Microsoft Office Home and Business 2021** - Part Number T5D-03487-Português, que poderá ser adquirido em complemento a aquisição dos computadores através de outro processo administrativo, conforme menciona.

10. Previsão no plano de contratação anual (PCA)

Sim,

( ) conforme PCA

( X ) de acordo com o planejamento da unidade e lei orçamentária anual

Não, justificar:

\_\_\_\_\_

11. Estimativas de quantidades:

11.1 Diagnóstico do Parque Computacional

Com base nos dados extraídos do sistema de inventário **OCS**, observa-se uma acentuada obsolescência do parque tecnológico atual. A análise técnica aponta limitações críticas que comprometem a eficiência administrativa, tais como:

- **Hardware Defasado:** Processadores de baixa performance, unidades de armazenamento mecânico (HDD) e memória RAM com tecnologia ultrapassada, resultando em lentidão e constantes travamentos.
- **Vulnerabilidade de Software:** Presença significativa de sistemas operacionais descontinuados (Windows 7 e Windows 10), que não recebem mais atualizações de segurança.
- **Incompatibilidade:** A migração para sistemas modernos, como o Windows 11, mostra-se inviável na maioria das máquinas atuais devido à incompatibilidade física do hardware, impossibilitando a atualização do parque via software.

11.2 Necessidade de Expansão e Atendimento de Demandas

Além da substituição por obsolescência, há uma demanda crescente por ampliação do quantitativo de máquinas para novos postos de trabalho. Tais necessidades são formalizadas e monitoradas via sistemas **SIAGRU** e **SEI**, evidenciando a necessidade de uma solução que contemple tanto a atualização, substituições, quanto a expansão da infraestrutura.

11.3. Justificativa dos Itens e Lotes Específicos

A estruturação dos lotes seguiu critérios técnicos de padronização e demandas específicas de diversas pastas:

- **Notebooks:** Incluídos para atender à mobilidade e padronização da Secretaria responsável por TI, conforme detalhado nos processos SEI 1115.2025/0001945-0, 1104.2025/0000237-9 e 1122.2025/0001999-7.
- **Estações Avançadas:** Criação de item específico para atender às necessidades de alto desempenho da Subsecretaria de Comunicação (SEI 1120.2025/0004278-5).
- **Tablets:** Inclusão de lote para dispositivos móveis visando atender à SDS (SEI 1115.2025/0001945-0) e futuras demandas da municipalidade. Ressalta-se que, devido à impossibilidade de leitura desses dispositivos via OCS, o quantitativo foi estimado com base em manifestações diretas e projeções de interesse.
- **Monitores:** Conforme o capítulo 9 deste estudo, optou-se pela separação em lote distinto, tornando sua aquisição facultativa de acordo com a necessidade real do setor solicitante.

11.4. Consolidação do Quantitativo

A estimativa final de itens desta ARP consolida as manifestações de interesse da **SIURB** (Doc. SEI nº 3702522), **Secretaria da Saúde** e **Secretaria da Educação**. Para o cálculo do quantitativo total, utilizou-se como referência a cota nº 3753719 desta Diretoria, resultando no dimensionamento apresentado a seguir:

LOTE	TIPO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS
1	I – A - Entrada (Completo)	4.000
	I – B - Produtividade (Completo)	2.000
2	II – A - Intermediário (Completo)	3.000
	II – B - Monitor Opcional	500
3	III - Avançado I (CAD) (Completo)	300
4	IV - Avançado II (Design) (Completo)	100
5	V – Notebook 14”	150
6	VI – Tablet 10.1”	300
TOTAL		10.350

12. Justificativa para o parcelamento, agrupamento e subcontratação:

( ) Parcelamento (item), conforme justificativa abaixo:

—

( X ) Agrupamento (não parcelamento - formação de grupos/lotes), conforme justificativa e agrupamento definido abaixo.

São equipamentos que foram divididos em seis TIPOS. O agrupamento se dará para cada tipo, simplificando e criando interdependência entre elas.

**Subcontratação:**

( ) Sim, conforme item(ns)/serviço(s) e porcentagem a ser subcontratada descrita abaixo:

—  
( X ) Não poderá ser subcontratada.

**13. Legislação sobre o assunto:**

- ABNT NBR 14136 - Todos os equipamentos deverão ter os plugs e tomadas de acordo com o estabelecido na norma.
- ABNT NBR IEC 62368-1 - Conformidade com a ABNT, pois trata-se de um requisito essencial para a certificação e segurança do produto.
- ABNT NBR ISO 7779 - Que trata dos níveis de ruído acústico emitidos por equipamentos de tecnologia da informação e telecomunicações.
- Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.
- Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.
- Acórdão nº 1225/2014 – TCU.
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.
- Portaria nº 304, de 6 de novembro de 2023 - INMETRO.
- Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023.
- SEI/STF - 2376211 - Deliberação, de 13 novembro de 2023.

**14. Premissas técnicas:**

Em processos de Ata de Registro de Preços (ARP) para a aquisição de computadores, as premissas técnicas são os fatores críticos que precisam ser atendidos para garantir que a execução do contrato seja bem-sucedida e que os equipamentos funcionem conforme o esperado em seu ambiente de destino.

**Adequação do Ambiente**

A adequação do ambiente refere-se às condições físicas e lógicas nas quais os novos computadores serão instalados e irão operar. Ignorar esses fatores pode levar a problemas de desempenho, segurança ou até mesmo à impossibilidade de uso dos equipamentos.

**• Instalações Físicas**

- **Espaço físico:** É crucial haver espaço suficiente e adequado para acomodar os computadores, considerando não apenas a CPU e o monitor, mas também periféricos (teclado, mouse, impressora). Neste caso, a entrega será de forma distribuída, ou seja, cada unidade manifestante de interesse na aquisição receberá em seu endereço, de acordo com os dados presentes na Autorização de Fornecimento (A.F.).
- **Rede elétrica:** A infraestrutura elétrica deve ser robusta o suficiente para suportar a carga dos novos equipamentos. Isso inclui:
  - **Pontos de energia:** Disponibilidade de tomadas suficientes e no padrão correto (preferencialmente NBR 14136, no Brasil).
  - **Estabilização e proteção:** Existência de estabilizadores, nobreaks (UPS) ou filtros de linha para proteger os equipamentos contra variações de tensão, surtos e quedas de energia. A capacidade dos nobreaks deve ser compatível com a demanda dos equipamentos que serão conectados.
  - **Aterramento:** Aterramento adequado da rede elétrica para segurança dos usuários e proteção dos equipamentos.
- **Climatização:** Em ambientes com alta concentração de equipamentos ou que exigem operação contínua, sistemas de climatização (ar condicionado) podem ser necessários para manter a temperatura e umidade ideais, prevenindo o superaquecimento e prolongando a vida útil dos computadores.
- **Segurança física:** Medidas de segurança para proteger os equipamentos contra roubo, vandalismo ou acesso não autorizado.

**• Infraestrutura de Rede**

- **Pontos de rede:** Disponibilidade de pontos de rede (via de regras cabeado) em quantidade e localização adequadas para cada computador.
- **Capacidade da rede:** A infraestrutura de rede (switches, cabeamento, etc) deve ter capacidade suficiente para suportar o aumento do tráfego gerado pelos novos computadores, especialmente se houver uso intensivo de internet, sistemas em nuvem ou transferência de grandes volumes de dados.
- **Conectividade:** Certificar-se de que a conectividade com a internet e com redes internas (Intranet) esteja estável e com largura de banda adequada para as atividades a serem realizadas, bem como a segurança lógica como Firewall e Antivírus voltados para o ambiente corporativo.
- **Configuração de rede:** Ainda que as aplicações sejam automáticas (servidor DHCP, aplicações de regras de grupo GPOs), não são 100% das áreas da municipalidade que estão nesse quadro, ainda que muito próximo, requerendo em casos específicos equipes de TI devem estar preparadas para configurar os novos computadores na rede, incluindo atribuição de endereços IP, configurações de aplicativos e acesso a servidores (mapeamentos).

**• Disponibilidade de Recursos e Equipamentos**

Além da infraestrutura, a disponibilidade de recursos humanos e equipamentos complementares é vital para a instalação, configuração e manutenção dos computadores.

**• Recursos Humanos**

**o Equipe de T.I. da CONTRATADA e CONTRATANTE:**

É fundamental ter uma equipe de Tecnologia da Informação (TI) da CONTRATADA que seja qualificada e em número suficiente para:

- Realizar a instalação física (montagem, conexão de periféricos) que será previsto no Termo de Referência como parte do serviço;
- Configurar o sistema operacional, softwares e drivers que serão previamente criados mediante amostras de cada TIPO de equipamento, criando uma IMAGEM (cópia integral do Sistema Operacional e todos os aplicativos adicionais) e transferidos pela CONTRATADA nos equipamentos adquiridos, com a ativação individual dos bens (Windows), de acordo com cada TIPO /Modelo.

Que a equipe da CONTRATANTE, através do DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TI E SERVICE DESK, seja qualificada e em número suficiente para:

- Receber e inventariar os equipamentos, serviço que será executado parte pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e outra pela Departamento de Serviços Gerais, com o emplaquetamento dos bens;
- Prestar suporte e manutenção inicial através do Service Desk do município (DIVISÃO TÉCNICA DE SERVICE DESK) através de e-mail (suporte@guarulhos.sp.gov.br) ou whatsapp (11) 99654-4124.

**• Usuários**

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do município de Guarulhos tem adotado regras e padrões que facilitarão a migração de "dados" para os novos equipamentos, já que é previsto que todos os dados sensíveis à corporação sejam gravados em pasta compartilhada com acesso comum apenas pelos membros da mesma unidade, em servidores hospedados em Data Center de alta disponibilidade, com execução de política de backup como rotina.

• Recursos Complementares

**Mobiliário:** Mesas e cadeiras adequadas e ergonômicas para a instalação dos novos equipamentos e para o conforto dos usuários ficará sob responsabilidade de cada Secretaria/Coordenadoria.

**Características técnicas agregadas aos equipamentos:** Haverá a exigência de que os fabricantes dos microcomputadores sejam registrados no "Membership List" do *Unified Extensible Firmware Interface Forum*, sendo possível consultar pelo website <https://www.uefi.org/members>. O objetivo é garantir, aos equipamentos utilizados na municipalidade de Guarulhos, critérios elevados de qualidade, performance e segurança, gerados pela comunidade do Fórum UEFI, representadas por fabricantes de chipsets, fornecedores de firmwares e sistema operacionais líderes do segmento.

*"5. A administração pública deve procurar produtos e serviços com a devida qualidade e que atendam adequadamente às suas necessidades. É preciso mudar o paradigma, que infelizmente ainda predomina no campo das aquisições públicas, da busca do "menor preço a qualquer custo". Esse paradigma tem levado, muitas vezes, a administração a contratar obras, bens e serviços de baixa qualidade, que não atendem o conteúdo às necessidades e que afetam o nível dos serviços públicos prestados. E, muitas vezes, sequer a aparente economia de recursos que se vislumbra conseguir efetivamente se concretiza em médio e longo prazos, uma vez que esse tipo de contratação geralmente implica substituições em prazos mais curtos, maiores custos de manutenção etc."*

Acórdão TCU 1.225/2014 - [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/...](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/)

**15. Padronização:**

Para cada **LOTE** de computadores, que varia entre Básicos, Intermediários, Avançados (CAD e Design), Notebooks (Portáteis) e Tablets, a padronização deverá ser mantida, sendo o mesmo modelo ofertado e homologado a ser entregue, incluindo características **VISUAIS** e **TÉCNICAS**.

A padronização facilita a manutenção, o suporte técnico, a gestão de softwares e garante a compatibilidade entre os equipamentos, o que por sua vez, simplifica a colaboração e o fluxo de trabalho.

As definições contidas nas Especificações Técnicas Mínimas pautam-se no princípio da Isonomia, conforme o Art. 5º da Lei 14.133/2021, assegurando a igualdade de condições a todos os participantes. O objetivo é estabelecer requisitos que garantam o desempenho necessário ao interesse público sem, contudo, criar barreiras técnicas que restrinjam indevidamente a competitividade ou direcionem o certame para marcas ou modelos específicos.

**16. Indicação de Marca ou Modelo:**

Não há uma Marca ou Modelo a ser indicado.

**17. Atividade Acessória:**

A Atividade Acessória para esta Ata de Registro de Preços se divide em duas variantes a serem atendidas pela licitante:

- A Instalação do Sistema Operacional e demais softwares em todos os equipamentos adquiridos com a replicação da **IMAGEM** a ser preparada pela **SCTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação**;
- Garantia estendida de 36 (trinta e seis) meses com a manutenção **CORRETIVA** e o fornecimento de peças de reposição de todos os itens integrantes deste certame.

**18. Bens de luxo:**

**Não**, os bens a serem adquiridos são classificados como **Bens de Qualidade Comum**, com aplicação direta e cotidiana na administração pública.

Entendimento conforme o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)) e no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023 (<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-67985-27.09.2023.html>).

**19. Princípio da segregação de funções**

As funções são divididas em planejamento, condução da licitação e gestão do contrato, garantindo mais controle e transparência (artigos 5º e 7º da Lei 14133/2021).

( ☒ ) Sim, atende os princípios da segregação de função.

( ) Não, conforme justificativa abaixo:

—

**20. Mapa de risco (matriz de risco):**

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual, permitindo que destinemos as devidas atenções nas mais diversas fases da construção do processo.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação, classificados como EVENTO e CONSEQUÊNCIA, e a análise dos principais riscos, com a PROBABILIDADE DA OCORRÊNCIA e o IMPACTO. O objetivo consiste na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução.

Para a Identificação dos Riscos, temos:

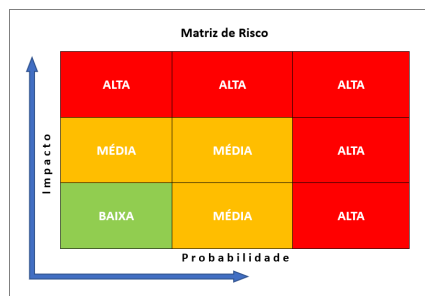
- Evento - Explanação sucinta do entendimento do possível risco em determinada fase do projeto;
- Consequência - Impacto que o risco gerará se acometido, parcialmente, integralmente ou ainda a nulidade.

A Análise dos Riscos aponta duas vertentes que nos alertam com resultados após análise, sendo:

- A da Probabilidade da Ocorrência, com níveis variando entre BAIXO e ALTO,
- A do Impacto, também com referências de níveis variando entre BAIXO e ALTO.

Com o objetivo de representar os níveis de probabilidade e impacto, utilizaremos uma escala de classificação de PROBABILIDADE e IMPACTO.

A Matriz de Risco será a representação do cruzamento dos eixos denominados IMPACTO e PROBABILIDADE, culminando em níveis que variam de BAIXO, MÉDIO e ALTO risco.



Legenda	
BAIXO	Nível que não comprometem o processo/serviço, mas requer atenção.
MÉDIA	Danos que comprometem parcialmente o processo/serviço, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade. Requer um plano de atenção mais elaborado.
ALTA	Danos que comprometem a essência do processo/serviço, impedindo-o de seguir seu curso. Esse nível requer atenção total e naturalmente deve ser evitado.

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS		ANÁLISE DO RISCO	
EVENTO	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO
Falha na descrição das Especificações Técnicas Mínimas	Atraso no andamento do Processo para correção/alteração ou o não enquadramento do TIPO do equipamento para uma determinada aplicação	BAIXA	BAIXA
Falta de Planejamento ou a reserva (dotação) orçamentária	Não adesão a ARP, respectivamente a não obtenção do objeto que porventura possa ser esperado	MÉDIA	MÉDIA
Atraso ou demora na conclusão do Processo	Expansão da expectativa de aquisição ou problemas no caso de necessidade do objeto	MÉDIA	BAIXA
Certame fracassado e/ou deserto	Riscos à retomada de uma nova publicação e a reavaliação do motivo em tempo hábil	BAIXA	BAIXA
Impugnação do Processo	A impugnação traria muito desgaste, pois indicaria erros intransponíveis no Processo, requerendo o reinício de quase todo trabalho	MÉDIO	ALTA
Quantitativo em Excesso ou em Quantidade insuficiente	A manifestação com volume ACIMA ou ABAIXO do projetado, incidirá em expectativas não atendidas ou excedidas	BAIXA	MEDIA
Baixo consumo da ARP	Indica divergência significativas sob a expectativa e o trabalho criado	MÉDIA	BAIXA
Cotações fora de mercado (muito altas ou inexequíveis), ou ainda em desacordo com a legislação vigente	Valores referenciais ACIMA ou ABAIXO da média servirão de guia no pregão	BAIXA	MÉDIA
Não envolvimento do corpo jurídico da municipalidade para assistir o Processo	Clausulas importantes não exprimidas no contrato à Licitantes	BAIXA	ALTA
Empresa VENCEDORA suspensa / impedida antes da vigência da ARP e após a homologação	Atraso no processo licitatório, com provável chamada da vencedora subsequente	BAIXA	BAIXA



**ANEXO IV**  
**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls.

Proc. Adm:

Rubrica:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

PREGÃO/ CONCORRÊNCIA Nº

PROC. ADM. Nº

HOMOLOGAÇÃO EM:

OBJETO:

PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

**PAGAMENTOS:**

Serão efetuados no prazo de **até 30 (trinta) dias** a contar do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, observadas as condições de pagamento previstas no instrumento contratual formalizado (AF/Contrato).

O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, indicada pela contratada. A nota fiscal deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento. Para fins de liquidação e pagamento de despesas deverão ser atendidas as exigências constantes na portaria 03/2017-SF publicada no diário oficial do Município de Guarulhos em 20/01/2017 páginas 22 e 23, que poderá ser consultada em [www.guarulhos.sp.gov.br](http://www.guarulhos.sp.gov.br).

COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:

**PRAZO DE VALIDADE DA ARP:** 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, com a consequente renovação dos quantitativos inicialmente estabelecidos.

**ÓRGÃO GERENCIADOR:** DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

**ÓRGÃO GESTOR:**

**ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S), ITEM(NS), QUANTIDADE(S):** Conforme ANEXO V desta ARP.



**SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.

Proc. Adm:

Rubrica:

O Município de Guarulhos, CNPJ nº 46.319.000/0001-50, com sede à Avenida Bom Clima, nº 90, Jardim Bom Clima, neste ato representado pelo Signatário ao final identificado, doravante denominado ÓRGÃO GESTOR, institui esta Ata de Registro de Preços (ARP), que se constitui documento vinculativo e obrigacional às partes, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto nº 33.856/2016 e suas alterações, no que couber, conforme processo administrativo, licitação, objeto e itens discriminados no preâmbulo e segundo as cláusulas e condições seguintes:

**Art. 1º.** Esta Ata estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente ao objeto da licitação descrito no Quadro Resumo, cujas especificações técnicas, preços, quantitativos e fornecedores foram definidos no procedimento licitatório.

**Art. 2º.** Integram esta ARP, além do ÓRGÃO GERENCIADOR, o ÓRGÃO GESTOR, OS PARTICIPANTES e a listagem do cadastro reserva que constam dos anexos a esta Ata.

**Art. 3º -** O Departamento de Contratos e Atas de Registro de Preços enquanto ÓRGÃO GERENCIADOR das ARPs de bens e serviços comuns ordinários de interesse coletivo obriga-se a:

- a) gerenciar a ARP, providenciando a indicação dos compromissários fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da ARP;
- b) convocar o compromissário fornecedor para assinatura de termo de contrato ou instrumento que o substitua;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos para renegociação de preços registrados após aferido os preços conforme alínea "f" do Art. 4º desta ARP, para fins de adequação às novas condições de mercado; e, para apuração de irregularidades para fins de aplicação de penalidades sob sua responsabilidade;
- d) disponibilizar no sistema utilizado pela Administração, possíveis alterações ocorridas nesta ARP;
- e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP e no termo de contrato.

**Art. 4º.** O(s) ÓRGÃO(S) GESTOR(ES), obrigam-se a:

- a) tomar conhecimento da ARP, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
- b) conduzir os procedimentos que antecedem a renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e, para apuração de irregularidades para fins de aplicação de penalidades, comunicando em ato contínuo ao Departamento de Contratos e Atas de Registro de Preços.
- c) assegurar-se, quando do uso da ARP, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;
- d) zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e
- e) informar formalmente ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do compromissário fornecedor em atender às condições estabelecidas na ARP, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em atender instrumento contratual para fornecimento ou prestação de serviços.
- f) Caberá ao(s) ÓRGÃO(S) GESTOR(ES), realizar semestralmente ampla pesquisa de mercado para aferir a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados, e ainda para subsidiar a análise econômica financeira no caso de reequilíbrio de preços e troca de marca informando em ato contínuo ao Departamento de Contratos e Atas de Registro de Preços.

**Art. 5º.** Os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, obrigam-se a:

- a) tomar conhecimento da ARP, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;



**SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.

Proc. Adm:

Rubrica:

**b)** conduzir os procedimentos administrativos relativos a apuração de irregularidades que antecedem a aplicação de penalidades, em relação as suas próprias contratações, comunicando em ato contínuo ao Departamento de Contratos e Atas de Registro de Preços, obedecendo ao disposto no Artigo 18 § 1º e § 2º desta ARP.

**c)** assegurar-se, quando do uso da ARP, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

**d)** zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o ÓRGÃO GERENCIADOR, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.

**Art. 6º.** O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a:

**a)** assinar termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, podendo o prazo ser prorrogado mediante solicitação;

**b)** cumprir integralmente as condições referentes à especificação, prazo de entrega, garantia, condições de fornecimento e demais estabelecidas no Edital;

**c)** providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas;

**d)** manter, durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias exigidas na respectiva licitação, conforme inciso XVI do Art. 92 da Lei 14.133/21.

**Art. 7º.** A **validade** da presente ARP é de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**§ 1º** Nas compras/contratações cujo prazo de entrega/execução seja imediata, com prazo indicado no instrumento convocatório, a entrega/execução poderá se dar além do prazo de validade da ata, desde que o instrumento contratual tenha sido recebido pelo fornecedor até o último dia de validade da ARP.

**§ 2º** As aquisições ou contratações, não poderão exceder a 100% (cem por cento) do total dos quantitativos registrados, incluindo dentro deste cálculo o somatório do total das requisições de todas as Unidades.

**Art. 8º.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades que não participaram do procedimento de intenção do RP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participante, observados os requisitos previstos no art. 86 da Lei 14.133/21, conforme segue:

**I** - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**II** - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

**III** - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

**§ 1º** as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes;

**§ 2º** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**§ 3º** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias.

**Art. 9º.** Os preços, as quantidades, os compromissários fornecedores e as especificações dos objetos registrados nesta ARP, encontram-se listados no Quadro Resumo.

**§ 1º** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**Art. 10º.** O pagamento será realizado conforme estabelecido no preâmbulo, atendendo ao que segue:

**a)** O preço unitário dos objetos desta ARP a ser pago, será aquele constante do Quadro Resumo.



**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.

Proc. Adm:

Rubrica:

b) Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos.

c) O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ARP, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.

d) O pagamento será efetuado ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, pelo MUNICÍPIO DE GUARULHOS ou órgão e entidade da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL usuário do registro, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura de serviços, devidamente atestada pela unidade requisitante, ou conforme acordado entre o Compromissário Fornecedor e os órgãos ou entidades que eventualmente venham a aderir a presente ARP na condição de não participantes.

e) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007.

**Art. 11º.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao compromissário fornecedor a preferência de contratação em igualdade de condições.

**Art. 12º.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão gerenciador, órgão gestor ou órgão participante, por intermédio de **Autorização de Fornecimento** emitida pelo sistema informatizado vigente, **para objetos com entrega/execução de até 30 (trinta) dias**, ou pelo Departamento de Contratos e Atas de Registro de Preços, a pedido da unidade requisitante, por meio de **Contrato, para prazos superiores a 30 (trinta) dias**, ou que resultem obrigação futura, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**§1º** O instrumento contratual de que trata o item acima deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**§2º** O instrumento contratual formalizado será regido pelas regras da Lei nº 14.133/21, em especial os art. 89 a 163.

**§3º** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

I - Para alterações com fundamento na alínea "b", inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/21, devem ser observadas as seguintes condições:

- a) a Ata de Registro de Preços não possua mais saldo para aquisição, independente da unidade requerente, e
- b) a Ata de Registro de Preços não esteja mais vigente ou não possa ser renovada.

**Art. 13º.** Esta ARP poderá sofrer alterações, conforme previsto no art. 104 da Lei nº 14.133 de 2021.

**Art. 14º.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado para o objeto registrado.

I - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município de Guarulhos deverá convocar a detentora da Ata para negociar a redução do preço registrado, tornando-o compatível com os valores praticados pelo mercado:

a) Caso o compromissário fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

a1) Havendo a liberação do compromissário fornecedor, com o consequente cancelamento do registro de preço, o Município de Guarulhos poderá convocar os integrantes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observadas as suas condições de habilitação.

b) Não havendo êxito nas negociações, o Município de Guarulhos deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

c) Caso haja a redução do preço registrado, será comunicado às entidades que tiverem formalizado contratos, para efetuar a alteração contratual.



**SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.

Proc. Adm:

Rubrica:

d) Nos casos de revisão de preços em seu favor, a Administração, deverá lavrar Termo Aditivo com o preço revisado.

II - No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, será facultado ao compromissário fornecedor, que não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, requerer ao Município de Guarulhos, **antes da emissão da autorização de fornecimento, o cancelamento do preço registrado**, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente impossibilite o cumprimento do compromisso.

a) Para fins do disposto desse inciso, deverá o compromissário fornecedor encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

b) Comprovada a condição estabelecida, o Município de Guarulhos deverá proceder ao cancelamento do preço registrado, liberando o compromissário fornecedor registrado das penalidades cabíveis.

c) Na hipótese de o **pedido de cancelamento da Ata ocorrer após a emissão da autorização de fornecimento**, responderá o compromissário fornecedor pelo cumprimento da parcela solicitada.

d) Caso não demonstrada prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, ou a ocorrência de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que tornem insubsistente o preço registrado e inviabilizem a execução do ajuste tal como pactuado, o pedido será indeferido pelo Município de Guarulhos e o compromissário fornecedor ficará obrigado a cumprir as obrigações pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das demais sanções.

d1) Na hipótese de cancelamento do registro do compromissário fornecedor, o Município de Guarulhos poderá convocar os integrantes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para manifestarem interesse em assumir o fornecimento pelo preço registrado (Anexo VI), observadas as suas condições de habilitação.

e) Não havendo êxito nas negociações, o Município de Guarulhos deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa e liberando o compromissário fornecedor registrado das penalidades cabíveis.

III - Enquanto as solicitações de revisão do preço registrado estiverem sob a análise da Municipalidade, o compromissário fornecedor **não poderá suspender o fornecimento** referente à(s) Autorização(ões) de Fornecimento emitida(s) antes da data do protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.

a) O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 1 (um) mês, contado da data do protocolo do pedido de revisão devidamente instruído.

**Art. 15º.** O Município de Guarulhos procederá, no caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, mediante solicitação do compromissário fornecedor, ao reajustamento de preços conforme forma e condições estabelecidas abaixo:

I - No caso de prorrogação da ata de registro de preços e mediante solicitação expressa do Compromissário Fornecedor, os valores registrados **poderão ser reajustados**, sendo a data da apresentação da proposta/orçamento da licitação, considerada a data-base inicial para cálculo da variação do índice de reajuste, nos termos dos Art. 25 e 92, da Lei Federal nº 14.133/21:

a) Os preços registrados poderão ser reajustados pela variação do índice **IPCA-IBGE**.

a1) No caso de prorrogação da Ata, o reajuste poderá ser concedido a partir de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, adotando-se, como data-base, a data da apresentação da proposta/orçamento, nos termos da Lei Federal 14.133/21.

a2) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

a3) O reajuste (único) será realizado por apostilamento, a partir da data da prorrogação da Ata.

a4) Os contratos e autorizações de fornecimentos derivados da ARP terão seus preços apostilados a partir da mesma data.

**Art. 16º.** O compromissário fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**ARP 14133/21**



**SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.

Proc. Adm:

Rubrica:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21;
- V - for impedido de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta do Município de Guarulhos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21;
- VI - tiver presentes razões de interesse público.

**Art. 17º.** O compromissário fornecedor poderá solicitar à Administração o cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21.

**Art. 18º.** Aplicam-se ao SRP e às contratações dele decorrentes as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, conforme o caso.

**§ 1º** Os procedimentos para apuração de irregularidades relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, com vista a aplicação de penalidades, deverão vir acompanhados da respectiva fundamentação e instruída com os elementos probatórios disponíveis para demonstração da veracidade do alegado, e, serão conduzidos no âmbito dos Órgãos Gestores e Participantes contratantes;

**§ 2º** As penalidades serão aplicadas por autoridade competente conforme dispõe o Art. 3º – § 4º Inciso III do Decreto 33857/2016, e serão conduzidos no âmbito do Departamento de Contratos e Atas de Registro de Preços.

**§ 3º** O Compromissário Fornecedor que descumprir quaisquer das cláusulas do edital ou do instrumento contratual ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e aplicar-se-ão as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- a) advertência;
- b) multas;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Direta Municipal e Autárquica Municipal, pelo prazo de até 03 (três) anos, conforme disposto na Lei Federal 14.133/21
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, respeitado o disposto na Lei Federal 14.133/21.

**§ 4º** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 5º** Ficarão sujeitos a impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Direta Municipal e Autárquica Municipal, pelo prazo de até **03 (três) anos** conforme dispõe o Art. 156, inciso III da Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo das multas previstas no edital e nesta ARP e no instrumento contratual e das demais cominações legais, aquele que:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;



**SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.

Proc. Adm:

Rubrica:

- e) não manter a proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) declarar informações falsas; e
- h) cometer fraude fiscal.

**§ 6º** As multas são estabelecidas nos seguintes limites:

- a) Para as infrações previstas nos itens do §5º a, b, e, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- b) Para as infrações previstas nos itens do §5º c, d, f, g, h, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**§ 7º** As sanções serão aplicadas a critério da Administração. As multas referidas neste instrumento não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei 14.133/21, podendo ser aplicada isoladamente ou cumulativamente.

**§ 8º** O prazo para pagamento das multas será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber do Município de Guarulhos. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando o devedor a processo executivo.

**§ 9º** Será garantido ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR o direito de apresentação de prévia defesa, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades, em conformidade com o disposto nos artigos 157 e 158, da Lei 14.133/21, e recursos conforme artigos 166 e 167 da mesma Lei.

**Art. 19º.** É parte integrante desta ARP a proposta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, essa somente naquilo em que não colidir com as disposições legais.

**Art. 20º.** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

**Art. 21º.** O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, nos casos em que couber, ao assinar a presente ARP, **DECLARA** que está ciente acerca da Política de Segurança da Informação, instituída pelo Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022, e concorda em cumprir todas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas, e se compromete a:

- a) Proteger as informações confidenciais da CONTRATANTE e dos cidadãos do Município, acessadas ou gerenciadas no decorrer da prestação dos serviços;
- b) Utilizar os recursos de tecnologia da informação fornecidos pela CONTRATANTE apenas para os fins autorizados e em conformidade com as políticas estabelecidas;
- c) Relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança da informação ou suspeita de violação das políticas;
- d) Participar de treinamentos e capacitações relacionados à segurança da informação quando solicitado pela CONTRATANTE;
- e) Colaborar com a equipe de segurança da informação do município para implementar e manter as medidas de segurança adequadas;
- f) Dar ciência aos seus colaboradores do fiel cumprimento da PSI.

**Art. 22º.** As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento desta ARP.

**Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme, vai rubricada e assinada.**

**INTEGRAM ESTA ATA, OS SEGUINTE ANEXOS:**

I. QUADRO RESUMO



**SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.

Proc. Adm:

Rubrica:

- II. Minuta de Contrato de Fornecimento/Serviço (Previamente examinada e aprovada juridicamente nos termos do Art. 53 da Lei 14.133/21 – Conforme Parecer Jurídico exarado nos autos do Processo Administrativo em epígrafe)
- III. Minuta de Autorização de Fornecimento/Execução de Serviço (Previamente examinada e aprovada juridicamente nos termos do Art. 53 da Lei 14.133/21 – Conforme Parecer Jurídico exarado nos autos do Processo Administrativo em epígrafe).
- IV. Termo de Ciência e Notificação
- V. Órgão(s) participante(s), Item(ns) e Quantidade
- VI. Cadastro Reserva, se houver.

MINUTA



SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls.  
Proc. Adm:  
Rubrica:

ANEXO I

QUADRO RESUMO – PROC. ADM. Nº /

COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:		CÓDIGO:
ENDEREÇO:		
CEP:	FONE:	FAX/CEL:
CNPJ:	IE:	E-mail:

LOTE OU ITEM (CONFORME EDITAL)					
ITEM	DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S)/ EXIGÊNCIAS	UNID. MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	MARCA / FABRICANTE	PREÇO UNITÁRIO
01					
02					

VALIDADE / GARANTIA:

ENTREGA:

**OUTRAS EXIGÊNCIAS / PRAZOS / OBRIGAÇÕES:** Faz parte desta Ata, independentemente de transcrição, as especificações do(s) item(ns) do Termo de Referência e demais documentos anexos ao edital, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados.  
(Inserir conforme Anexo I do Edital)

Guarulhos,

ÓRGÃO GESTOR:

\_\_\_\_\_  
NOME  
Cargo

\*\*\*\*\*  
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:

\_\_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL

Nome legível: \_\_\_\_\_

Cargo:



**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.  
Proc. Adm.  
Rubrica

**ANEXO II**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_**

**ARP nº \_\_\_\_\_ PA de origem: \_\_\_\_\_ PA. Emp. nº \_\_\_\_\_**

**CONTRATADA: \_\_\_\_\_ CÓDIGO: \_\_\_\_\_**

**OBJETO: \_\_\_\_\_**

**1. PREÂMBULO**

**PARTES: MUNICÍPIO DE GUARULHOS**, com sede à Avenida Bom Clima nº 90, Jd. Bom Clima – Guarulhos/SP, inscrito no CNPJ sob nº. 46.319.000/0001-50, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **Secretário de \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ – CEP \_\_\_\_\_, **Fone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_**, neste ato representada pelo signatário ao final identificado, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, ficando as partes subordinadas às disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações e condições constantes deste contrato.

**1. FUNDAMENTO:** Este contrato decorre da **Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_\_**, que se acha juntada ao **Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_**.

**2. DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES**

**1. NATUREZA DO CONTRATO:** A **CONTRATADA** obriga-se ao fornecimento ou à prestação de serviços de \_\_\_\_\_, conforme abaixo relacionado.

LOTE _____					
Item	Qtd.	UN	Material ou Serviço / MARCA	Valor Unitário	Valor Total
			Descrição Marca:	R\$	R\$

**2. PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO:** \_\_\_\_\_.

**3. LOCAL DE ENTREGA / EXECUÇÃO:** \_\_\_\_\_.

**4.** Correrá por conta da **CONTRATADA** todas as despesas diretas e indiretas decorrentes de carga, descarga e transporte, bem como todos os impostos e tributos que houver.

**5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:** Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) **designou** como **Gestor e Fiscal** deste contrato os servidores das áreas: **Secretaria de \_\_\_\_\_**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

**3. PRAZOS**

**1. PRAZO DE VIGÊNCIA:** Este contrato tem vigência de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, contados da data \_\_\_\_\_, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos do art. 107 da Lei Federal 14.133/21.

**4. VALOR, RECURSOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES**

**1. VALOR:** O valor estimado deste Contrato é de **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**.

**2. RECURSOS:** A despesa onerará inicialmente, dotações próprias abaixo codificadas:

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.
Proc. Adm.
Rubrica

**3. FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo, nos termos da cláusula 5.5 deste contrato, observadas as seguintes condições:

1. Em se tratando de serviços, anteriormente à emissão da Nota Fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar relatório descrevendo os serviços executados no período cobrado para conferência da medição.
2. Aprovada a medição, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal, que deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento.
3. Em se tratando de fornecimento, a Nota Fiscal deverá acompanhar o(s) produto(s).
4. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, a ser indicada pela contratada
5. O órgão Gestor deverá observar as instruções normativas contidas na Portaria nº 03/2017-SF.
6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal;
8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007, quando aplicável.
9. No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira:

$I = (\text{meta da inflação}/100)/365$

**4. REAJUSTAMENTO:** O contrato poderá ser reajustado pelo índice divulgado pelo índice **IPCA-IBGE**, nos termos do Decreto Municipal nº 23124/05.

1. O reajuste somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 25º, § 7º da Lei Federal 14.133/21.
2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
4. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **5. RESPONSABILIDADES**

**1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.
Proc. Adm.
Rubrica

- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
  - d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
  - e) Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
  - f) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data do protocolo de revisão devidamente instruído.
  - g) Cientificar o Órgão responsável pelas Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para aplicação de sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do Contrato, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, se o caso;
  - h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - i) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
2. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.
3. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- a) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
  - b) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
  - c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;
  - d) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
  - e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  - f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, § único, da Lei Federal 14.133/21;
  - h) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
  - i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



## SECRETARIA DE FINANÇAS SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls.  
Proc. Adm.  
Rubrica

- j) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
  - k) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
  - l) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
  - m) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
  - n) Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
  - o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  - p) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
  - q) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal 14.133/21);
  - r) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, § único, da Lei Federal 14.133/21);
  - s) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
  - t) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 14.133/21.
  - u) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
4. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes neste contrato, no ato convocatório e na forma prevista na proposta, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer a CONTRATADA, nas sanções previstas.
5. Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:
- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, se prestação de serviço, ou mediante recebimento da Nota Fiscal que acompanha o(s) produto(s), se fornecimento, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, referente à parcela medida/recebida;
  - b) definitivamente, em **até 10 (dez) dias** do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, referente à parcela medida/recebida.
6. As responsabilidades das partes na execução deste Contrato são as comuns nele implícitas ou expressas, com base na Lei de Licitações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.
7. Outras responsabilidades são aquelas relacionadas no **Termo de Referência**.

### 6. SANÇÕES E RESCISÃO

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, o Contratado que:



**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.
Proc. Adm.
Rubrica

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;
  - e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - f) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
  - g) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;
  - i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
  - j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13, durante a execução do contrato.
2. Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
1. **ADVERTÊNCIA**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “a”, “b” e “c” do item 6.2.4;
  2. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, do item 6.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “a”, “b” ou “d” do item 6.2.4;
  3. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 6.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 6.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “d” do item 6.2.4;
  4. **MULTA**, aplicada da seguinte forma:
    - a) Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue até o **10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** ao dia, calculado sobre o valor do Contrato;
    - b) Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue do **11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7% (sete décimos por cento)** ao dia, calculado sobre o valor do contrato;
    - c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** sobre o valor do Contrato, a ser definida conforme item 6.8;
    - d) Nos casos de **inexecução total da obrigação**, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo **superior a 30 (trinta) dias**, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 6.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 6.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** sobre o valor do Contrato, a ser definida conforme item 6.8.
  5. Para aplicação das multas elencadas nas alíneas “a” e “b” acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Órgão responsável pelas Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou descontado de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.



**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.
Proc. Adm.
Rubrica

6. A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até **03 (três) anos**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 6.2.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:
  - a) **06 (seis) a 12 (doze) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 6.8;
  - b) **13 (treze) a 18 (dezoito) meses** nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 6.8;
  - c) **19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 6.8;
7. A aplicação da penalidade prevista nos itens 6.2.2 e 6.2.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.
8. Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas “c” e “d”, do item 6.2.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.
3. A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:
  - a) comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;
  - b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.
4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;
5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 6.2, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 6.8.
6. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.
  1. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Órgão responsável pelas Licitações e Contratos por meio eletrônico, **até o último dia útil do prazo**, ou protocolados diretamente na Rua do Rosário, 300 - Macedo - Guarulhos/SP, **das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo**.
  2. Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos **após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado**, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou sistema eletrônico, ou **protocolados fisicamente após as 16h45 do último dia útil do prazo estipulado**, conforme estabelecido no item anterior.
  3. Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 6.2.8.
7. Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento



**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.
Proc. Adm.
Rubrica

previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.

8. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9. A rescisão contratual poderá ser por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como amigavelmente.
  - a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.
10. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
  1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11. A rescisão, sempre que possível, será precedida:
  - a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - c) Indenizações e multas.

**7. DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. **CONDIÇÕES INTEGRANTES:** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
  - b) O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, conforme o fundamento acima;
  - c) A Proposta da CONTRATADA; e
  - d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.
2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.
  1. Para alterações com fundamento na alínea "b", inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/21, devem ser observadas as seguintes condições:
    - a) a Ata de Registro de Preços não possua mais saldo para aquisição, independente da unidade requerente, e
    - b) a Ata de Registro de Preços não esteja mais vigente ou não possa ser renovada.
3. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratado, sem expressa anuência da CONTRATANTE.
4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
5. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fls.
Proc. Adm.
Rubrica

6. Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.
7. A CONTRATADA, ao assinar o presente contrato, DECLARA que está ciente acerca da Política de Segurança da Informação, instituída pelo Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022, e concorda em cumprir todas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas, e se compromete a:
- a) Proteger as informações confidenciais da CONTRATANTE e dos cidadãos do Município, acessadas ou gerenciadas no decorrer da prestação dos serviços;
  - b) Utilizar os recursos de tecnologia da informação fornecidos pela CONTRATANTE apenas para os fins autorizados e em conformidade com as políticas estabelecidas;
  - c) Relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança da informação ou suspeita de violação das políticas;
  - d) Participar de treinamentos e capacitações relacionados à segurança da informação quando solicitado pela CONTRATANTE;
  - e) Colaborar com a equipe de segurança da informação do município para implementar e manter as medidas de segurança adequadas;
  - f) Dar ciência aos seus colaboradores do fiel cumprimento da PSI.
8. **FORO:** As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

Estando as partes concordes com as cláusulas transcritas no presente Contrato, assinam os representantes, em duas vias de igual teor e forma, se assinatura física, e uma via, se assinatura digital, conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente.

Guarulhos,

\_\_\_\_\_  
Secretário de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

Nome legível:  
Cargo:



PREFEITURA DE GUARULHOS  
Av. Bom Clima, 91 - Jardim Bom Clima - CEP 07.196-220  
Guarulhos - SP - Brasil - Fone/Fax (11) 24238600  
CNPJ: 46.319.000/0001-50 HOME PAGE: <https://guarulhos.sp.gov.br>

### ANEXO III

#### AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO

(Para os casos de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica)

Número AF:

Número Ata:

Data Fim:

Número Processo:

Sol. Consumo:

Empenhos:

Modalidade:

Nº Modalidade:

Fornecedor:

Documento:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Fone:

Fax:

E-mail:

Prazo de Entrega:

Data de Emissão:

Local de Entrega:

Objeto:

**Condições de Pagamento:** O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo, observadas as seguintes condições:

1. Em se tratando de serviços, anteriormente à emissão da Nota Fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar relatório descrevendo os serviços executados no período cobrado para conferência da medição.
2. Aprovada a medição, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal, que deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento.
3. Em se tratando de fornecimento, a Nota Fiscal deverá acompanhar o(s) produto(s).
4. Quando a Nota Fiscal for emitida eletronicamente, encaminhar no e-mail do requisitante, registrado acima, e deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal;
5. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, indicada pela contratada;
6. A Nota Fiscal deverá ser atestada pela unidade requisitante.
7. O órgão Gestor deverá observar as instruções normativas contidas na Portaria nº 03/2017-SF.
8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007, quando aplicável.
10. No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

**EM** = I x N x VP, sendo:



PREFEITURA DE GUARULHOS  
Av. Bom Clima, 91 - Jardim Bom Clima - CEP 07.196-220  
Guarulhos - SP - Brasil - Fone/Fax (11) 24238600  
CNPJ: 46.319.000/0001-50 HOME PAGE: <https://guarulhos.sp.gov.br>

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira:

I = (meta da inflação/100)/365

Unidade(s):

DOTAÇÃO(ÕES)							
Num. Referência	Ficha	Código Dotação	Aplicação	SubElemento	Valor Liberado	Reserva	Valor Reserva

ITENS							
Seq. Item	Cód. Material	Descrição do Objeto	Marca	Unid. Medida	Qtd.	Vlr. Unitário	Vlr. Total

Observação:

Outras exigências:

Total:

**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:** Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) **designou** como **Gestor e Fiscal** deste contrato os servidores das áreas da **Secretaria emissora desta Autorização de Fornecimento/Serviço**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

**FUNDAMENTO:** Esta autorização de fornecimento/execução de serviço foi emitida em conformidade com o disposto no artigo 95 da Lei Federal 14.133/21, cujos termos e condições de fornecimento/execução de serviço são os constantes do instrumento convocatório.

Aprovado e assinado eletronicamente mediante acesso com senha pessoal pelo signatário abaixo identificado

Data Aprovação:

Nome:

Cargo: Secretário(a) Municipal



### **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO**

**PARTES:** **MUNICÍPIO DE GUARULHOS** representada neste ato pelo signatário no anverso designado, denominada **CONTRATANTE**, e, de outro, o **CONTRATADO** identificado no anverso, ficam subordinadas às disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e condições constantes neste instrumento.

**1. OBJETO:** O **CONTRATADO** compromete-se a entregar ou prestar os serviços na(s) quantidade(s), especificação(ões), prazo(s) e condições estipuladas neste instrumento.

**2. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO(S) SERVIÇO(S):** O(s) material(is)/serviço(s) deverá(ão) ser entregue(s) executado(s) conforme indicado neste instrumento.

**3. PREÇO:** O(s) preço(s) do(s) material(is) ou serviços contratados estão indicados nas colunas designadas preço unitário(s) e total(is), no(s) qual(is) já se encontra(m) incluídas todas as despesas direta e indiretamente a ele(s) relacionadas, inclusive frete e impostos.

**4. RECEBIMENTO:** O(s) material(is) ou serviço(s) será(ão) recebido(s) pela contratante, no local indicado neste instrumento, ficando a contratada responsável pela descarga do produto ou entrega dos serviços.

**4.1.** O(s) material(is) ou serviço(s) será(ão) recebido(s) mediante conferência, não excluindo a possibilidade de devolução se, em verificação, análise ou exame posterior, ficar evidenciada a existência de irregularidades.

**4.2.** Caso a qualidade do(s) material(is) ou serviço(s) não corresponda às especificações contratadas, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) e deverá(ão) ser substituído(s) ou consertado(s), a critério da Administração, pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando outro prazo não estiver consignado, independentemente da aplicação de penalidades.

**4.2.1.** Nos casos em que o tempo de processamento do(s) material(is) ou prestação do(s) serviço(s) tiver necessidade de tempo maior para a conclusão, o prazo, excepcionalmente, pode ser prorrogado, a critério exclusivo da Administração.

**4.3.** O objeto contratual será recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:

**4.3.1** provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, se prestação de serviço, ou mediante recebimento da Nota Fiscal que acompanha o(s) produto(s), se fornecimento, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

**4.3.2** definitivamente, em **até 10 (dez) dias** do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**5. RESPONSABILIDADES:** A responsabilidade das partes, na execução deste instrumento são comuns, nele implícitas ou expressas, de acordo com o que prescreve a Lei Federal 14.133/21, e suas alterações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

**5.1.** A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste instrumento, não se obrigando a **CONTRATANTE** a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.

**6. SANÇÕES:** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, o Contratado que:

**a)** der causa à inexecução parcial do contrato;

**b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**c)** der causa à inexecução total do contrato;

**d)** deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;

**e)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**f)** apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

**g)** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**h)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;

**i)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

**j)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13, durante a execução do contrato.

**6.1.** Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**6.1.1. ADVERTÊNCIA**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" e "c" do item 6.1.4;



**6.1.2. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, do item 6 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “a”, “b” ou “d” do item 6.1.4;

**6.1.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 6 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 6, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “d” do item 6.1.4;

**6.1.4. MULTA**, aplicada da seguinte forma:

a) Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue **até o 10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida**;

b) Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue **do 11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7% (sete décimos por cento) ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida**;

c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida**, a ser definida conforme item 6.8;

d) Nos casos de inexecução total da obrigação, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo superior a 30 (trinta) dias, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 6 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 6, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato**, a ser definida conforme item 6.7.

**6.1.5.** Para aplicação das multas elencadas nas alíneas “a” e “b” acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Departamento de Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou descontado de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**6.1.6.** A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 6.1.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:

a) **06 (seis) a 12 (doze) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 6.7;

b) **13 (treze) a 18 (dezoito) meses** nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 6.7;

c) **19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 6.7;

**6.1.7.** A aplicação da penalidade prevista nos itens 6.1.2 e 6.1.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.

**6.1.8.** Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas “c” e “d”, do item 6.1.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo



remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenas. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**6.2.** A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

**6.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

**6.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 6.1, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 6.7.

**6.5.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**6.5.1** Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Departamento de Licitações e Contratos por meio eletrônico, até o último dia útil do prazo, ou protocolados diretamente na Rua do Rosário, 300 - Térreo - Carmargos - Guarulhos/SP - CEP 07111-080, das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo.

**6.5.2** Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou sistema eletrônico, ou protocolados fisicamente após as 16h45 do último dia útil do prazo estipulado, conforme estabelecido no item anterior.

**6.5.3** Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 6.1.8.

**6.6.** Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.

**6.7.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7. PAGAMENTO:** será efetuado na forma e prazo fixado no anverso, mediante apresentação de documento fiscal, que deverá ser devidamente atestado pela Unidade Requisitante.

**8. REAJUSTE:** Em caso de reajuste, aplicar-se-á o índice IPCA-IBGE, nos termos do Decreto Municipal nº 23124/05.

**9. VIGÊNCIA:** O prazo de vigência é o estipulado neste instrumento, o qual se extingue com recebimento do objeto.

**9.1.** Para os bens e serviços recebidos com garantia, o prazo vigora até o término da garantia ofertada.

**10. VALIDADE:** Este instrumento passa a ter validade a partir da data de seu recebimento pela CONTRATADA.

**11. DA RESCISÃO:** A rescisão deste instrumento poderá ser por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como amigavelmente.

**11.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.

**12.** É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto contratado.

**13.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**14.** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

**15.** A CONTRATADA deverá observar o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.



**PREFEITURA DE GUARULHOS**  
**Av. Bom Clima, 91 - Jardim Bom Clima - CEP 07.196-220**  
**Guarulhos - SP - Brasil - Fone/Fax (11) 24238600**  
**CNPJ: 46.319.000/0001-50 HOME PAGE: <https://guarulhos.sp.gov.br>**

**16. FORO:** As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste instrumento.

MANUTIDA



PREFEITURA DE GUARULHOS  
Av. Bom Clima, 91 - Jardim Bom Clima - CEP 07.196-220  
Guarulhos - SP - Brasil - Fone/Fax (11) 24238600  
CNPJ: 46.319.000/0001-50 HOME PAGE: <https://guarulhos.sp.gov.br>

#### ANEXO IV

#### TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARULHOS (Secretaria de \_\_\_\_ )

COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:

ATA DE RP Nº: (Proc. Adm. nº \_\_\_\_)

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarulhos,

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:
Cargo: Prefeito Municipal
CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:
Cargo:
CPF:



PREFEITURA DE GUARULHOS  
Av. Bom Clima, 91 - Jardim Bom Clima - CEP 07.196-220  
Guarulhos - SP - Brasil - Fone/Fax (11) 24238600  
CNPJ: 46.319.000/0001-50 HOME PAGE: <https://guarulhos.sp.gov.br>

**Responsáveis que assinaram o ajuste:**

**Pelo ÓRGÃO GESTOR:**

Nome:
Cargo: Secretário de
CPF:
Assinatura:

**Pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:**

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:

**RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:**

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:

(\*) O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



**PREFEITURA DE GUARULHOS**  
Av. Bom Clima, 91 - Jardim Bom Clima - CEP 07.196-220  
Guarulhos - SP - Brasil - Fone/Fax (11) 24238600  
CNPJ: 46.319.000/0001-50 HOME PAGE: <https://guarulhos.sp.gov.br>

Ao

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

**PROCESSO Nº:**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE GUARULHOS

**CNPJ Nº** 46.319.000/0001-50

**CONTRATADA:**

**CNPJ/CPF Nº.**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº**

**DATA DE ASSINATURA:**

**VIGÊNCIA:**

**OBJETO:**

**VALOR ESTIMATIVO:**

### **DECLARAÇÃO**

#### **(Se bens e serviços comuns:)**

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente contratação, encontra-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

#### **(Se obras e serviços de engenharia:)**

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a)** memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b)** orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c)** previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d)** comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e)** as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Guarulhos,

---

Subsecretário de Licitações e Contratos



**PREFEITURA DE GUARULHOS**  
Av. Bom Clima, 91 - Jardim Bom Clima - CEP 07.196-220  
Guarulhos - SP - Brasil - Fone/Fax (11) 24238600  
CNPJ: 46.319.000/0001-50 HOME PAGE: <https://guarulhos.sp.gov.br>

**ANEXO V**

**ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):**

LOTE/ ITEM Nº	UNIDADE	QUANTIDADE

MANUTENÇÃO



**PREFEITURA DE GUARULHOS**  
Av. Bom Clima, 91 - Jardim Bom Clima - CEP 07.196-220  
Guarulhos - SP - Brasil - Fone/Fax (11) 24238600  
CNPJ: 46.319.000/0001-50 HOME PAGE: <https://guarulhos.sp.gov.br>

## **ANEXO VI**

### **CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
Deverá ser considerado para fins de cadastro reserva a proposta encaminhada pelo licitante para o(s) item(ns)/lote(s) XXX, acostada nos autos às fls. XXX.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
Deverá ser considerado para fins de cadastro reserva a proposta encaminhada pelo licitante para o(s) item(ns)/lote(s) XXX, acostada nos autos às fls. XXX.